



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ- REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPEDU

REGIVAN FIRMINO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA DE ENSINO
INFANTIL E FUNDAMENTAL MARIA SÔNIA CALLOU DE SÁ EM CRATO
CEARÁ**

Orientador: Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva

CRATO – CE

2021



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ- REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPEDU

REGIVAN FIRMINO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA DE ENSINO
INFANTIL E FUNDAMENTAL MARIA SÔNIA CALLOU DE SÁ EM CRATO
CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, na linha Práticas Educativas, Culturas e Diversidades, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jossier Ferreira da Silva

CRATO - CE

2021

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri –
URCABibliotecária: Ana Paula Saraiva de Sousa CRB: 3/1000

Silva, Regivan Firmino da
S586c Contribuição do Programa Mais Cultura na
E.E.I.E.F Maria Sônia Callou de Sá no distrito Bela
Vista em Crato-Ceará/ Regivan Firmino da Silva. –
Crato – CE, 2021.
114p.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
Profissional em Educação da Universidade Regional do
Cariri – URCA
Orientador: Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva


REGIVAN FIRMINO DA SILVA


**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA DE ENSINO
INFANTIL E FUNDAMENTAL MARIA SÔNIA CALLOU DE SÁ EM CRATO
CEARÁ**

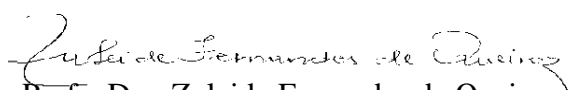
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, na Linha Práticas Educativas, Culturas e Diversidades, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.


Data da aprovação 31/03/2021

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva
Universidade Regional do Cariri – URCA
Orientador


Prof. Dr. Paulo Wendell Alves de Oliveira
Universidade Regional do Cariri – URCA
Membro Externo


Profª. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri – URCA
Membro Interno


Profª. Dra. Cícera Nunes
Universidade Regional do Cariri - URCA
Membro Interno

CRATO - CE

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me possibilitar saúde e força para chegar até aqui.

A minha esposa Swyane Bezerra Firmino por sua parceria incondicional, cuidado e zelo, aos meus filhos Eduarda Bezerra e Álvaro Bezerra que são a melhor parte de mim, eles são minha inspiração de vida e por eles resisto a qualquer provação que a vida possa me oferecer vocês são o que tenho de melhor nessa vida.

A meu orientador o professor Dr. Josier Ferreira da Silva por sua confiança, atenção e contribuição oferecida durante a construção deste trabalho, a professora Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz a quem tenho uma admiração por toda a sua trajetória de luta além de toda sua contribuição, ao professor Dr. Paulo Wendel Alves de Oliveira por aceitar o convite e por suas contribuições, a professora Dra. Cícera Nunes por sua grande contribuição nesse momento de troca de conhecimentos.

Um agradecimento especial a meu amigo irmão, o professor Mestre Robério Ferreira Nobre por tudo, desde o início até o fim sempre ao meu lado, conseguindo livro, artigos, além compartilhar comigo os momentos bons e ruins e sua amizade foi o que me fez ir em frente. A todos os meus amigos que me acompanharam nessa jornada de dois anos e 7 meses de mestrado entre eles: João Paulo, Tânia, Desireé, Luiz Paulo, Orismildio, Águida, Erivan e todos os demais da turma, pelo carinho e afeto nos momentos mais difíceis que tive que enfrentar.

Aos amigos mestres da cultura que sempre torceram pela realização deste sonho: Mestre Aldenir, Mestre Círiilo e metra Adaugisa minha mãe base de toda inspiração pela cultura, Fabiana minha Irmã obrigado por você ser meu reflexo, aos estudantes da escola Sônia Callou juntamente com toda sua equipe de professores, pais e funcionários amantes da cultura popular.

A Gisele Lôbo Teles Coordenadora Pedagógica da instituição com quem compartilhei o sonho de ser pesquisador desta pesquisa que todos orixás de sua cultura religiosa lhe proteja sempre. Em memória a você Toca por toda luta, força e resistência, não foi possível você está aqui nesse momento, mais acredito que onde você estiver está rezando por mim. A todos minha sincera gratidão!

RESUMO

A presente pesquisa analisou quais contribuições o Programa Mais Cultura apresentou na escola sobre valorização e resgate das chamadas culturas populares de tradições, nas políticas públicas de cultura nas escolas públicas do Brasil, em especial na instituição de ensino onde o trabalho foi realizado. O estudo compreendeu sobre tudo, como os sujeitos participantes desse programa percebeu a sua importância para valorização da cultura popular local e seu significado na inserção da proposta curricular da escola. Nesse sentido essas políticas intermitentes chegam as instituições e simplesmente ficam em standby, ou seja, desaparecem no sentido de financiamento. Neste entendimento o discurso das práticas culturais a níveis de projetos exigem uma discursão para alinhar os objetivos e fins dessas políticas culturais populares em si tratando de valorização social e cultural dos participantes. Para refletir sobre essa temática propomos como objeto dessa pesquisa verificar as Contribuições do Programa Mais Cultura na Escola Sônia Callou nos últimos quatros anos, mesmos sem recursos financeiros. O Programa Mais Cultura, surgiu em 2014, durante o Governo Dilma, com a parceria do Ministério da Cultura na tentativa de valorizar e resgatar os grupos culturais locais de manifestações tradicionais da cultura popular que estão desaparecendo na modernidade. Inicialmente apresento minha vida pessoal com a cultura popular de tradição. Os objetivos formam compreender os aspectos e perspectivas apresentadas no projeto do Programa Mais Cultura; analisando sua influência na vida dos educandos participantes; reconhecer a contribuição do Programa Mais Cultura na prática e formação dos profissionais envolvidos, compreender a relevância do Programa Mais Cultura diante da relação escola – comunidade, na promoção e valorização das culturas tradicionais e populares. Em seguida, a problematização, assumida pelo Programa Mais Cultura nas escolas, verifica-se rupturas em seu desenvolvimento, ausência de um melhor acompanhamento, de estudos sobre a sua contribuição e impactos diante do contexto escolar, havendo ainda problemas no alinhamento e permanência do Programa, destacando-se apenas como um Programa momentâneo. Por fim, expomos uma análise dos discursos dos alunos participantes, dos mestres dos três grupos culturais da comunidade: Reisado do Congo, Grupo de Maneiro Pau e por fim o Grupo de São Gonçalo no Distrito Bela Vista em Crato – CE. A partir do olhar desses sujeitos foram analisadas as discussões significativas das práticas culturais na escola, sobre a importância da cultura popular de tradição e como os atores si percebem, isto é, as auto representações na escola, na comunidade e na sociedade no geral. Deste modo, é questionado em que medida a política cultural de Programas e Projetos se efetivam na prática, refazendo a leitura numa abordagem teórica e metodológica qualitativa, por meio da análise dos documentos oficiais das políticas e ações instituídas pelo Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, por meio das auto narrativas dos participantes dos grupos de culturas populares, através de entrevistas e dos documentos oficiais.

Palavras chaves: Políticas Públicas de Cultura, Programa Mais Cultura, Cultura Popular.

ABSTRAT

This research analyzed which contributions the Mais Cultura Program presented at the school about valuing and rescuing the so-called popular cultures of traditions, in the public policies of culture in public schools in Brazil, especially in the educational institution where the work was carried out. The study understood about everything, as the subjects participating in this program perceived its importance for valuing local popular culture and its meaning in the insertion of the school's curriculum proposal. In this sense, these intermittent policies reach the institutions and simply stay on standby, that is, they disappear in the sense of financing. In this understanding, the discourse of cultural practices at project levels requires a discourse to align the objectives and ends of these popular cultural policies in themselves, dealing with the social and cultural valorization of the participants. To reflect on this theme, we propose as an object of this research to verify the contributions of the Mais Cultura Program at Escola Sônia Callou in the last four years, even without resources financial resources. The Mais Cultura Program was created in 2014, during the Dilma Government, in partnership with the Ministry of Culture in an attempt to value and rescue groups cultural sites of traditional manifestations of popular culture that are disappearing in modernity. Initially I present my personal life with the popular culture of tradition. The objectives are to understand the aspects and perspectives presented in the Mais Cultura Program project; analyzing your influence on the lives of participating students; recognize the contribution of the Mais Cultura Program in the practice and training of the professionals involved, understand the relevance of the Mais Cultura Program in view of the school - community relationship, in the promotion and appreciation of traditional and popular cultures. Then, the problematization, assumed by the Mais Cultura Program in schools, shows disruptions in its development, absence of better monitoring, studies on its contribution and impacts in the school context, and there are still problems in the alignment and permanence of the Program, standing out only as a Program momentary. Finally, we present an analysis of the speeches of the participating students, of the masters of the three cultural groups in the community: Reisado do Congo, Grupo de Maneiro Pau and finally the São Gonçalo Group in the Bela Vista District in Crato - CE. Starting From the perspective of these subjects, significant discussions of practices at school, about the importance of traditional popular culture and how the actors perceive themselves, that is, self-representations at school, in the community and in society in general. Thus, it is questioned to what extent the cultural policy of Programs and Projects are carried out in practice, remaking the reading in a theoretical and qualitative methodological analysis of official policy documents and actions instituted by the Ministry of Education and the Ministry of Culture, through self-narratives of the participants of popular culture groups, through interviews and official documents.

Keywords: Public Culture Policies, Mais Cultura Program, Culture Popular.

“A cultura é aquilo que sai de dentro da gente da alma da gente. Uma festa bonita é uma conversa de amor, felicidade que agente tem”.

Autor, Metre Aldenir

Lista de siglas

BNCC - Base Nacional Curricular Comum
CL - Constituição Federal
CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNFL - Comissão Nacional de Folclore
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
CPC - Centros Populares de Cultura
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNC - Fundo Nacional de Cultura
FUNDEF - Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IDB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDBEM - Lei de Diretriz e Base da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MinC - Ministério da Cultura
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONGS - Organização Não Governamentais
ONU - Organizações das Nações Unidas
OPNPI -
PCV - Programa Cultura Viva
PCNS - Parametros Curriculares Nacionais
PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PMC - Programa Mais Cultura
PNC - Plano Nacional de Cultural
PT - Partidos dos Trabalhadores
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PPCP - Programa de Promoção das Culturas Populares
PSCP - Plano Setorial para as Culturas Populares
SCC - Secretaria da Cidadania Cultural
SCD - Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural
SESC - Serviço Social do Comércio
SECULT/CE - Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
SOLAR Associação Cultural Solidariedade e Arte
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPC - Secretaria de Políticas Culturais
SPPC - Secretaria de Programas e Projetos Culturais
TCLE - Termo de consentimento Livre Esclarecido
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura(United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization).
UEX - Unidade Executora Própria

Lista de Gráficos

Gráfico 01. População da pesquisa -----	86
Gráfico 02. As oportunidades encontradas na cultura -----	87
Gráfico 03. Os investimentos na cultura nos últimos 3 governos municipais -----	103

Tabelas

Tabela 01 referentes as escolas do estado do Ceará -----74,75

Tabela 02 de Repasse de Recursos para a cidade do Crato -----75

Tabela 03 com valores por números de Alunos-----76

Tabela 04: População da amostra trabalhada na pesquisa-----83

Lista de imagens

Fonte: Foto1 Acervo da escola grupo de alunos apresentando maneiro pau -----	62
Fonte: Foto 02 do acervo da escola. crianças do grupo de Reisado-----	66
Fonte: Foto 03 foto da vestimenta do Reisado-----	68
Fonte: Foto dos Pontos de Cultura Viva no Distrito Bela Vista em Crato – CE -----	71
Fonte: Foto 05 dos alunos na escolinha de Reisado na casa do mestre Aldenir -----	88
Fonte: Foto 06 do Mestre Aldenir Ensinando os passos da dança do reisado-----	90
Fonte: Foto 07 do acervo da escola pesquisada integrantes do Grupo de São Gonçalo-----	93
Fonte: Foto 08 do acervo escola Mestre Aldenir caricatura-----	94
Fonte: Foto 09 da Frase falada pelo meste Aldenir na definição de Cultura -----	95
Fonte: Foto 10 Mestre Círiilo -----	97
Fonte: Foto 11 Entrevista, Documentários e Pinturas do Mestre Círiilo-----	98,99
Fonte: Foto 12 da Mestre Adaugisa em sua residência-----	100
Fonte: Foto 13 integrantes do Grupo de São Gonçalo -----	101
Fonte: Foto 14 Crianças apresentado a dança de São Gonçalo-----	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	14
CAPÍTULO I -----	21
A INSERÇÃO DA CULTURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL -----	21
1.1 Abordagem sobre a educação e cultura no império -----	21
1.2 As políticas culturais e educacionais na república -----	27
1.3 Conhecendo as políticas no campo cultural e educacional na ditadura militar-----	35
1.4 A política cultural nas últimas décadas do governo Lula ao governo Dilma em que o Programa funcionou-----	40
1.5 História do Programa Mais Cultura nas políticas educacionais e sua interatividade com a política cultural-----	43
1.6 Política educacional e política cultural -----	50
1.7 O Promagra Mais Educação e cultura-----	59
CAPÍTULO II -----	62
A PROJEÇÃO DA CULTURA NA EDUCAÇÃO DO CEARÁ E DO CARIRI -----	62
2.1- A Políticas Cultural do Ceará e a interatividade com a escola -----	63
2.2- Interloquções entre Secretaria de Culturas, Educação e Instituições não Governamentais-----	73
CAPÍTULO III -----	78
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA MARIA SÔNIA CALOU DE SÁ -----	79
3.1 Os sujeitos da escola e os sujeitos da comunidade: aspectos de convergência-----	82
3.2 Reisado, importância e oportunidades-----	84
3.3 As oficinas de danças desenvolvidas na escola-----	91
3.4 O reisado e a cultura popular -----	94
CONCLUSÃO -----	104
REFERÊNCIAS -----	110

INTRODUÇÃO

Neste estudo realizamos, inicialmente, a trajetória percorrida pela área da cultura, numa abordagem histórica, de como se institucionalizou no campo das políticas públicas federais, sobretudo as leis que favorece principalmente as culturas de tradições populares das diversas regiões do Brasil. Abordamos este assunto temático no seio das políticas governamentais voltadas para a cultura e sua relação com os programas federais que chegam as escolas públicas do país em especial na escola pesquisada, como forma de resgatar as tradições e manifestações populares que estão desaparecendo.

Diante das propostas apresentadas pelo Programa Mais Cultura algumas inquietações me levou a questionar, como um programa tão importante para essa temática se apresenta e direpente desaparece, não atender a todas as instituições de ensinos, faltou uma política contínua de avaliação sobre as condições de funcionamento, faltou acompanhamento sobre os benefícios deixado nas escolas onde o programa funcionou, diante desses impasses início esse debate trazendo um pouco da minha história e trajetória pessoal e profissional da escola pública. A relação cultural está presente em minha trajetória epistemológica frente às experiências pessoais, formativas, acadêmico-profissionais implicadas na construção da minha identidade profissional como professor e gestor educacional pesquisador da cultura popular, que tem essência na vivência da história de meus familiares.

Nasci no Sítio Baixio Verde no Distrito Bela Vista em Crato – CE, aos nove anos de idade comecei a trabalhar no corte da cana-de-açúcar com meu pai o que era comum naquele tempo, os filhos irem ajudar os pais no trabalho, e foi no corte de cana que tive o primeiro contato com as histórias do maneiro pau e do coco relatado pelo mestre Cirilo que era um dos “cambiteiros” do corte da cana. Mestre Aldenir já era muito conhecido com o seu reisado além dele existia Moíses Ricarto outro grande nome da cultura local, Manuel Rosa meu tio, era o mestre do grupo da Banda cabaçau. Esses grandes mestres fazem parte da minha essência pessoal e profissional. E por fim minha mãe a Mestra Aduagisa, além de ser a mestra do São Gonçalo é a resadeira das renovações religiosas nas casas das pessoas residentes no Distrito Bela Vista, Sítio Baixio Verde, Sítio Mata Escura e na sede da cidade.

Prestei no ano de 2004 vestibular na Universidade Regional do Cariri – URCA e passei para o curso de Geografia. Essa ciência sempre me causou inquietações principalmente por está frente a frente com as mudanças e relações diárias com o espaço vivido pelo homem,

as transformações hora de poder, hora de lutas e Resistência nos faz compreender como o espaço social é repleto de significados que nem sempre é percebido por todos de mesma maneira, alguns passam a ser explorados e outros exploradores. Pensando em compreender essa ideia tive o prazer de identificar a importância desta ciência para a cultura.

Comecei a minha trajetória na Educação em 2007, momento no qual, tive a oportunidade de ser professor em uma escola privada na cidade de Crato e em outra pública no município. Essa oportunidade colocou-me na docência, pois ser professor é vivenciar um círculo de interações de limites e possibilidades com os outros pares. Pois, esses outros atores que não são diferentes de mim, me possibilitaram compreender que somos seres em transformação na construção sociocultural dos segmentos a qual faço parte. As competências que o ser humano apresenta de aprender são grandiosas, possibilitam o fortalecimento de seres criativos, pensantes e cuidadosos, assim é preciso ter relações positivas que sirvam de suporte para obtenção desses conhecimentos. Como dizia Freire (1996) há muitos anos que não podemos falar em educação sem enfatizar o amor, este é a ação norteadora dos processos ensino e aprendizagem, imprescindível ao nosso crescimento individual e coletivo frente ao conhecimento científico.

Com base na fala do autor acima aprendi escutando a experiência de outras pessoas que me ajudaram a superar os obstáculos vivenciados no decorrer desse processo de fortalecimento das experiências herdadas dos meus antepassados, da minha mãe sobre a cultura do educar para vida, do respeito ao próximo, de como trazer esse conhecimento para as escolas onde trabalhei, despertar no outro a curiosidade nas políticas públicas de cultura e a educação quebrando paradigmas estruturantes de uma sociedade classista e elitista em se tratando de conhecer e reconhecer os direitos herdados nesse espaço de lutas pela afirmação das identidades que a cultura imprime na nossa condição social.

Após concluir o curso de licenciatura passou-se quatro anos para que eu pudesse me inscrever no curso de especialização em Geografia e Meio Ambiente, na ocasião já trabalhando na área de gestão educacional. Em 2013 fiz o curso de Gestão Escolar pela URCA, onde as políticas públicas sempre fizeram parte do campo de interesse ao qual vou pesquisando desde então, o foco nesta linha fortalece cada vez mais a vontade de conhecer essas políticas. O município ofertou um curso promovido em nível de especialização em Gestão Escolar com 420 horas no ano de 2014 em parceria com a Universidade Estadual do Ceará. Em 2018 fiz o curso de Especialização em Ensino Fundamental. No campo das minhas experiências formativas acadêmico-profissionais de construção/ e (re) construção da minha existência profissional fundamenta-se na

multirreferencialidade na construção dos saberis herdados dos teóricos da educação. Dessa maneira consigo compreender o caminho percorrido pelas políticas governamentais.

Em 2018 participei da seleção de Mestrado da Universidade Regional do Cariri – URCA no qual o caminho que busco percorrer como pesquisador para construir um objeto de estudo que está diretamente relacionado com minha trajetória de vida. Busco refletir com discussões sobre a importância do conhecimento científico da pesquisa acadêmica no meio cultural, a pesquisa básica é de suma importância para valorizar a cultura popular local sobre múltiplos olhares que compõem a construção desse objeto de estudo.

Segundo GADOTTI (1999), o educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida. Desta maneira, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois, não é uma tarefa que cumprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser mais bem cultivado, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenvolver das atividades. Nesse entendimento o presente estudo possibilitou compreender o sentimento de pertencimento dos estudantes brincantes sobre a cultura popular local e sua valorização na escola da comunidade.

As necessidades que surgiram no caminho das minhas experiências acadêmico-profissional-pessoal embasaram a constituição dos pilares epistemológicos do percurso da construção do presente estudo. Comecei a me interessar por uma escuta da cultura das pessoas sem formação científica, buscando o conhecimento dessas pessoas mais velhas. Passei a articular com minha mãe que é Mestre de tradição da cultura popular local. Fico envaidecido em dialogar com essa temática tão desafiadora e ao mesmo tempo cheios de contrastes nas políticas públicas de permanência nas instituições de ensino.

Essa temática está me ajudando a identificar melhor o que ocorre com as políticas de governos na implementação da gestão dos recursos públicos destinados as unidades escolares. Percebi que, ao receber valores em prestações de contas e quais contribuições e garantias esses programas trazem para as escolas. O governo entra em uma situação muito pouco observada nas pesquisas em programas como esses. Isto porque estes acabam ocupando um lugar estratégico na maioria das vezes como especulação estabelecendo uma relação de causa e efeito dando aos participantes apenas uma pequena parcela amostral da relação entre políticas e unidades escolares.

O fato de pertencer ao movimento do conhecer/saber da cultura popular forneceu-me subsídios para compreender o porquê do Programa Mais Cultura apresentar dificuldades de ser compreendido pelas pessoas, isso se deve ao sistema do próprio governo não deixar claro e nem atender a todos os que acreditam nessas políticas de valorização cultural. Percebi que não bastava apenas transmitir o saber científico; é preciso também levar em consideração o sistema de crenças que o aluno tem constituído desse conhecimento.

Esse novo campo desencadeou uma curiosidade e ao mesmo tempo denunciou o descaso das autoridades políticas nas implementações e no cumprimento das leis. Existem falas que denunciavam o limite do conhecimento científico positivista quanto às questões relacionadas às crenças validadas na dinâmica cultural, que transitavam no contexto escolar, de maneira singular, independente da formação científica daqueles integrantes que muitas vezes vem sendo explorados desde que o Brasil foi colonizado.

Em fevereiro de 2009 fui convidado para a coordenação pedagógica na escola Maria Sônia Callou, naquele momento pensei em não aceitar e a resposta foi não de imediato alegando que não tinha perfil para tamanha responsabilidade. Os professores da instituição concordaram que eu deviria ser o coordenador e me pediram para pensar um pouco antes de dar a resposta definitiva, naquele momento que estive muito bem em sala de aula já tinha conquistado a comunidade, dando bons resultados nas turmas que estava ministrando aula. Então resolvi aceitar mais esse desafio, aos poucos fui me ambientando à nova função, passei até 2011 afrente da coordenação pedagógica da instituição de ensino.

A comunidade não era é fácil no início de 2007 principalmente no campo político, atualmente muitas coisas mudaram inclusive as forma de ver as coisas certas que a escola perdeu por muito tempo. Nos últimos três anos ficaram entre as melhores escolas da cidade do Crato inclusive temos um dos melhores IDEB da cidade. Recentemente no ano 2019 assumi um concurso público na cidade de Nova Olinda onde estou iniciando uma nova etapa de minha vida profissional. Desta vez como professor efetivo, essas experiências me levaram a desenvolver este estudo no intuito de compreender a essência das políticas públicas de programas e projetos de cultura nas escolas públicas.

O ano de 2020 foi marcado por alguns fatos que quase me fez desistir desse ideal, aos 47 anos de idade minha cunhada foi diagnosticada com um câncer raro na veia central do cérebro, passei a cuidar dela como se fosse técnico de enfermagem de 17 de janeiro a 14 de outubro do corrente ano, e aquele pedido me marcou pra sempre, pois o seu pedido foi que eu nunca abandonasse, em março do mesmo ano passamos por outro acontecimento, dessa vez minha prima que cresceu com a gente foi estuproada em sua residência após a saída do seu

esposo para o trabalho, nossa família ficou destruída emocionalmente, aos 14 dias do mês de outubro minha cunhada vem a óbito, nesse momento sentimos alívio por ela sair de tamanho sofrimento, Eu já não conseguia escrever e foi no dia 24 de outubro que tivemos outra triste notícia, mais uma pessoa de minha família era violentada desta vez uma senhora de 82 anos de idade uma marginal entrou em sua residência, roubou o dinheiro que ela tinha e em seguida cometeu o ato de estupro. Perde completamente o rumo e fiquei sem saber com agir, pensei em abandonar tudo. Mais pede força a Deus, uns amigos tanto do mestrado como da vida pessoal não me deixou fraqueijar e aqui estou finalizado essa etapa de minha vida pessoal e profissional depois de muitas provas chegamos até aqui.

Com base nos dados e informações coletadas nas entrevistas dadas pelos participantes da pesquisa, pode se constatar para ênfase deste trabalho, a abordagem qualitativa, por entendê-la que a mesma corresponde aos objetivos propostos, e, por enfatizar a necessidade de abrangência do objeto de estudo, considerando as relações existentes entre este e os sujeitos envolvidos, a partir da significação que esses sujeitos atribuem. Analisaremos os impactos e as contribuições que esse Programa trouxe para a escola pesquisada entrevistando: Alunos e Mestres da Cultura popular local.

Nesta perspectiva, os principais pontos observados no Programa Mais Cultura na escola aconteceu numa abordagem qualitativa que favoreceu uma análise metodológica valorizando resultados para além dos dados e das metas estabelecidas pelo Programa de forma mensuráveis sobre o desempenho das atividades trabalhadas em cada faixa etária de ensino.

Para Minayo (1999, p.22) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, com valores, crenças, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis.

A escolha pela pesquisa qualitativa justificou-se por entendermos que os sujeitos são compreendidos com base nos seus pontos de vista, numa descrição dos fenômenos, tem-se claro que estes contêm o significado que o ambiente lhes confere; no diálogo onde o pesquisador tenta aprender algo através do sujeito, mas não tenta ser necessariamente como ele é na pesquisa qualitativa, os investigadores, mesmo tendo uma hipótese formulada e um objetivo definido, entendem que tudo pode ser modificado e/ou reformulado à medida que vão avançando os trabalhos de campo e as análises de dados.

A pesquisa baseada na abordagem qualitativa buscou examinar o mundo como é experienciado, compreendendo o comportamento humano a partir do que cada pessoa, ou pequeno grupo de pessoas, imaginam ser a realidade. O pesquisador participa olhando-a de

fora e por enfatizar sua subjetividade no processo de busca do conhecimento, a pesquisa qualitativa admite que várias rotas sejam traçadas e que diversos procedimentos metodológicos sejam utilizados.

Bogdan e Bicklen (2013, p.11) definem a pesquisa qualitativa como uma “metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais, [...] procurando compreender os comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”. Prima pela leitura, pela interpretação, pela aproximação das possíveis e diferentes configurações que um problema de investigação assume, e as dimensões possíveis de enfoque, quando pensamos na complexidade. Rejeitam abordagens redutoras e reducionistas, privilegiando aportes teórico-metodológicos que permitam investigações a partir da multirreferencialidade dos fenômenos, dos fatos sociais e dos problemas a serem estudados.

Nesse sentido o presente estudo segue a seguinte estrutura: iniciamos com a introdução onde exponho minha história de vida e a relação existente na trajetória pessoal e profissional sobre o que me levou a pesquisar essa temática tão relevante para o campo que compõem os conceitos e as relações das políticas públicas de cultura implementadas pelo MEC em parceria com o Minc pelos Estados brasileiros, em especial na cidade do Crato-CE no Distrito Bela Vista, locus da pesquisa, foi no intuito de resgatar e valorizar as culturas populares tradicionais da comunidade local, que motivaram a escolha do tema e tendo como ideal o objeto dessa pesquisa. Logo a seguir, apresento o percurso e a escolha das ferramentas metodológicas que guiaram o presente estudo.

No capítulo seguinte apresento as “Políticas Públicas de Cultura para as Culturas Populares no Brasil”, principalmente como se firmou institucionalmente como políticas públicas de cultura no Brasil, com foco, sobretudo, no campo educacional na valorização das culturas tidas como impáricas de culturas populares. Pontuo o percurso traçado historicamente numa visão que fortalece o espaço ocupado historicamente pelas raízes da população produtora dessa cultura popular que legitima a mão invisível do Estado na implementação na constituição de um estado de direito da identidade nacional do povo brasileiro na inserção das instituições públicas do país em especial nas instituições de ensino com os ideais do governo Lula e Dilma a partir do ano 2014 com a implementação do Programa Mais Educação com o Macro Campo Patrimônio Cultural, O capítulo está dividido em subtópicos: Abordagem sobre a educação e cultura no império A configuração da educação na república Inserção e projeção da cultura na elaboração das políticas públicas na república, a ditadura militar e a cultura numa perspectiva educacional, a política cultural nas últimas décadas no Governo Lula e

Dilma que financiou esse projeto, Política educacional e política cultural, O Promagra Mais Educação e cultura. Fundamento como ocorreu ao longo desses períodos a presença das políticas de cultura no campo da cultura até os dias de hoje, numa visão de cultura nacional permeando pelos diversos seguimentos das repartições públicas do Brasil.

O lugar das expressões culturais numa conjuntura de política pública de valorização e propagação nos ambientes institucionais incentivados pelos interesses de atores pesquisadores desse campo, onde o próprio governo Lula foi um dos maiores incentivadores de valorização dessas culturas de massas. Apresentamos a história da cultura do Ceará e a interatividade com a Crede e a Secretaria de Educação do Município onde a pesquisa aconteceu, com os referenciais políticos, legais que nortearam o programa. No último capítulo trazemos a experiência do programa na fala dos participantes e a importância que mesmo representou para a valorização da cultura popular local. Outro fato que mim inquietou está relacionado a falta de trabalhos científicos sobre o assunto, não encontrei nenhuma produção a respeito do Programa Mais Cultura, desenvolvido a nível de pesquisa científica. Esse fato fortalece ainda mais a relevância dessa pesquisa, não só para a comunidade local, mais também para a comunidade acadêmica científica. Hoje é notório o respeito que consegui nesta comunidade, a luta pela valorização da cultura popular local, o envolvimento nas causas sociais de ajuda aos estudantes menos favorecidos, o envolvimento com os melhores índices de desenvolvimento educacional na cidade do Crato e a escola sendo considerada referência, uma grande quantidade de alunos passando nas melhores universidades da nossa região, isso é fruto de um trabalho de parceria com a comunidade, quando a mesma foi informada da realização dessa pesquisa o envolvimento foi integral, todos se prontificaram a cooperar, os alunos, os pais, os professores, os mestres, todos me apoiando e falando da importância desse trabalho para a nossa escola. Fico comovido com tamanha responsabilidade e ao mesmo tempo fortalecido para continuar divulgando esta cultura tão rica em detalhes e ensinamentos. Sempre que fazemos um momento de homenagem a algum dos mestres da cultura a referida instituição fica lotada com toda a população local presente para prestigiar esses momentos.

CAPÍTULO I

A INSERÇÃO DA CULTURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

- 1.1 Abordagem sobre a educação e cultura no império
- 1.2 A configuração da educação na república
- 1.3 Inserção e Projeção da cultura na elaboração das políticas públicas na república
- 1.4 A ditadura militar e a cultura numa perspectiva educacional.
- 1.5 A política cultural nas últimas décadas do governo Lula ao governo Dilma
- 1.6 Política educacional e política cultural
- 1.7 O Programa Mais Educação e cultura

1.1 Abordagem sobre a educação e cultura no império

As práticas culturais da população brasileira pertencem a um campo complexo que trás na sua essência uma forte diversidade que se manifesta nas diversas formas de expressão, que nos são apresentadas como saberes prático de cultura tradicionalmente diverso dentro desse campo. O processo histórico de suas raízes, no que diz respeito aos registros escritos, nasce com a chegada dos primeiros colonizadores europeus, momento em que proporcionou o surgimento de híbridas formas de processos culturais que entrelaçou as variadas formas de relações interculturais favorecendo uma junção de saberes de diferentes culturas, que de alguma maneira desencadeou um embate de relações interculturais entre as várias populações existentes no país. Entre elas podemos destacar as indígenas, portuguesas, africanas, holandesas, italianas e etc.

Com o passar dos anos cada povo foi criando e instituindo suas características próprias, produzindo símbolos culturais que ao se fundirem deram origem as diversas formas de culturas existentes no nosso país. Bem como foram sendo produzidas manifestações simbólicas que geraram uma universalidade particular de cada povo, e esses símbolos culturais expressam a criação da diversidade das mais variadas culturas presentes no espaço territorial brasileiro.

Neste cenário, as diversas etnias existentes na constituição da população brasileira, em particular negra e indígena, sofreram um processo de criminalização e marginalização pelas

classes historicamente detentora dos mais altos status sociais, bem como as credences, os hábitos pertencentes aos ensinamentos dos ancestrais, as narrativas faladas, a afirmação grupal e as tradições. Esses segmentos populacionais e culturais conservam práticas específicas e fazem suas funções sociais frente às características de cada localidade sobre o modo de vida que cada povo tem, essas formas de vida são popularmente conhecidas como “culturas de tradições populares”.

Essas se manifestam como parte de uma simbologia cultural e gera debates, sobre suas definições onde são propostas e discutidas de forma hierarquizada e definidas nos estabelecimentos. Nesta visão, percebemos o campo cultural politizado onde por muito tempo não se legitimaram as práticas expressivas culturais advindas dos saberes populares dentro de uma ideia estabelecida pela cultura elitista de dominação social, pela dominação cultural que pairou por muitos anos na sociedade meritocrática eurocentrada como dominadoras da cultura tida como clássica.

Diante de sua aparente dominação e rejeição das suas particularidades, as diversas expressões culturais encontradas nas regiões brasileiras percebem-se frente a um campo isolado que se contrasta com a cultura de dominação, que historicamente minimizou as “culturas tidas como inferiores”.

Diante das observações, prevalecem guardados valores autênticos e criativos, de lutas contra as simbologias presentes nos campos de resistências que buscam se alto afirmarem nas lutas travadas no campo político, estabelecido pela aristocracia europeia fortemente expressa no campo de atuação das políticas culturais de resistências perante a alto afirmação de suas expressões culturais no espaço brasileiro.

Frente às mudanças ocorridas final do século XIX e século XX, a grande movimentação das ideais de inovação e modernização das populações do ocidente, entre elas o Brasil teve que evoluir e transformar-se pra alcançar as diversas formas de relações que os diferentes seguimentos alcançaram em termos culturais. O país precisava superar o atraso herdado do período colonial e projetar um avanço frente as novas mudanças tecnológicas, vistas como desenvolvimento e progresso, tanto dos bens sociais em se tratando de evolução como também na evolução urbana em se tratando de um país emergente e em desenvolvimento. .

Essas mudanças possibilitaram novos hábitos, novas formas de expressão em relação ao modo de vida do povo brasileiro frente aos costumes defendidos por cada povo, muitos desses ligados com vínculos de luta e resistência na salva guarda de valorizar e resguardar culturalmente suas expressões. Em meados do final do século XIX, as expressões da cultura

popular tradicional mesmo de forma discriminada, perceberam que o termo marginalizado poderia ser discutido criticamente na tentativa de romper com a ideia que se tinha dessa classe inferior subalterna e marginalizada.

O debate acendeu a curiosidade intelectual dos principais interessados nesta temática, como artistas, que tentam desvendar o processo construtivo que da essência identitária cultural do povo brasileiro. O assunto da questão cultural em destaque a popular de tradição merece destaque nessa discursão pela amplitude que assume nas políticas públicas do país. Em seguida discutiremos a importância e os desafios enfrentados pela cultura popular na garantia da legitimação de uma identidade de cunho político enquanto lei nacional de direito de um povo historicamente marginalizado por ter sido inferiorizada por vários anos.

Mesmo tendo assumido características diferenciada, diante de um desprezo na leitura da cultura popular tradicional numa visão racista diante de uma sociedade de caráter civilizatório europeu. Na afirmação de Renato Ortiz (2006, p.8) “a identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria configuração do Estado brasileiro”. Desta forma, não se pode falar em uma identidade brasileira, única e autêntica, mas em uma pluralidade de identidades, que foram sendo construídas por diferentes grupos políticos e sociais de acordo com os interesses vigentes em diferentes momentos históricos.

Como aponta a antropóloga Ruth Cardoso (1982) precisamos entender o que desencadeia a discursão frente à cultura popular de tradição afim de que, em alguns momentos suguem espaços de debates nos centros de pesquisas das universidades frente às políticas culturais, de forma a garantir o direito de expressar as identidades de cultura genuinamente de cunho nacional de aceitação das ideologias vigente nos grupos que se afirmam mediante embates entre as classes detentoras desse discurso de viabilizar e fortalecer as políticas de afirmação.

Desta forma os estudos antropológicos a cerca dessa temática reaviva a necessidade antropológica de “compreender”, a importância vital sobre os nacionais e populares relacionadas às temáticas direcionadas ao campo das políticas que obedecem à necessidade de legitimar a relação diretamente relacionada ao olhar, formando um alinhamento entre o povo e a burguesia elitista de unificação numa visão simbólica. Desta forma, é necessário entender que o enfoque dado ao popular, no entendimento geral, sempre foi pautado como discursão relacionado com as estruturas de poder e estas são permeadas por embates ideologicamente de poder entre às relações fortemente presentes nessas estruturas.

Essa maneira de sujeitar e reprimir as suas particularidades, faz com que os diversos

componentes da cultura social brasileira, tenham mecanismos isolados, ou seja, pela relação com “culturas elitistas”, resguardando interesses, criatividade autônoma com embates de significação onde ao mesmo tempo possa estabelecer meios de fortalecimento nos espaços deixado de forma aleatória pela cultura eurocentrizada, que se alto afirmou nas principais forma de compreender a essência de resistência cultural de embates de lutas simbolizada pela criação de mecanismos resistentes deixados nas lacunas culturalmente da Europa elitista de afirmação voltada para as práticas expressas de dominação cultural, que se estabeleceu numa elaboração afirmativa aculturada ariana expressiva e auto valorizada em termos culturais de prevalência, apropriações e afirmações dentro desse universo eurocêntrico e centralizador da cultura tida como absoluta.

Frente às mudanças que tornaram a passagem entre os séculos XIX e XX na sociedade brasileira, numa visão ideológica progressista idealizada nas mudanças de modernização já vivenciadas pelos países da Europa Ocidental, o Brasil não podia deixar de correr atrás de uma sociedade moderna, visto que seu atraso social cultural ainda estava com essência colonial. (CORREIA, 2012).

O desejo de modernidade e de progresso passou a fazer partes nos países do Ocidente. Dentro dessa ideia o Brasil passa a evoluir de forma significativa dentro do campo de atuação cultural em termos sociais e de modernização nas inovações nos diversos campos, entre eles: econômica, social e político. O desejo de tornar o país evoluído de atraso de uma cultura com essência colonial dita atrasada em termos tecnológicos, de um país periférico, que busca romper com a visão ultrapassada e rural.

Esse sentimento desencadeou um crescimento urbano nos centros das cidades, que favoreceu um fluxo migratório do campo pra as cidades. Esses movimentos transformaram o modo de vida da sociedade brasileira, quebrando com certos paradigmas vivenciados. Conforme os centros evoluíam outros hábitos eram incorporados economicamente em forma de serviços que expandiam por diversas partes das cidades urbanas principalmente com a prestação de serviços (ORTIZ, 2006).

Os hábitos vividos entre a população desencadeou um universos de manifestações entre os diversos povos onde o modo de vida se firmou expressivamente nas mais variadas formas de cultura conhecida por muitos como expressões culturais. Em meados do final do século XIX e século XX, houve uma crescente expressão manifestada nas formas tradicionais de cultura que se institucionalizou e se popularizou trazendo ainda resquícios pejorativos de uma população à margem da pobreza, onde se classificou marginalizada por fazer parte da população mais popular sendo vista como “subalterna”, ou seja, de baixo poder em relação à

cultura elitizada.

Com esse estigma que trazia a cultura popular brasileira, foi despertando a curiosidade dos pesquisadores que se destacava na arte ideologizada que expressasse a identidade brasileira de forma construtiva e cultural. O conceito de cultura popular buscou conhecer os principais fundamentos que embasam o discurso sobre o viés político em relação às questões de políticas culturais.

Ao assumir uma infinidade de conceitos e formas essa cultura se afirma de forma efetiva, rompendo com os principais estigmas diferenciados popularmente por sua população, que por alguns séculos fora desprezada por uma sociedade aristocrática racista e centralizadora. O entendimento de que a leitura do mundo se dar mediante a leitura das expressões, das palavras, dos costumes, fez emergir uma identidade nacional com raízes de sociedade brasileira composta por muitos grupos sociais (ALVES, 2011).

A origem da população brasileira foi efetivamente impressa no entendimento e na capacidade de compreender e revelar o real motivo da formação dos grupos de formação populares, sociais e culturais mediante a sua capacidade de autoafirmação enquanto nação dotada de direitos e conquistas populares. Torna-se claro que precisamos compreender como é vital a movimentação da população, pois à medida que o tempo vai passando, os espaços sociais geográficos tornam-se vitais e com formas variadas de apresentação dentro da sociedade.

Desta maneira se recriam as legítimas políticas no campo das políticas públicas culturais de nação nacional que assumem os reflexos de uma elite social dominadora no quesito dessas políticas. É preciso desvendar a verdadeira essência simbólica de uma população classista, preconceituosa e excludente sobre a cultura da massa social que vem sendo massacrada e oprimida por muitas décadas. Com isso, fica claro que o desejo dessa população se efetiva numa relação de poder entre a sociedade menos favorecida em detrimento da elite opressora que ideologicamente se alto afirma nas bases sociais.

Foi no Brasil Império onde a cultura popular teve os primeiros idealizadores focados¹ em questionar de forma investigativa e a importância que a mesma exerceu no cotidiano das

¹ Cesarista é um conceito utilizado por vários autores para definir um sistema de governo, centrado na autoridade suprema de um chefe militar e na crença de seu poder pessoal de resolver os problemas. Este líder, surgido em momentos de inflexão política, se apresenta como a alternativa para regenerar a sociedade ou conjurar hipotéticos perigos internos e externos diversos autores chegaram à conclusão de que a oposição ditadura *versus* democracia permitia diversos pontos intermediários. Uma boa definição de cesarismo encontrada no Dicionário de política organizado por Norberto Bobbio o define como “um poder forte que sabe desvincular-se dos interesses dos grupos e dos indivíduos e aliar-se estreitamente ao Exército. O plebicitarismo e as condições para o líder carismático. o Cesarismo como um regime político que se caracteriza por forte aparato

sociedades. Foram estudiosos de uma classe voltada para os romances nacionais que passaram a introduzir os assuntos populares elaborando apresentações de forma eruditas nas apresentações das poesias tidas como eruditas nos mais diversos romances. Esses estudiosos pesquisadores buscaram desvelar essas histórias no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 (SANTIAGO, 2013)

No período do Brasil império foi dado grande importância ao estudo da cultura culta em relação a coloquial erudita, pois nesse período pretendia-se investir no conhecimento e na aceitação de uma identidade própria. Com isso o Imperador, foi um dos investidores na criação dessa identidade. Precisava romper com esse estigma de que a população local era um povo sem cultura. Precisavam fortalecer a cultura rompendo com a ideia de civilização ignorante ou tida sem cultura. Precisava efetivar a origem de uma imagem deturpada a uma ideia de civilização original dotada de valores e respeito às expressões manifestadas pelo seu povo nas formas culturais e populares.

Segundo autora Selma Santiago (2013) no período do império a política cultural passou a ser pensada conforme o pensamento a seguir:

a política cultural em nosso país, uma tradição que começou com chegada do Rei de Portugal, em 1808, escapando da invasão francesa, e com ele, a superposição de que a cultura europeia chegaria ao Brasil com sua riqueza e dinamismo. No entanto, a suposição não se efetivou e as ações na área cultural não se efetivou em uma política definida para a colônia portuguesa no hemisfério Sul. Neto do Rei D. João VI, o Segundo imperador do Brasil, foi o único da família real a considerar a cultura como fator importante, não tanto para a sociedade, mais como para si mesmo, sendo responsável pela criação do Museu Imperial e da Biblioteca Nacional. Ainda que isso à época não tenha significado muito para o povo, o estabelecimento de uma política cultural para o país registra-se como um princípio de organização dos equipamentos culturais públicos. (SANTIAGO, 17,18, 2013).

No Estado republicano, mais precisamente por volta da segunda metade do século XIX, surgiu a vontade de investigar a cultura popular no sentido de coibir exclusivamente a reprodução erudita das expressões através do esmero artístico e buscar a verdadeira arte da “autêntica nação brasileira” os genuínos protetores das manifestações tradicionais da sociedade, valorizando esse universo como “ciência popular”. Dessa maneira, inicia-se o

estatal ao menos em relação ao resto da sociedade, e que conseguiu gozar de considerável autonomia em confronto com as forças sociais.

Bobbio, Norberto, 1909- Dicionário de política / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. -Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

caminho rumo às descobertas dos estudos folclóricos (ALBUQUERQUE, 2007). Diante do pensamento dos autores acima se percebe que a cultura popular ganha maior destaque no Brasil Império e passa a ser vista como ciência popular, esse entendimento desencadeia o início dos estudos folclóricos como ciência cultural da sociedade menos favorecida.

1.2 As políticas culturais e educacionais no Brasil república

No período do Brasil república, constrói-se pela primeira vez, uma visão cesarista¹ e desbravadora, no meio das manifestações culturais advindas dos povos originários. Esta se traduzia na revelação conquistada pelos benevolentes estudiosos, gênios das artes e tantos outros segmentos da sociedade, empenhados na descoberta folclórica e pela essência cósmica do mundo popular, depois do século XX. Desta forma, transcorre à vontade por firmar uma verdadeira identidade, que expressa à essência cultural brasileira de forma afirmativa e identitária de cunho cultural próprio no sentido de nação (ALBUQUERQUE, 2007).

O desejo ascendente pelo chamamento para uma nacionalidade intensificado, pela revolução industrial frente a um mundo transformado depois da Primeira Guerra Mundial entre os anos de 1914 e 1918, despertou nos homens o sentimento de revolução de resguardar o cultural nacional no sentido de memória depois de passar por um momento de armamento bélico e sangrento. (ALBUQUERQUE, 2007).

De acordo com Alves, (2011) os discursos sobre a cultura voltam num momento propício, trazendo debates ferrenhos referentes à cultura dos nativos, gerando debates no intuito de resgatar o conhecimento que fora por muito tempo desprezado. E essa cultura ganha destaque, principalmente, no campo artístico o que fortalece os pesquisadores desse período.

Um dos eventos emblemáticos a respeito desse momento histórico se dá na efervescência da 22ª Semana de Arte Moderna, diante das inquietações conturbadas pelo movimento calórico das aflições vividas entre o período “arcaico” e o nascimento do movimento modernista de resgate das raízes histórica da população brasileira. Esse era o ponto de ebulição desse momento que se institui na história do Brasil sua essência primária, ou seja, buscar reconstruir sua historicidade que por muito tempo teria sido desprezada pela aristocracia elitista.

Os avanços folclorista em meio a um universo urbano se dar mediante alguns dados importantíssimos desse período, entre eles destacamos algumas obras que retrata esse momento de resgate da cultura popular tradicional como: Iracema de José de Alencar, O

Nordeste de Cabo a Rabo de F. Monteiro Lima. Vidas Secas de Graciliano Ramos, A Moreninha de Joaquim Manoel de Macedo. Esse último marca o início do Romantismo no Brasil. Essas publicações descrevem a tentativa de se instituir uma cultura nacional com raízes da origem nativa brasileira (ALVES, 2011).

Percebemos nas obras acima a presença regional dos autores na tentativa de enaltecer a essência do povo brasileiro, nas suas características, no modo de vida dos sobrados e das construções presente no regionalismo, esses riquíssimos elementos da cultura brasileira ²vai do nativo, do mulato, do europeu, ou seja, existe uma aproximação histórica e cultural com toda a nação brasileira nesse Movimento Regionalista. Albuquerque Jr. (2007, p.67) “afirma que o movimento modernista gera condições de entendimento a cerca dos fatos vividos na sociedade brasileira”. Essa realidade expressa características da defesa regionalista, em os autores tentam mostrar como o sentimento de pertencimento esteve presente no estado do Brasil república. Surge então o patrimonialismo na produção cultural, ao mesmo tempo faz-se uma crítica direta entre a cultura letrada defendida pela oligarquia do país versus a cultura popular pertencente a grande população menos favorecida.

Esse confronto identitário a cerca das manifestações culturais aconteceu numa lógica civilizatória que trouxe do esquecimento esse assunto, o foco principal era quebrar com a doutrina autoritária da cultura letrada e ascender à forma afirmativa que denunciava esse confronto nas manifestações da cultura popular de tradição para que fosse manifestado dentro do território o desejo civilizatório firmando numa sociedade de Estado República.

Neste sentido, o cenário histórico fez ressurgir a construção do entendimento sobre os que lutavam por legitimar uma identidade nacional e do outro lado os idealizadores desse sentimento em sua grande maioria, os pesquisadores artistas que vinham buscando cada vez mais melhorar esse entendimento intelectual, para que fosse também pensando em políticas públicas que instituíssem as culturas de tradição no rol dessas políticas de forma efetiva (BARBALHO, 2009).

Essa visibilidade passa a ganhar espaço nessas discursões que vem se formando dentro do país e a cultura tradicional passa a ser vista com outros ideais políticos no país como institucionalização da cultura. No que se percebe até a metade de 1930 é que o Brasil era desprovido de uma estrutura política de cunho cultural, em especial sobre a cultura popular.

² O Movimento Regionalista surge no Nordeste mais precisamente na década de 1930 conforme (BARBALHO, 2009) a geração modernista e regionalista expressa “a insatisfação de novos grupos emergentes com o caráter patrimonialista e oligárquico com que as relações entre Estado e produção cultural letrada se dão no país”, e se firmava como denúncia da forma com que as manifestações culturais populares eram tratadas, esquecidas ou tratadas a partir de uma lógica autoritária e civilizatória no Estado republicano.

Ainda que as primeiras tentativas de tornar essas políticas públicas tenha se dado no Brasil império com a chegada da família real por volta do de 1808.

Alguns fatos merecem destaque quando falamos desse momento histórico que aconteceu no Brasil, entre eles estão às primeiras instituições culturais como: a Biblioteca Nacional, Academia de Belas Artes. O que se percebe nesse neste momento da história é que a corte portuguesa não destinou investimentos no campo cultural, já que fica claro o seu poder de elite dominante. Isso fica explícito que durante todo esse período as políticas culturais estavam voltadas para os interesses da elite patriarcal autoritária (BARBALHO, 2009).

Márcio de Souza (2002) enfatiza que enquanto a política cultural instituída no Brasil de 1808 até 1929, muitos autores não aceitam essa afirmação, pois, enquanto os investimentos no campo cultural estavam voltados para a afirmação de cultura dominadora classista. Contudo, percebemos que os investimentos foram chegando com o intuito de supostamente melhorar o atraso social de um país colonial. Este pensamento é percebido a partir de 1937 com o advento do Estado Novo. Essa nova etapa da conjuntura social e política tenta imprimir uma nação com princípios de patriotismo e ao mesmo tempo com a vontade de projetar um modelo de população idealizada num povo forjado (SOUZA, 2002).

Foi no governo Vargas, onde se instituiu as primeiras ações com maior abrangência e efetiva nas ações políticas culturais, estruturada numa configuração mais propícia a esse entendimento no que se refere à política de cultura propriamente dita. Vários escritores defendem o que demarca no Brasil as políticas públicas culturais constitucionais iniciais, particularmente em se tratando da cultura popular, teve a frente do Ministério da Educação e Saúde, no período de 1934 até 1945, Gustavo Capanema no período do governo de Getúlio Vargas. Outra grande contribuição para esse momento foi à atuação entre os anos de 1935 a 1938 do escritor Mário de Andrade na pasta da Cultural da Prefeitura de São Paulo. Esse Departamento foi o primeiro destinado a tratar dos assuntos pertinentes a cultura, (CORREA, 2012; RUBIM, 2007).

Diante das observações feitas, Márcio de Souza (2012) confessa seu constrangimento em acatar a notabilidade recebida para Gustavo Capanema como o pioneiro no Brasil da política cultural. É preciso compreender os reais papéis assumidos por cada um, a exemplo: o autor explica que Capanema possui as características de ministro da cultura, já Mário de Andrade trazia outros pensamentos, que fundamentaria os principais ideais da cultura brasileira recheada pelos seus principais representantes.

Enquanto Gustavo Capanema articulava a moldagem de um certo Brasil descendente dos bandeirantes, com um povo racialmente purificado pela eugenia, Mário de Andrade acreditava poder moldar o Brasil de seus sonhos, uma nação mestiça cheia de bibliotecas, galerias de arte, de gente culta, célere e moderna (SOUZA. 2012, p.13).

Algumas pesquisas apontam a importância que Mário de Andrade imprimiu quando esteve presente no ministério da cultura promovendo uma política própria. Foi um dos precursores do modernismo no Brasil, seu maior legado esteve direcionado as pesquisas do folclore brasileiro, rico em detalhes. Andrade direcionou sua linha de pesquisa no folclore brasileiro, o que fortalece sua visão frente à cultura. Seus estudos nessa linha fundamentavam-se principalmente nos fundamentos de alguns pesquisadores que já vinham numa caminhada sobre essa temática de extrema relevância no Brasil, entre eles estão: Amadeu Amaral (1875-1929), Sílvio Romero (1851-1914), fundadores folclorista no país. (ALBUQUERQUE, 2007).

Desta forma, Mário de Andrade traz os seus interesses, como artista e pesquisador, pelas culturas populares brasileiras para o campo político, com uma proposta de ação política para essa categoria que vem se firmando no meio social formando um vasto campo de ações e expressões culturais onde o Estado enquanto instituição maior se responsabiliza no reconhecimento dessa forma de manifestação expressa pela população menos favorecida que tem em sua essência um rico e diversificado mundo de expressão artística.

Precisamos enfatizar que o Brasil tem um vasto campo que se manifesta em tradições folclóricas. É necessário compreender que precisamos mapear os principais pontos folclóricos que apresenta o popular folclorista para fundamentar as principais ações que o estado precisa para efetivar como diretriz e práticas políticas que garanta a cultura como políticas públicas populares.

Diante dessa visão, a cultura enquanto folclore busca efetivar os primeiros caminhos no seio das ciências enquanto prática científica das culturas de tradição no país, esse entendimento, sobre a cultura popular muitas vezes se confronta com a condição folclorista. O que se pode observar e entender sobre a real importância da cultura popular, tornando esse magnifico campo social como uma verdadeira conservação das principais formas da cultura. Esse sentimento inspira uma cultura que ao longo de muitos anos foram negados, essa negação gera uma verdadeira concepção intencional no intuito de valorizar essa cultura que vem passando de geração para geração, em alguns casos precisa-se intensificar as manifestações que valorizam as principais formas características de um povo, esse legado que durante muito tempo foi negado aos povos tidos como nativos ou de cultura inferior.

Esse retardo no direito popular vem chegando e autenticando nas tradições de conservação do legado renegado por muitos anos. Na antropologia surge essa intencionalidade de tentar realizar um verdadeiro estudo sobre a política de conservação das tradições da cultura do Brasil. O atraso visto por muitos em relação ao legado dado a cultura de tradição popular. Esse legado conservador no intuito de resguardar o que por muito tempo foi desprezado (NETO, 1981)

Existe uma dinâmica extensiva e estruturada sobre a fragilidade de um discurso sobre os conceitos da cultura popular, isso se dar devido a uma verdadeira e extensa luta contra a não aceitação dessa cultura como uma política que legitimou estas questões tão discutidas e ao mesmo tempo cheias de entre linhas, que hora geraram um extensivo discurso contra a fragilidade imposta pela cultura popular brasileira.

Diante de um universo complexo, a cultura vem sendo discutida e intensificada cada vez mais pelas políticas públicas. Essas questões ganharam espaço hora nas discussões que se intensificavam e se fragilizavam diante dos conceitos interpostos numa abordagem estruturante exaustada pelas discursões acompanhadas e analisadas nesse campo aparentemente fácil ou difícil em se tratando da institucionalização das políticas culturais de tradição.

Essa discursão, hora fragilizada e hora estruturada, será aprofundada no capítulo mais a frente, onde será discutido de forma crítica, analisando as potencialidades sumariamente estruturantes, o que contrapõe a um país densamente e culturalmente dissociado das políticas de culturas, onde o folclore fora desprezado, pela cultura elitista. A própria fragilidade se conceitua dentro de um universo contemporâneo.

Foi com a criação do museu do folclore que as ideias de Mário de Andrade que esteve à frente do então departamento de cultura na tentativa de criar de forma e efetiva leis que firmassem na conjuntura nacional esse ideário tão almejado (CORREA, 2012). Conforme Revista do Folclore de setembro a dezembro de 1961 nº 01 nascia o Regimento do Conselho Nacional do Folclore, aprovado pela portaria nº 287 de 27 de julho de 1961 do Ministério da Educação e Cultura. O Plano de Criação do Museu contava com o esforço dos pesquisadores e estudiosos que lutava para garantir o direito de resguardar o folclore numa patamar da origem do povo brasileiro.

Para que este ideário acontecesse contou com a participação dos discípulos de Mário de Andrade, de companheiro de Luís da Câmara Cascudo, Renato de Almeida, Silvero Romero, João Ribeiro e Amadeu Amaral. O Museu do Folclore ele vem fundir os vários modos e a capacidade de abnegação do pionerismo dos novos rumos na criação de uma

instituição que agregue ensino, pesquisa, documentação e divulgação dos valores da cultura popular brasileira (REVISTA DE FOLCLORE, 1961). No ano de 1968, foi inaugurado o Museu de Folclore, onde foi cedido uma parte do antigo Museu da República. Para que o Museu fosse criado vários acordos foram firmados, entre esses acordos podemos destacar a Carta do Folclore Brasileiro, o Congresso Nacional do Folclore que aconteceu em 1951. Diante das ações firmada por todos os movimentos surge o Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Teve a frente desse Movimento Folclórico Brasileiro, um dos idealizadores dessas ideias o Edison Carneiro, um dos mais atuantes defensores da cultura popular do Brasil e esteve a frente da direção do referido Museu, que foi substituído só com o golpe militar de 1964 é que causou um enfraquecimento no órgão (ALMEIDA, 1968).

A população brasileira ganha destaque folclorista etnograficamente numa visão científica e contou com a participação efetiva de Dina Lévi-strauss, na qual agregou ao centro de estudos do folclore uma formação institucionalizada. “Esse órgão foi de fundamental importância para o Brasil na conservação do seu acervo patrimonial e cultural. Nesse sentido foi cumprido os acordos e a inauguração deste Museu firma o comprometimento em defender o folclore brasileiro (ALMEIDA, 1968, p. 1)”.

Contudo esse projeto precisava ser aprovado pelo Gustavo Capanema atual ministro da Cultura. A luz do projeto em toda sua totalidade não foi executada, pois alguns pontos foram retirados entre eles, estiveram a expressão das culturas populares, o que fica claro a posição desse em defender uma elite aristocrática, pois no que se refere as edificações das obras de artes, ou seja, o patrimônio material elitista (CORREIA, 2012)

A criação desse projeto de políticas culturais na sociedade brasileira é notória, a importância e contribuição dado por Mário de Andrade, apesar das mudanças e dos cortes feitos pelo ministro da época, esse projeto referencia o início da política cultural enquanto lei, implementadas por um ministério próprio da cultura. Entendemos que o país passou por severas mudanças na atual conjuntura da política principalmente no de 1945.

Essa tentativa que Mário de Andrade apresentou para o ministro deixou um caminho aberto para que às práticas culturais se fortalecesse. Essa referência está presente na história da política de tradição cultural e fundamenta as questões importantes e fazem referências no campo de investigação cultural.

Mário de Andrade continuou lutando para afirmar a importância que a cultura popular tinha para o campo das políticas públicas, as expressões populares da cultura nos parâmetros imateriais nessa contemporaneidade que o Brasil passou a instituir em sua base histórica.

Inúmeras foram as contribuições dadas por Mário de Andrade para inserção cultural no país para políticas públicas. O autor Albino Rubim (2007), destaca algumas dessas contribuições como veremos a seguir e que foram de fundamental importância para se instituir as políticas dentro dessa conjuntura política sobre os seguintes véis:

1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas de cultura;
2. Pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”;
3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares;
4. Assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade;
5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidora de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças, etc.) (RUBIM. 2007, p.15).

Fica claro que às ideias de Mário de Andrade esteve muito presente no campo das políticas públicas numa visão estatal, pois é evidente o pensamento do autor acima quando o Estado tenta implementar conservadorismo da brasilidade com as características de um povo que manifesta sua cultura numa miscigenação nacional e ao mesmo tempo popular em termos de manifestações populares.

Na era da gestão política de Vargas, a valorização da identidade nacional cultural esteve voltada para um olhar de valorização de nacionalismo do ser social. Esse paternalismo pretencioso fez com que o estado valorizasse as matrizes culturais. Com tudo, é muito forte o constrangimento da cultura letrada se desagradando das autoridades que tentava dar uma fisionomia comum, isso fez com que alguns dos elementos impressos pela população não continuassem no mundo subalterno marginalizado, entre eles destacamos, o samba de viola, o carnaval que foi muito desprezado pela elite, a capoeira que esta presente em varias partes do país em especial no centro das atividades escolares.

O desejo de imprimir na cultura a face do povo brasileiro levou o governo de Getúlio Vargas a dar vida aos símbolos culturais, e essa visibilidade ganha destaque nos discursos oficiais. Por outro lado existe a parte sombria que menospreza as figuras que para a sociedade elitista representam uma afronta, a exemplo disso aparece nos sambas de viola a presença do vagabundo, malandro, que foi reprimido pelo Setor de Imprensa e Propaganda. O que se percebe é a negação cultural que hora é exaltada ou é oprimida.

A cultura popular muitas vezes é vista a partir do viés folcloristas, transformam as

características locais, escondendo a verdadeira fisionomia original local, essa ocultação de riqueza, de detalhes constituídos da cultura brasileira pela elite classista. Feito essa observação precisa ser percebido onde é elaborado, ocultando as relações sociais das quais é produto dessa classe que há algum tempo vem sendo oprimido. Diante de muitas realidades a cultura se diversifica entre o regional e o local.

É nesta tentativa que o Estado vem intervindo, tentando valorizar com ações em políticas públicas simbolizando o direito da cultura de tradição popular funcionar, nesse momento de constituição da ‘cultura brasileira’, como força de adesão entre as discordâncias locais e de “classe mais sofisticada”. O Estado, portanto, direciona a ação do governo na área cultural para a valorização da cultura popular transformada em símbolo da cultura nacional (BARBALHO, 2007).

Nesse sentido a representação da cultura vem se democratizando se transformando ao longo da história do país, por volta da década de 80 muitas foram as transformações ocorridas no campo da cultura. Uma dessas, bem impactante esteve no viés democrático, o que de alguma maneira vai se fortalecer na política neoliberal, que se aproveita dessa oportunidade para tornar a cultura um negócio econômico, rentável e bem sucedido. Essa pluralidade na cultura, A pluralidade Cultural, foi vista nos anos 80 como uma mercadoria que poderia gerar lucros rentáveis para os meios midiáticos. Em síntese podemos perceber uma suposta identidade cultural trazendo consigo os principais ideais da classe menos favorecida, e sem descaracterizar o poder da elite detentora dos meios de produção. Essa visão se efetivará numa identidade nacional, ao mesmo tempo romantizada, onde retiraria a dualidade de conflitos e facilitaria uma cultura universalizada popular em meio nacional.

Nesta visão política de Getúlio alguns centros institucionais foram criados, em especial no campo da cultura popular. Podemos destacar como os principais desse período: (SPHAN) Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mais precisamente no ano de 1937. Essa instituição foi a mais importante do país em se tratado de patrimônio cultural. Os principais atores desse processo histórico estiveram na luta por legitimar de fato todas as lutas enfrentadas até aqui no campo das políticas públicas. Os principais pesquisadores e defensores deste período tiveram grandes contribuições, contudo fica claro que a população mais rica do país selecionou e priorizou o que deveria ser entendido como cultura. As observações de Mário de Andrade em seu projeto original para a criação do centro cultural, e o desprezo às ricas expressões dos povos nativos, mestiços, negros entre outros.

Falar do projeto inicial da cultura é entender que o maior desafio esteve sempre nos conflitos sobre o que era erudito para a elite e o que era desafio para a política da época. Para

Botelho (2007, p.117) o projeto original “foi abandonado no que ele tinha de mais desafiador e avançado para seu tempo: a memória de grupos populares, etnias que compõem a brasilidade, da diversidade dos saberes e fazeres do país”. Nesta visão fica claro e evidente, que como a política de cultura nacional foi fragilizada pelos interesses de uma minoria, já que a poluição que compõem a maior parte desses interesses estava ficando de fora do projeto tão inovador para esse período.

O período da Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945 é também marcado no Brasil com a presença do Getúlio Vargas a frente da Presidência do país. Esse período também foi fortemente marcado pelos movimentos sociais em prol da democratização de políticas públicas voltadas para os setores sociais menos favorecidos. O que não foi diferente com as políticas culturais, o que evidencia essa ausência estatal a frente dessas políticas foi o período militarismo, onde o estado deixou no verdadeiro esquecimento as políticas culturais que atenderia a grande maioria da sociedade menos favorecida. Com isso fica evidente que foram quase 20 anos deixados para trás em si tratando da efetivação das políticas de cultura no Brasil (ALVES, 2011).

Há de se saber que nesse período antidemocrático, sugue algumas intervenções do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde podemos destacar a criação Ministerial Educacional/Cultural no ano de 1953. Foi também criado o Instituto de Estudo Superior, essa instituição trazia consigo a responsabilidade de tornar o país desenvolvido, e ao mesmo tempo desencadeava sérios confrontos aos dominadores do processo cultural. Daí nasce a Campanha de Defesa do Folclore no ano de 1953, onde pela primeira vez a cultura popular será de fato vista por um ideário de políticas públicas mesmo que vinculada ao MEC e tal órgão seja a entidade de maior respaldo, (RUBIM, 2007). Como podemos perceber o MEC passa a ser visto como órgão de maior poder para firmar a cultural popular como uma ciência da sociedade menos favorecida, a inclusão hora apresentada pelos ideais deve ser pautada no campo das políticas públicas não só como ciências científica mais acima de tudo como ciência do povo.

1.3 Conhecendo as políticas no campo cultural e educacional na ditadura militar

Nesse período que antecedeu o Regime Militarista no Brasil criou-se também a Comissão Nacional do Folclore (CNFL) no ano de 1947. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e que ambos foram direcionados ao Ministério das Relações

Exteriores. Essa Organização realizou diversos fóruns em diversas partes do país, nas representações estaduais a exemplo da Criação dos documentos BNCC que aconteceu a pouco tempo atrás no país.

Os debates, os seminários nacionais proporcionaram a elaboração e a criação das políticas públicas no campo cultural. Com os grandes movimentos folcloristas os defensores e seguidores desta luta concretizaram os maiores ganhos para a cultura, entre eles a criação de centro de estudos acadêmicos, Museus Culturais, com a valorização da Arte popular folclórica³(CORREIA, 2012).

Na década de 60 no estado do Pernambuco mais precisamente na capital Recife aconteceu no âmbito da cultura um movimento, esse começa a se expandir por todo o estado o sob então gestor daquele período era o Miguel Arraes foi rapidamente neutralizado pela ditadura militar de 1964, Conforme (RUBIM, 2007).

O que podemos compreender é que nitidamente a cultura quase não sofre atuação de ataque do governo federal nas décadas de 40 a 60 e isso deu margem para que as ações populares ganhassem força no campo cultura principalmente nos estados. Com isso alguns centros foram criados e foram se destacando dentro dessa nova ordem política como segue adiante: (CPCS) Centros Populares de Cultura, (UNE) União Nacional dos Estudantes e alguns teatros. Foram esses movimentos com a participação dos artistas, dos defensores da cultura popular e folclore, que deram vida a essa construção construtiva dos projetos políticos culturais no Brasil muitas vezes ideológico, porém rico de conscientização para transformar os discursos em práticas políticas. É necessário frisar que o desejo do desenvolvimento por volta dos anos 1950, trouxe para o campo da política de cultura uma comparação em relação ao que Getúlio Vargas chamou de identidade cultural nacional em detrimento ao atraso, o que negativamente é impresso nesse modo de ver e de classificar o eu é cultura popular e o significado de folclore, gerando assim debates no sentido de desenvolvimento a despeito de atraso (RUBIM, 2007).

Para melhor esclarecer esse entendimento entre cultura popular e folclore Ortiz (2006), nos anos 1950 e 1960, os Isebianos formularam a noção de cultura popular como revolucionária e transformadora, enquanto o folclore é interpretado como manifestações culturais tradicionais. Assim, folclore passou a significar tradição, e cultura popular

³ O ISEB, foi um grupo criado pelo Decreto nº 37.608 de 14 de julho de 1955, com órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Os cientistas “Isebianos” eram percebidos como intelectuais de formação jurídicas, bacharelezes, desprovidos de instrumentos teóricos e metodológicos indispensáveis para o exame científico da sociedade. A grande maioria dos Isebianos eram advogados com interesses voltados para a filosofia, outros aos jornais, a órgãos ligados aos movimentos de esquerdas e as comunistas (FUNDAÇÃO GETULIO VERGAS 2020).

transformação. Fica evidente que tendo como base esse entendimento, alguns centros institucionais se apropriam dessa emblemática discursão como; CPCs, UNE e Teatro Arena, e fizeram a implementação das discursões, com isso o conceito de cultura popular se constituiu dentro dos movimentos como ferramenta de conscientização das camadas populares menos favorecidas cultura popular:

Não são os valores e as concepções de mundo dos segmentos subalternos, nem tampouco artísticos engendrados pelos segmentos mais pobres, assim como não são as expressões estético-artísticas que compõem as tradições populares, mas antes um projeto político que passa pelas atividades culturais desenvolvidas pelo CPC (ALVES, 2011, p.183).

Nesse entendimento, a cultura popular não é entendida como o viés de mudança num quesito restrito do resgate da identidade proposta e defendida por Mário de Andrade, para tanto o que fica claro é a ideia de que a cultura popular das classes sociais se torna inferiorizada, porém há um chamamento para uma tomada de consciência, que esta ameaça pelos ideais de um grupo menor, instruído pelas forças do sistema imperialista e que a cultura no popular de sua essência passa a ser libertada da inferioridade dada por determinado grupo, devemos saber o que de fato filtrar como valor em quanto status social.

Precisamos entender que o momento de 1964 foi de extrema complexidade. Com o Golpe Militar aplicado é instituído no país uma nova forma de governo, esse comandado pelos Militares, sua base de ordem foi a opressão, que censurou a cultura na sua base, negando-lhe o direito de divulgar o pensamento, afrontando qualquer forma de tentativa de libertação de seu povo, esse momento opressor acontecia com medidas de reclusão, torturas, extradição e até mortes. A Ditadura Militar, logo no início, causou um sufocamento dos intelectuais que na maioria das vezes foram obrigados a negar o que eles idealizavam. Com tudo, não parou o movimento da arte como um todo.

Isso evidencia a lógica de uma tentativa de tornar a cultura um mero produto que é atribuindo um valor em termos financeiros. Com essa lógica comercial passa a ser explorada pela mídia de duas formas, uma simbólica que não poderia ser expressa na sua totalidade e a outra que assume um caráter midiático na indústria cinematográfica, como a produção de filmes, músicas, livros, revistas tudo isso sobre o comando do sistema militar. Onde só se podia reproduzir o que os generais autorizassem. Daí surge algumas empresas nessa nova roupagem: em 1965 foi criada a EMBRATEL, em 1969 foi a vez da EMBRAFILME e em 1972 nasce a TELEBRÁS, todas voltadas para a esse fim (SOUZA, 2002).

Neste sentido fica claro que na fala do autor a seguir Rubim (2007) a política dos governos militares visava nesse momento inicial, à integração simbólica do país através da reprodução e legitimação da ideologia oficial com a circulação de bens simbólico-culturais (filmes, músicas, e livros) nos meios de comunicação, que estavam sob seu rígido controle.

Quando falamos em identidade, devemos sempre fazer determinados questionamentos, o cultural nacional defendido por Getúlio Vargas, ou o defendido pelo sistema militarismos, voltado para a coisificação da identidade como um valor simbólico a títulos culturais. É uma forma de afirmar que a identidade cultural precisa ser resgatada sem que antes tivesse sido construída e aceita de fato. Em termos de política pública não podemos fazer uma mensuração sobre o que pode ser entendido, vivido, idealizado ou apontado. Cultura é um universo maior do que esse que nos é apresentado. A cultura passa a assumir um valor de troca para o sistema militar. Esse objeto que fora consumido durante este período escuro que foram vividos no véis das políticas públicas em se tratando da cultura popular. Esse entendimento nos leva a compreender que o sistema militar além de opressor foi também excludente, cruel, além de reduzir a verdadeira identidade cultural, fez firmar a supremacia entre as culturas.

Diante dessa política podemos perceber que a interação era simbólica, atrelada, vista como suposta ideia identitária nacionalista, com formas e afirmativas inerentes a cada período da história, de uma lado o desejo da construção de uma identidade nacional, do outro se apresenta uma tentativa de resgate de uma identidade nacional, frente as práticas de comércio de vendas de uma cultura atrasada simbolicamente e sem uma autenticidade própria. Há de se questionar as atuações inerentes aos dois processos, onde a cultura brasileira por sua diversificação não construiu uma base política cultura a cara de sua nação. Diante das falas e das discussões a cerca desse discurso Sousa nos atrás a seguinte fala:

Nos anos 70, o termo resgatar a cultura quase sempre aparecia em relatórios de autarquias federais, como um famoso programa do Ministério da Indústria e Comércio que decidiu resgatar a memória cultural dos ceramistas populares de certas áreas do nordeste. O que resultou daí foi à ligação entre os artesãos primitivos e as butiques do Rio e São Paulo, fazendo chegar cultura nacional resgatada na decoração dos lares classe média do país. Talvez por isso nos anos setenta não havia uma estante de livros, por mais modesta que fosse, que não tivesse pelo menos uma pequena réplica de Mestre Vitalino, carimbo da identidade resgatada como os poemas com textos de Brecht eram os carimbos ideológicos (SOUZA, 2002, p.20).

Fica claro na afirmação acima que não estamos falado de um resgate da cultura popular, mais de uma tentativa do sistema de capital se apropriar dessa cultura, fazendo com que ela possa migrar para os grandes centros afim de mostrar como a modernidade pode

usurpar esse ideário de identidade de forma comercial, ou seja, lucrativa, puramente capitalista. Essa constatação torna a cultura vulnerável passando a ser consumida como um produto industrial qualquer, frente a um discurso ideológico fragmentado da realidade das raízes da cultura brasileira, descaracterizando sua essência primeira e tornando-se mero símbolo de culturas que se agrega um valor de compra e troca.

A ditadura militar inibe os avanços culturais e a falta de investimento durante esse período faz com que a partir do ano de 1974, se perceba de forma discreta, uma leve retomada nas políticas de investimento da cultura. Isso é visto com a criação de alguns centros de cultura entre elas destacam-se (Funarte no ano de 1975) Fundação Nacional das Artes, a implementação do primeiro Plano Nacional de Cultura no Brasil. Neste momento tinha-se um maior respeito à preservação dos valores de manifestação das raízes de tradição, o que era pensado pelo Instituto Nacional do Folclore na era Vargas e no ano de 1979 torna-se o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) conforme (CORREIA, 2012).

Com as iniciativas deixadas pelo Ministro Capanema, o secretário de cultura de São Paulo Mário de Andrade já no final do período da ditadura militar, alguns avanços voltam para o campo cultural. Sendo que numa visão que valoriza o patrimônio histórico no centro das políticas públicas no campo da cultura, quem idealizou esse retorno foi o intelectual Aloísio de Magalhães. Enquanto ministro ficou incomodado em relação a algumas questões norteadoras sobre a cultura popular em meado do ano de 1975, as críticas mais direcionadas começaram a surgir, um dos questionamentos mais pertinentes foram em relação a uma definição conceitual mais abrangente sobre a cultura e em especial as manifestações mais tradicionais da cultura popular brasileira. O ministro acima tenta dar continuidade ao projeto de cultura descrito por Andrade, há de se perceber que existiu um maior radicalismo onde ele trás a afirmação dizendo que cultura é tudo dentro de um universo antropológico BOTELHO (2007).

Dando continuidade ao plano de desenvolvimento cultural proposto pelo antigo ministro da cultura Aluísio de Magalhães que mobilizou com facilidade as instituições no campo das políticas públicas, dando maior respaldo ao campo da cultura, o que lhe garante o posto de diretor da Fundação Nacional Pró-Memória no ano de 1979 conforme BOTELHO (2007). Um dos destaques desse momento foi à valorização das expressões culturais, essa visão deu visibilidade às questões dos bens da cultura, intensificando a divulgação dos bens mediante os meios tecnológicos para tornar a cultura patrimonial e cultural do Brasil em artes, ofício com verdadeiras expressões.

Essa importante contribuição deixada por Aluísio de Magalhães para a cultura popular

local principalmente quando esteve à frente da Secretaria de Cultura nos anos 1981 e 1982, estruturando uma política em âmbito federal de valorização dos saberes culturais de raízes do povo brasileiro. Ao término da ditadura o caos estava instaurado no país, uma crise estrutural é encontrada nas finanças econômicas do país. A população menos favorecida encontra-se numa crise não só financeira mais também social, isso é sentido com mais afinco quando buscamos ver na parte de políticas culturais. Os cofres públicos foram sucateados e muitas das instituições que tinham sido criadas desapareceram entre os anos de 1985 a 1993 entre elas a Embrafilme, a Funarte e o Pró-Memória.

1.4 A política cultural nas últimas décadas do governo Lula ao governo Dilma em que o programa funcionou

O Estado diante das condições reais sente a necessidade de intervir de forma eficaz, lançando a criação da primeira lei cultural no Brasil no ano de 1989, onde tinha a frente o presidente José Sarney e como ministro Celso Furtado. Porém essa nova política estava voltada para o mercado neoliberal propriamente dito, ou seja, havia um investimento com recursos públicos, mais outro de maior destaque foi a isenção total de tributos e desta maneira foi garantindo um maior apoio a cultura popular.

Diante do modelo neoliberal, a cultura popular perdeu muito no que se refere aos investimentos advindos das políticas estatais, faltaram interesses dos governantes até a década de 90. Os investimentos para esse seguimento quase não foram percebidos conforme as leituras.

A cultura popular ganhou um destaque no governo Lula, com a ideia de tornar a política cultural um projeto inovador, fazendo menção ao intelectual Mário de Andrade, o que de fato influenciou a política cultural e começa a se pensar uma nova política voltada para os direitos do cidadão, vai representar esse projeto a frente da Secretaria de Cultura em São Paulo (CHAUÍ, 2006).

Ao perceber a essência antropológica idealizada por Mário de Andrade, a cultura foi beber na fonte da cultura cidadã, onde é percebida a importância que foi negada aos sujeitos menos favorecidos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia muito bem o que era ser excluído na forma cultural, e sua ideologia partidária busca restaurar esse elo hora perdido, hora quebrado. Dessa forma a cultura assume uma identidade de cultura das classes trabalhadoras. Os pontos de culturas passaram a ter uma importância fundamental na criação

das casas de culturas em locais públicos, foi dado incentivo para a propagação desse modelo de cultura numa perspectiva de cidadania, isso atraiu novos sujeitos para esse universo cultural, o palco agora é o locus onde a classe massificada estava presente.

Neste sentido a política cultural atende os novos sujeitos do processo, possibilitando acesso e permanência em políticas públicas na cultura de tradição popular, inclusive as culturas Afro-brasileiras e indígenas entraram nesta nova conjuntura social em se tratando de cultura ⁴popular (CHAUÍ, 2006). Nos últimos anos o Governo Lula atenta para o interesse social assim como nas políticas culturais no território nacional.

Neste sentido o que foi por muito tempo excluído, marginalizado, deixado de fora dos verdadeiros direitos garantidos pela Constituição Federal, passa a ser visto no intuito de sair desse mundo subalternizado pela elite do país. Esse debate frente à cultura não é recente, já vem em pauta desde 1920. O que se propõe é à saída deste do mundo do discurso, e será dada voz a uma discursão centrada na identidade, nas diversidades culturais, nos patrimônios materiais e imateriais e por fim nas culturas de tradições representadas por grupos folclóricos nas diversas partes do país. Essa ideologia contemporânea no palco das políticas públicas legitima o desejo de todos os idealizadores culturais.

No governo Lula e Dilma foram de extrema importância para a compreensão das políticas culturais nos quase 16 anos do governo dos Trabalhadores PT que ficou definido conforme a explicação asseguir: o dia 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve afrente da presidência do Brasil foi o presidente de número 35 representando os trabalhadores e eleito pelo partido dos trabalhadores. De 01 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016 esteve a frente da presidência do Brasil Dilma Vana Rousseff que deu continuidade a política implementada pelo partido dos trabalhadores. As discursões sobre as políticas culturais se tornaram frequentes nos dois governos, onde houve desafios muito grandes a ser enfrentados nos campos de tensões, fizeram-se necessários e urgentes valorizar as culturas tradicionais, o estado enquanto soberania precisa tomar a frente e implantar as políticas de afirmações que garantissem o direito da classe trabalhadora menos favorecida.

O século XX é marcado por essa instabilidade nas regulamentações das leis culturais. Esse cenário vai além do Brasil, é uma realidade mundial, existiu uma efervescência na

⁴ A Organização das Nações Unidas para a Educação, e Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 04 de novembro de 1946 com objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados- Membros. Hoje são mais de 193 países na busca por soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades (SANTIAGO, 2013).

dinamização dos mercados consumidores, fato esse que dinamizou as políticas de cultura no Brasil e no mundo fazia-se necessária a mudança na intolerância entre os povos que hora são oprimidos, hora são exaltados nos movimentos de luta para aceitação de sua cultura enquanto ser social dotado desse direito.

Essa instabilidade levou a ⁴UNESCO, a mediar as discussões sobre as políticas culturais no seio das classes sociais menos favorecidas, e no XXI esse órgão é de extrema relevância, sobre tudo no diz respeito às discussões emblemáticas sobre a identidade cultural, sobre o patrimônio material e imaterial e sobre a cultura popular de tradição. Com base nessa observação a salva guarda cultural pode ser definida conforme afirmação abaixo:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundados na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outros, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, p.2, 1989).

A explicação acima deixa claro que pode se perceber a cultura como é definida na antropologia, onde o conceito de cultura passa a ser visto num viés totalitário de crenças, tradições, hábitos populares, ou como uma visão mais centrada nas diversidades patrimoniais de forma imaterial diversa e com identidade própria de cada povo. Com isso foram criados dois documentos pela UNESCO, ou seja, a criação da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no ano de 2003 que legitima como prática social as expressões e manifestações culturais como patrimônio imaterial da nação. E no ano de 2005, foi criada a Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das expressões culturais (Sid: Minc,2010). Sid Minc - Secretária da Cultura do Ministério da Cidadania. Desta forma o Brasil passa a tornar as políticas públicas no campo da cultura, representando, o seu povo e as suas expressões culturais.

No governo Lula as políticas governamentais para a cultura atingiu um patamar que é referenciado internacionalmente, desta forma o estado passa a investir na cultura constitucionalizada num viés democrático e com a participação da sociedade civil na criação das políticas públicas no campo da cultura. Essa forma democrática deu ao Brasil uma visibilidade internacionalmente no campo dessas políticas. Outro momento histórico de grande relevância se deu com a nomeação do ministro da cultura Gilberto Gil, onde o presente não só garante a cultura, as ações necessária, como também quebra o preconceito racial entre

as raças. No seu discurso de posse Gil fala que a cultura do país nunca mais será a mesma, e com isso imprime um novo tempo de novas oportunidades para todas as culturas.

Neste contexto, as reformas neoliberais na área educacional foram conduzidas sob as orientações de instituições internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial, visando à inserção do Brasil no mundo globalizado, passando a se fazer presente nas políticas educacionais “o discurso da modernização educativa, da diversificação, flexibilidade, competitividade, produtividade, eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino” (LIBANEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2012, p. 66).

Mediante a necessidade do resgate de algumas manifestações culturais observada pelo Ministério da Cultura surge a preocupação de implementar uma ação inovadora aliada ao Ministério da Educação para resgatar e valorizar a cultura local. O resultado dessa ação foi à criação do Programa Mais Cultura, implantado nas instituições com o intuito de fomentar as práticas culturais que por questões da perda de identidade cultural da localidade estão desaparecendo. No governo Lula foi implementado esse desejo de tornar a cultura popular uma necessidade nas instituições públicas, e com essa ideia já maturada iniciada como o Ministro da cultura Gilberto Gil, o governo do presidente acima citado termina e sua ideia torna-se efetiva na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

Com a parceria dos ministérios a seguir: o MinC- Ministério da Cultura e o MEC- Ministério da Educação que criaram oficialmente por meio da Resolução PDDE/FNDE nº 04 de 31/08/2012 e pela complementação oriunda da resolução PDDE/FNDE nº 04 de 31/03/2014 onde a essência está na inclusão dos estudantes ao acesso a cultura de modo especial entre as classes menos favorecidas da sociedade atual, priorizando a comunidade local como celeiro de articulação entre os mestres da cultura existente na comunidade e a parceria com a instituição de ensino no desempenho de atividades como: teatro, música, dança, circo, artes visuais, cultura indígena, cultura afro-brasileira além de visitas a museus e tudo de forma articulada com as ONGs, grupos locais que trabalham a questão cultural e o intercâmbio cultural.

1. 5 Histórico do Programa Mais Cultura nas políticas educacionais e sua interatividade com a política cultural no Brasil

Até meados do século XVIII, o Brasil era um país essencialmente agrário, onde a educação era ministrada pelos Jesuítas para uma elite minoritária bastante restrita. “Para uma

economia mercantil predatória e para uma sociedade iletrada, para quê escolas”? “Quanto ao financiamento”, pode-se dizer que as atividades educativas e catequéticas da “companhia de Jesus” eram financiadas com base em duas fontes, ambas viabilizadas pela coroa portuguesa, interessada na “domesticação” e pacificação dos povos nativos (MONLEVADE 1997, p. 19).

A primeira fonte a que se refere o autor é o dote inicial garantido pelo Estado português para a instalação do colégio, inicialmente na Bahia de Todos os Santos, depois nas outras capitanias. A segunda fonte viria da exploração das terras e dos animais, também doados por Portugal, e que possibilitaria aos padres sua sobrevivência e às escolas sua multiplicação. A expansão das atividades mercantis da “Ordem de Jesus” logo as tornou a principal fonte de financiamento da educação naquele período, o que vai significar a paulatina desresponsabilização do Reino com a educação pública (MONLEVADE, 1997, p. 54).

A expulsão dos jesuítas e a desarticulação do sistema educacional por eles organizado, de acordo com (MANLEVADE, 1997, p. 55), “não chegaram a comprometer a sociedade colonial, pois a grande maioria da população permanecia escrava e a demanda por educação ainda pequena podia ser atendida por outras ordens religiosas existentes e pelas escolas logo as tornou a principal fonte de financiamento da educação naquele período”.

Conforme Pinto (2000), a história do financiamento da educação no Brasil, se divide em três fases. A primeira de 1549 a 1759, onde o Estado confiou aos jesuítas à exclusividade do exercício do magistério público no país. A segunda, que compreende desde a expulsão dessa ordem religiosa até o fim da república velha Compreendida entre 1889 e 1930, a República Velha representou o poder das oligarquias rurais no cenário político e econômico brasileiro, em que se viveu um momento em que, buscavam-se fontes autônomas de financiamento da educação, ou se previam nas dotações orçamentárias os recursos para o ensino. A terceira fase que se iniciou com a promulgação da Constituição Federal, em 1934, e perdura até os atuais dias, que apesar das interrupções nos períodos ditatoriais, determina-se, como principal mecanismo, a vinculação de um percentual mínimo de recursos tributários para o financiamento da educação.

Desta forma, esse novo modelo de educação tinha uma funcionalidade, além de não contar com verbas suficientes, condição que se tentou minimizar com a criação, em 1772, do subsídio literário que correspondia a uma taxa de dez réis sobre cada "canada" (2.622 litros) de aguardente e de um real em cada "arrátel" (0,429 quilogramas) de carne para ser investido em educação. Não obstante esses mecanismos de financiamento, os relatos da época indicam que havia um atendimento educacional extremamente precário, agravado pela falta de professores qualificados e com baixa remuneração. Em 1886, a população brasileira

escolarizada representava cerca de 1,8% do total (incluindo negros e índios). (ALMEIDA, 1989).

Segundo Romanelli (1985) em virtude da Proclamação da República, a Constituição Federal de 1891 priorizou o papel a ser desempenhado pelas famílias em detrimento do Estado na garantia do direito à educação, reforçando a política oficial de alheamento do governo central em relação aos assuntos educacionais. No mesmo período, as mudanças estruturais relacionadas com a alteração do modo de produção escravocrata desencadearam, nos centros urbanos, o surgimento de uma incipiente sociedade civil que passou a reivindicar a oferta da escola pública.

Rama (1987) a CF/1934, “em seu artigo 139, trouxe a inovação da obrigatoriedade das empresas manterem o ensino primário gratuito para seus trabalhadores e seus filhos. Contudo devido ao ônus financeiro e administrativo, que as empresas não estavam dispostas a assumir, e a baixa capacidade de regulação por parte do Estado em assegurar o cumprimento da lei, essa determinação constitucional foi praticamente inócua. Não obstante, criava-se a lógica para o estabelecimento do atual salário-educação (PINTO; ADRIÃO, 2006, p. 27)”.

No presente capítulo discutiremos como vêm se dando ao longo do processo sócio histórico da sociedade a discussão pertinente à criação de um Ministério para à Educação e, sobretudo como esse debate se configura no cenário contemporâneo até onde o Programa Mais Cultura aparece, tornando-se um dos desafios posto ao contexto escolar apesar dos avanços significativos que o MEC conquistou durante esse longo período. Segundo Delors:

[...] é no seio dos sistemas educativos que se forjam as competências e aptidões que farão com que cada um possa continuar a aprender. Longe de se oporem, a educação formal e informal deve fecundar-se mutuamente. Por isso é necessário que os sistemas educativos se adaptem a estas novas exigências; trata-se, antes de mais nada, de repensar e ligar entre si as diferentes sequências educativas, de as ordenar de maneira diferente, de organizar as transações e de diversificar os percursos educativos (DELORS, 1998, p.121).

Falar de política educacional já não é uma ousadia para a contemporaneidade tanto quanto era na década de trinta, mas, ainda continua um tema muito complexo frente às necessidades encontradas na grande maioria das instituições públicas de ensino do país. A educação passou por muitos ajustes, desde o surgimento do modelo de educação elitista que vigorou por muito tempo na sociedade brasileira até a educação dita para todos.

O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Em 1932, um grupo de intelectuais preocupados em elaborar um Programa de Política Educacional amplo e integrado lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira.

O manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja era concorrente do Estado na área da educação. Foi em 1934, com a nova Constituição Federal, que a educação passou a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. De 1934 a 1945, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, promoveu uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional. Até 1953, foi com o Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC.

O sistema educacional brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEM), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC. Foram necessários 13 anos de debate (1948 a 1961) para a aprovação da primeira LDBEM. O ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei.

O pano de fundo era a separação entre o Estado e a Igreja. O salário-educação, criado em 1962, também é um fato marcante na história do Ministério da Educação. Até hoje, essa contribuição continua sendo fonte de recursos para a educação básica brasileira. A reforma universitária, em 1968, foi à grande LDB do ensino superior, assegurando autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira as universidades.

A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas. A educação no Brasil, em 1971, se vê diante de uma nova LDB. O ensino passa a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto também prevê um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais. Em 1985, é criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e, somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Uma

nova reforma na educação brasileira foi implantada em 1996. Trata-se da mais recente LDB, que trouxe diversas mudanças às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola).

A formação adequada dos profissionais da educação básica também foi priorizada com um capítulo específico para tratar do assunto. Ainda em 1996, o Ministério da Educação criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para atender ao ensino fundamental. Os recursos para o FUNDEF vinham das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação. O FUNDEF vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Agora, toda a educação básica, da creche ao ensino médio, passa a ser beneficiada com recursos federais. Um compromisso da União com a educação básica, que se estenderá até 2020. É nessa trajetória de quase 80 anos que o Ministério da Educação busca promover ensino de qualidade. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o MEC vem reforçar uma visão sistêmica da educação, com ações integradas e sem disputas de espaços e financiamentos.

A refletir sobre o desenvolvimento da educação no país estabelecemos algumas relações claras que conotam e evidenciam as relações relativas ao contexto social educacional fortemente desenvolvido num sistema de fatores sociais compreendidos a partir da evolução cultural. A relação entre Educação, Cultura e o Programa Mais Cultura vem mediar uma relação social historicamente construída numa estrutura política interligada a fatores herdados de uma cultura política excludente e conservadora. Essa prática vem possibilitando o jogo de forças entre a realidade vivida na sociedade e a busca por políticas de afirmação e superação dos atrasos que foram silenciadas de forma negativa e desencadeou um processo de fatores contraditórios dentro de uma realidade concreta e repleta de conceitos a serem desmistificados relacionando-os de forma reflexiva a ordem evidenciada pelas políticas de negação do direito a educação plena.

O rompimento da crise educacional passa a ser superada com a tentativa de garantir o direito a uma população amplamente massacrada por classe opressora. Essa parceria entre educação e cultura prioriza uma tentativa de garantir que a população brasileira que tenha de fato assegurando o direito a uma cultura voltada para as ideias de valorização e reprodução da herança cultural que foi negada a classe menos favorecida com políticas públicas de implementações de programas de valorização e resgate da cultura popular de cada localidade,

mediante a criação do Programa Mais Cultura em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.

A parceria entre escola e os Programas Federais vem sendo palco de debates fortemente discutido no campo pedagógico brasileiro nos últimos anos. Essencialmente no ambiente das políticas públicas que vem sendo apontado como responsável pela defasagem das condições precárias que a grande maioria das instituições de ensino se encontra e a permanência dos problemas da grande maioria das instituições vem se firmando na contemporaneidade. As justificativas fundamentam-se em políticas públicas e projetos de qualidade para o campo educacional, o que vem deixando a desejar desde o início da trajetória da educação brasileira. A relação entre escola e as políticas de programas precisam tornasse efetivos e não apenas uma prática paliativa para suprir uma carência instantânea que supere alguns desafios enfrentados no campo educacional em especial dentro da escola que reflete as consequências do mundo contemporâneo.

À grande dificuldade vivida pela educação brasileira está em lidar o tempo todo com a relação entre a escola e os programas que financiam e garante a necessidade básica de sustentação, primeiramente, devemos entender o processo de construção histórica da educação do país que tem a escola como base social de transformação da sociedade. Temos aqui a principal incógnita responsável principal veículo de entendimento que se propõe a formação de uma educação pautada nos ideais de qualidade garantidos pela Constituição do país e seu papel educador, ou seja, a escola e sua função social, compreender a visão de mundo que fundamenta tais ideias.

No Brasil, o entendimento em relação às obrigações da escola na produção de uma sociedade inovadora produz, desde o início, uma alternativa de observar e compreender a alfabetização das pessoas mais pobre do Brasil. As relações estudadas na nossa sociedade vivem frente a frente com a tentativa superar a “cultura do atraso”, rusticamente herdada do período da colonização da população rural no Brasil império. Nesta visão, à escola assumi, cada vez mais, o papel de redentora institucional das relações desejadas pela sociedade brasileira de livrar o atraso social de uma “cultura tradicional do atraso”, promovendo um significativo direito sócio-cultural da sociedade como um todo, à socialização urbana de uma cultura letrada “tida como civilizada” e, que, romper as desigualdades da população do país. A escola tem sua função que é de incluir todos os cidadãos que de algum modo são excluído pela sociedade do progresso do capital, necessitamos de políticas que garanta o direito, o acesso e permanência da população menos favorecida dentro das unidades escolares,

garantindo os conhecimentos necessários para sua inserção e permanência no ambiente escolar.

Desta forma precisa-se analisar a construção histórica dos conceitos que categorizam a organização da atual conjuntura política pública no cenário brasileiro que tenta resgatar e incluir crianças e jovens ao mundo da cultura que foi negado durante muitos anos e a alternativa para inclusão e acesso aos meios culturais foi criada políticas como: o Programa Mais Cultura.

Em 2013, as resoluções nº PDDE/FNDE nº 04 de 31/03/2014 onde a essência está na inclusão dos estudantes ao acesso á cultura de modo especial entre as classes menos favorecidas da sociedade atual, priorizando a comunidade local como celeiro de articulação entre os mestres da cultura existente na comunidade e a parceria com a instituição de ensino no desempenho de atividades em teatro, música, dança, circo, artes visuais, cultura indígena, cultura afro-brasileira além de visitas a museus e tudo de forma articulada com as ONGs, Grupos locais que trabalhe a questão cultural e o intercâmbio cultural.

O Programa buscou estreitar a relação entre escola e comunidade como alternativa necessária para minimizar os problemas sociais escolares e a solução foi induzir a ampliação da jornada escolar como alternativa para vivenciar uma Educação Integralizada com os meios culturais mais próximos de cada realidade. Em relação as atividades escolares em outros espaços, a escola garante a formação dos educandos em toda sua totalidade.

Tem-se uma formação humana integral e completa que atende crianças e jovens nas mais diversas especificidades e condições sociais, desta maneira as instituições de ensino garantem o seu objetivo principal, ou seja, sua função principal a educação formativa de crianças e jovens das unidades educacionais. Não deixando, perder de vista seus sua principal meta a de potencializar o aprendizado de crianças, jovens e adultos eu não tiveram acesso a essa educação na idade certa e essa missão vai além da Unidade Educacional ela ultrapassa barreiras e integram outros espaços.

Para descobrir o princípio histórico da essência e dos conceitos que embasam a Política desse Programa é preciso ir além do que é meramente suficiente ou necessário. Este entendimento não pode ser visto como um campo de guerra pra saber quem possui mais forças, é necessário uma boa reflexão sobre a política pública do Programa em esfera nacional, estadual e local. Essas reformulações que as instituições de ensino vêm passando ao longo desses anos.

As unidades escolares avaliam a capacidade de ensino aprendizagem levando em consideração a capacidade que os educandos das classes menos favorecidas passaram a

compreender e a vivenciar nos últimos anos. Necessitam-se aproximar as políticas públicas com as unidades educacionais de forma concreta, com práticas efetivas, como educadores comprometidos a construir e transformando as dificuldades em políticas permanentes de transformação da realidade social onde à grande maioria das crianças estão inseridas. Falta compreender o processo que efetiva essa realidade vivenciada na contemporaneidade.

No Brasil em cada período da história da educação percebem-se conhecimentos em diferentes contextos, o que não diferencia é o modelo que prevemos de educação para às classes menos favorecidas da população mais carente, ou seja: uma educação populista massificadora, propagada por uma elite dominante, em contra partida temos uma classe desprovida das condições elementares para uma educacional básica primária que atenda aos princípios das legalidades defendidos pelas leis educacionais.

As péssimas condições, que educação básica democrática encontra-se, muito distante dos ideais libertador e transformador que Freire (1997) tanto defende e isso vem se distanciando cada vez mais. À medida que as leis e os programas elaborados apontassem as mudanças tão almejadas pelos educadores e idealizadores da educação não teríamos tantos exploradores e nem uma massa tão explorada. Por essa razão observamos a necessidade de analisar a ideia de implementação do Programa Mais Cultura numa tentativa de resgatar as relações sociais com base nas vivências reais escolares.

1.6 Política educacional e política cultural

A política educacional, fizeram-se presente quando a crença na capacidade que a escola tem surge logo após a Primeira Guerra Mundial, projetada mediante nova visão e anseios. As unidades educacionais escolares não conseguiram minimizar as desigualdades existentes no meio social. Até então não fora capaz de redimir a humanidade, era necessário redefinir os rumos e as práticas do sistema educacional e zelar elas escola como instituições que promove a democracia. Compreendem-se, nesta época, que as instituições escolares teriam pela metodologia tradicional fragilizanda o ensino por falta de democratização do ensino.

Com a necessidade de replanejar o sistema educacional para ser entregue a humanidade. Divulga-se entre a década de 20 e 40 mais precisamente entre os anos de 1918 a 1936 o Escolanovismo, e que defendia um sistema educacional que atendesse toda a sociedade de forma igual no desenvolvimento intelectual, ou seja, que não houvesse uma sociedade classista. No primeiro momento republicano da Primeira República é entendido

como o marco inicial da história da educação brasileira, esse período nos dar base para entender e analisar sobre uma visão crítica do mundo escolar no Brasil.

Foi nesse período entre as décadas de 20 e 30 que os pensadores liberais passaram percorrer no meio educacional demonstrando uma preocupação com o sistema escolar brasileiro. Os principais questionamentos elencados neste período foram pautados na superação das bases escravistas, do trabalho livre com o pagamento de salário para todo trabalhador. Foi nesse período que os pensadores da Escola Nova fizeram frente a uma série de estudos para tornar a escola progressista.

É percebido, que mesmo com todas essas idealizações intelectuais conseguiram-se importantes ganhos para a educação brasileira, principalmente no campo do debate de sociedade baseada numa ideologia de progresso. Com a retórica realidade da sociedade brasileira composta por latifundiários, monocultores e escravos. Nesse período o Brasil tenha sua população quase que totalmente analfabeta.

A falta de uma cultura educacional no país propiciou um movimento que resultou numa educação de base social. Esse princípio de inovação social desencadeou um processo de modernização da sociedade brasileira, copiado nos moldes estadunidenses, onde não se via nada em relação aos ideais almejados pela sociedade brasileira. O que ficou visível foi o modelo dos Estados Unidos ditando as regras do país em níveis econômico, político, segurança, educação e cultura.

Algumas reformas foram surgindo no Brasil no intuito de sistematizar um plano educacional para o país. Como: Sampaio Dória, em São Paulo (1920), a de Lourenço Filho, no Ceará (1923), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), a de Mario Casassanta, em Minas Gerais (1927) onde podemos encontrar nos Pioneiros da Escola Nova. Esses ideais liberais fizeram brotar um movimento e um sentimento social democrático e progressista esse lema impulsionou os movimentos educacionais estrangeiros no Brasil.

Mesmo com o sentimento de superar o passado no período histórico da sociedade brasileira escravista e excludente, esses ideais impulsionaram o desejo democrático do pensamento pedagógico brasileiro na tentativa garantir o direito a educação básica escolar para a sociedade menos favorecida e tentar garantir políticas públicas em caráter sociais ideais. Esses sentimentos liberais progressistas não atingiram a todos, pois quem detinha o poder não estava disposta a colocar a prova e a cultura excludente prevaleceu.

É preciso compreender que a conjuntura especial, social viva um choque entre a cultura conhecida como tradicional e a cultura letrada no meio urbano. Onde o país começa se industrializar buscando se modernizar frente às relações de produção social e o sonho de uma

sociedade mais democrática e igualitária. A instituição escolar tem origem da Primeira República no Brasil, anteriormente falamos sobre essa formação institucional conhecido como escola pensada a luz da realidade da população brasileira menos favorecida. Porém este movimento fortaleceu os princípios liberais, que fizeram acreditar que a classe menos favorecida poderia alcançar os direitos básicos sociais elementares.

As tendências da Escola Nova e os métodos pedagógicos modernizaram, neste período, contribuições para a implementação de uma escola que atendesse a toda a sociedade de forma justa, igualitária, democrática e moderna. O entendimento que se tem da sociedade em relação aos desafios propostos pela implantação de novas leis encontra-se as dificuldades em relação ao novo, principalmente quando estas são vindas através das leis criadas e incorporadas as legislações escolares, e passam a serem vistas e enfrentadas como atraso sócio-cultural educacional. Nesta visão as instituições de ensino poderiam aproximar as relações advindas dos projetos implantados de forma a valorizar as relações de pertencimentos como patrimônios representados os ideais de coletividade beneficiando como direito educacional.

O processo histórico educacional brasileiro nos mostra como, surge as mais variadas práticas que culminaram com a exclusão da grande maioria populacional menos favorecida sendo considerada pobre no sistema das unidades escolares. Esta exclusão que aconteceu marcou o começo do século XX, onde a unidades educacionais passaram de fato a ter acesso à escola pública.

No decorrer do início da década de 60 os principais ideais defendidos pelos precursores da escolanovistas fundamentaram as discursões que fortaleceram diretamente o pensamento pedagógico brasileiro. Para tanto o que mais preocupou foram às funções puramente técnicas da escola, e alguns debates fundamentais vivenciados nas realidades que envolviam as escolas brasileiras. Tinha-se uma evidente intenção de percebida o que estava acontecendo com as escolas entre décadas de 1950, 1960 e 1970 onde a conjunta educacional brasileiro estava mergulhada no atraso educacional com a grande maioria da população brasileira classificada como analfabeta.

Até meados dos anos 60 o direito a educação eram privilégios para a classe da elite, neste período foi necessário perceber os principais questionamentos produzidos pelos pesquisadores intelectuais da educação e que esses questionamentos fizeram com que esses conhecimentos adentrassem as unidades educacionais fortalecendo a base do sistema educacional e garantindo o reconhecimento desses ideais produzidos intelectualmente por grandes estudiosos da questão educacional e esse conhecimento se efetivasse em políticas

públicas de programas de reconstrução produzidas a nível escolar e que atendesse a grande maioria da população desprovida desse direito que foi negado a maioria da população pobre.

Perceber tais questionamentos fez de fato entender que as unidades educacionais sempre foram deficientes de programas de governo que reconhecesse os questionamentos apontados à produção desses conhecimentos e faz-se necessário e urgente rever que os conhecimentos apontados alcancem as pessoas que ficam de fora do processo educacional. No final dos anos de 1970 a educação brasileira foi fortemente influenciada pelas pesquisas dos estudos norte americanos estadunidense em relação ao fracasso das unidades escolares no que se refere á desigualdade de classes pode destacar: a carência cultural teórica, que afirmava o não desenvolvimento da clientela por falta de ambientes propícios e culturalmente adequados as crianças mais pobres.

Percebe-se que as maiores dificuldade encontradas por grande parte das crianças na consolidação do aprendizado dessas crianças era questionadas sobre as principais condições socioambientais inadequadas, defasada e pouco inspiradora, esses espaços diferentes do seu contexto familiar e não lhe garantia boas condições de interação social nas articulações verbais, motora e intelectuais fundamentais ao desenvolvimento integral da criança principalmente nos aspectos, intelectual, cognitivo, afetivo e social.

A percepção historicamente exposta acima explicam os motivos fundamentais que a educação escolar da grande maioria dos estudantes das escolas se caracteriza pela negação do direito assumindo de fato uma base excludente seletiva e preconceituosa, estas marcas sociais fizeram parte historicamente da cultura brasileira representada por uma classe oligárquica, escravocrata, além de preconceituosa e excludente. A privação dos direitos básicos a aprendizagem educacional fundamenta-se numa cultura de negação e essa fortalece e consolida as mais diversas interações sócio-culturais que forma “legalizada” entre os séculos XVIII e XIX, mas fica evidente que até os dias atuais se consolida essa privação. Diante da observação acima podemos perceber claramente essa privação de direitos da fala de Patts sobre as escolas onde as crianças das famílias pobres estudavam conforme a citação abaixo:

A aceitação que esta explicação do fracasso escolar das crianças das classes subalternas encontrou no Brasil nos anos 1970 é compreensível por vários motivos: continha uma visão de sociedade não negadora do capitalismo; atendia aos requisitos da produção científica, tal como esta era predominantemente definida nessa época; vinha de encontro a crenças arraigadas na cultura brasileira a respeito da incapacidade de pobres, negros e mestiços; reforçava as “explicações do Brasil” então em vigor, segundo as quais o subdesenvolvimento econômico mergulhara, infeliz mas fatalmente, significativa parcela da população numa indigência intelectual e cultural,

cuja reversão era proclamada como imprescindível ao “milagre brasileiro” [...] (PATTO, 2015, p. 117-118).

Essa realidade em justificar o sistema de negação das pessoas menos favorecidas desse processo culturalmente excludente agressor quanto a população pobre que ao invés de incluir sempre excluiu e marginalizou a grande maioria das crianças pobres, que precisam ser incluídas no processo educativa sobre as relações sociais vivenciadas pelas unidades educacionais do país. Nessas condições as unidades escolares tentaria fazer garantir o direito de estar no sistema educacional fundamentado com os ideais de garantir o direito à educação no acesso e permanência na escola com uma educação de qualidade para todos. A situação no campo político-econômico na sociedade brasileira vem respingar diretamente na educação com as políticas de reforma cultural. A fim de minimizar ou sanar algumas falhas consideradas graves sobre as reformas culturais na tentativa de garantir o direito à educação pública e de qualidade.

A partir das políticas públicas frente às reformas educacionais, nos últimos anos percebe-se uma tentativa de reverter os baixos indicadores que o Brasil vem ocupando no ranque mundial e essa realidade desencadeou muitas preocupações com os recentes índices de desempenho da educação básica das instituições escolares, essas preocupações levaram as unidades escolares a serem medidas pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), notoriamente a grande maioria das escolas mostraram preocupações alarmantes, as regiões mais esquecidas e desprovidas de investimos tornaram-se vulneráveis principalmente pela negação do direito a educação de qualidade o que foi justificado pelas más condições de estruturas, pobreza extrema em algumas regiões periféricas e com histórico de exploração tanto no campo político como no campo educacional.

O caminho que percorremos vem tentando desvendar como a escola transforma a sociedade e afirma na compreensão da realidade desigual e quais os caminhos usados para romper com os conservadores “democráticos” excludentes. Frente a tantos dilemas enfrentados pela educação brasileira és que surge uma série de políticas e projetos que tentam minimizar os problemas enfrentados pela sociedade. Esta sequência de ações levou ao surgimento de vários programas entre eles um que despertou a curiosidade em compreender como ele foi executado de forma integral nas escolas municipais selecionadas no município de Crato no estado do Ceará.

Aqui explicaremos a compreensão da política estrutural proposta pelo Programa Mais Cultura, principalmente nos documentos norteadores desta política aparentemente tão

relevante para a cultura letrada das escolas escolhidas para sediar a implementação do Programa. Pretendemos de forma clara e objetiva analisando os referências teóricos com o propósito de ver o que de fato essa política educacional trouxe de novo para o campo educacional. Dentre as várias vertentes analisadas sobre as concepções políticas pedagógicas que fundamentam a ação do Governo Federal frente às ações dos programas implementados no campo educacional. A esta política de programas de estratégias de ações criadas pelo Governo Federal.

As políticas estão voltadas em programas de ações orientadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal com base nos PCNs, PDE, FUNDESCOLA, PDDE INTERATIVO, onde as medidas ligadas as políticas federais para a educação básica das escolas o que em muitos casos se percebem os reajustes e arranjos funcionais que modificam a realidade das escolas, de forma a mascarar a realidade física e estrutural e até mesmo o modelo de repasse dos recursos dos programas que em tempos de crise como a que o país esta atravessando na atual conjuntura do sistema político econômico do país.

Essa realidade é percebida principalmente quando os recursos são repassados para as escolas e desde 2014 que os recursos estão sendo repassados para as escolas em 1ª e 2ª parcelas. Estas parcelas estão sendo repassadas de um ano para o outro e as escolas estão sempre com atrasos de repasse e os recursos são insuficientes e injustificáveis pela forma que o MEC determina como esses programas devem ocorrer e como as escolas devem se adequar a política pensada por pesquisadores que na sua grande maioria não tem nenhuma relação com a educação.

As mudanças sempre fizeram parte da história da humanidade, o que muda é a maneira como é apresentada em diferentes ritmos a sociedade, e as possibilidades de acontecerem mais rapidamente, interferem em todos os aspectos, inclusive nos valores pessoais e coletivos. As transformações verificadas nos diversos campos de conhecimentos resultam principalmente do acesso amplamente facilitado às informações, através das novas tecnologias que, têm condições de estimular e provocar novas transformações, despertando-os diferentes padrões sócios culturais, cujos efeitos refletem no contexto mercadológico e no campo das políticas públicas.

Além das mudanças tecnológicas visualizadas pelo pós-industrialismo, as organizações são confrontadas com pressões para que se mantenham antenadas as expectativas e mudanças de suas atuações, ou seja, a concorrência mundial que cresce cada vez mais; as regulamentações governamentais; a escassez de recursos; a grande diversidade de força de trabalho; mudança nas normas culturais; pressões empresariais e humanas. É neste sentido que precisamos entender como essas mudanças não se originam somente no ambiente externo, pois os processos internos,

de cada organização também são submetidos às influências e pressões, ocasionando espaço de necessidades e que influenciam nas rotinas individuais, nas alterações estruturais que influem nas relações de poder e comunicação.

Como as organizações estão sujeitas às rupturas provocadas pelas mudanças, seja de ordem social ou cultural, elas promovem suas mudanças, ou se sujeitam às mesmas. Nesse sentido, é preciso entender as possibilidades e o espaço no qual está inserido para diante dele, reinventar-se, criar novos direcionamentos, buscar novas formas de competir que a coloque em destaque e deem potencialidade, desenvolver parcerias, até mesmo lançando mão de outras estratégias ainda não pensadas. Ou seja, a sociedade contemporânea exige das organizações novas abordagens para explorar as possibilidades relacionadas aos seus objetivos, tais como: consistência nos novos focos e estratégias, relações, hábitos, etc. As mudanças proporcionam combinações que exigem a reformulação das organizações, forçando-as a adotarem ajustes para se adaptarem aos novos contextos.

Vivemos em um período considerado como a sociedade do conhecimento, onde a palavra de ordem é mudança. Mudanças estas que deva apresentar-se nos diversos aspectos: de atitude, de postura, de produção, de consumo, de organização e nessa perspectiva, os aspectos culturais são vistos como imprescindíveis em qualquer tipo de análise e prática, seja organizacional ou humana, sendo a escola uma das responsáveis para articular esta análise.

A escola, enquanto instituição social tem como principal responsabilidade a educação sistematizada, formando cidadãos capazes de atuar com dignidade e competência na sociedade. Assim, é necessário garantir um conjunto de práticas que contribua para os alunos se apropriarem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva, fazendo da educação, um espaço de ressignificação do seu bem está e do desenvolvimento das habilidades (...) “a escola é também um “mundo social”, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos”. (TAVARES E PEREIRA, 2013, p. 167).

A educação no ambiente escolar se apresenta como uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, no contexto de sua cultura, em sua sociedade. Em diversos âmbitos da vida existem estruturas sociais de transferência de saber e de conhecimento, onde a educação acontece na dinâmica da própria vida, a qual se ensina, se constrói e evolui em cada ser humano. Ou seja, as manifestações culturais do povo brasileiro são ricas em potencial e diversidade.

Entretanto, não são valorizadas como disseminadoras de saberes, pois, quando se trata

de cultura popular, há certo descrédito quanto a sua contribuição para o conhecimento validado pela sociedade detentora dos conhecimentos científicos. E assim, uma das maiores preocupações das escolas atualmente, é conseguir se tornar um espaço para a transformação e ressignificação do potencial criativo e das habilidades do seu corpo discente e ao mesmo tempo inserir a comunidade escolar em um constante processo interativo e inclusivo. A cultura é um jogo de poder (...) “numa definição sintética, poder-se-ia dizer que os Estudos Culturais estão preocupados com questões que se situam na conexão entre cultura, significação, identidade e poder. (SILVA, 2010, p. 134)”.

Diversas mudanças estão assolando o espaço da escola, o que exige de seus profissionais, posturas diferenciadas para que de maneira integrada, possa acompanhar esse processo evolutivo, as mudanças, sem deixar desmerecer seu papel enquanto instituição formadora. Pois à medida que os paradigmas mudam, automaticamente a escola precisa se adaptar, construindo, reconstruindo ou ressignificando seu espaço de atuação e seu papel diante no contexto no qual está inserida, pois precisa preparar os educandos para conviverem com estas mudanças.

As reformas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas estão inseridas num contexto de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas pela sociedade contemporânea e caracterizadas pela globalização, revolução tecnológica e orientação neoliberal. Uma realidade que exige “nova qualidade educativa, o que implica mudança nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores”. (LIBANEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2012, p. 43).

A mundialização do capital e a expansão das novas tecnologias e dos meios de comunicação se dão em meio à crise estrutural do sistema, defendido por (FRIGOTTO, 2014), que teve início na década de 1970 e promoveu a substituição do chamado “Estado de bem estar social”, predominante no período pós-guerra mundial, pelo ideário neoliberal de estado mínimo, que saiu do seu estado de hibernação com a ascensão dos governos conservadores de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Assim, o advento do pensamento neoliberal coincidiu com o processo de abertura política e redemocratização do Brasil.

Este contraste entre o momento vivido no Brasil e os acontecimentos mundiais revela um traço peculiar da construção do pensamento educacional brasileiro, o país foi inserido no contexto da pós-modernidade antes mesmo de concretizar o projeto de modernidade de uma escola pública, obrigatória, universal e laica (GAMBOA, 2009). Por este viés, a leitura das políticas educacionais pressupõe a compreensão da formação política do Estado brasileiro.

Neste contexto, as reformas neoliberais na área educacional foram conduzidas com as orientações de instituições internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial, visando à inserção do Brasil no mundo globalizado. Passando a se fazer presente nas políticas educacionais “o discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino” (LIBANEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2012, p. 66).

Mediante a necessidade do resgate de algumas manifestações culturais observada pelo Ministério da Cultura surge a preocupação de implementar uma ação inovadora aliada ao Ministério da Educação para resgatar e valorizar a cultura local. O resultado dessa ação foi a criação do Programa Mais Cultura implantado nas instituições com o intuito de fomentar as práticas culturais que por questões da perda identidade cultural da localidade estão desaparecendo.

O MinC- Ministério da Cultura e o MEC- Ministério da Educação que criaram oficialmente por meio da Resolução PDDE/FNDE nº 04 de 31/08/2012 e pela complementação oriunda da resolução PDDE/FNDE nº 04 de 31/03/2014 onde a essência está na inclusão dos estudantes ao acesso á cultura de modo especial entre as classes menos favorecidas da sociedade atual, priorizando a comunidade local como celeiro de articulação entre os mestres da cultura existente na comunidade e a parceria com a instituição de ensino no desempenho de atividades em teatro, música, dança, circo, artes visuais, cultura indígena, cultura afro-brasileira além de visitas a museus e tudo de forma articulada com as ONGs, Grupos locais que trabalhe a questão cultural e o intercâmbio cultural.

Os estudos culturais concebem a cultura como campo de luta em torno de significação social. A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela posição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação. (SILVA, 2010 p.133-134)

No entendimento do autor acima na instituição escolar são grandes as relações com o espaço cultural, bem como, atividades contínuas que possibilita esta vivência. Destacamos como um dos eixos que mais contribuem para este fortalecimento é o programa “Mais Cultura”, que é desenvolvido nas escolas desde 2014 através do Programa Mais Educação com a área do conhecimento Dança e Patrimônio. A ideia principal consiste em uma iniciativa

interministerial, firmada entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), com a finalidade de fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas e experiências culturais nas comunidades locais e nos múltiplos territórios de aprendizagem.

1.7 O Programa Mais Educação e cultura

O Programa Mais Cultura em linhas gerais, nasce dentro do Programa Mais Educação, criado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano 2007, visando o desenvolvimento pleno da educação. Para o MEC, esse programa nasce numa perspectiva de tornar a escola em tempo integral como medida estratégica de garantir aos estudantes maior tempo dentro da escola. Esse Programa foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, onde as escolas públicas estaduais e municipais do país fizeram a adesão, no PDDE INTERATIVO, os alunos atendendo pelo projeto “inovador” com os macrocampos específicos. Entre eles se destacam: educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Os repasses financeiros são creditados pelo FNDE/PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) diretamente na conta da instituição de ensino público no país. Um dos critérios utilizados para a seleção dos alunos era pertencer a cadastro único do Governo Federal, o Bolsa Família, Os investimentos financeiros chegam as escola com propósito de corrigir indicadores baixos no IDEB, esses dados levaram ao despertar o desejo de tornar as escolas contempladas com a Escola de Tempo Integral com o desenvolvimento de atividades no contra turno, onde os alunos pertencentes ao um quadro de vulnerabilidade social pudessem ter outras oportunidades (BRASIL, 2009).

Neste entendimento os problemas escolares foram enfrentados, o Programa tinha a necessidade de aproximar as relações estabelecidas com a escola e a comunidade dentro cotidiano da comunidade e, portanto, apreender também a lidar e enfrentar os problemas fora da escola, na localidade. As unidades de ensino públicas que compusesse o Programa Mais Educação teria que trabalhar com a parceria relacional entre Escola- comunidade local, com base nos ideias de uma Educação de qualidade, oferecendo lazer no campo das artes, da cultura, do esporte, do ensino complementar nas modalidades dos campos do conhecimento

em português e matemática, na garantia de um ensino de qualidade em sua formação inicial para o trabalho e geração de renda (BRASIL, 2013).

Sua finalidade era o fortalecimento e integração entre escola/comunidade, possibilitando oportunidades de acesso e permanência dentro desses ambientes na promoção da cidadania e na efetiva redução da violência muitas vezes vivenciadas pelas unidades escolares, onde estão inseridas em situações de vulnerabilidade social. Diante dessa realidade Brasil trás essa explicação no pensamento a seguir sobre a parceria escola comunidade:

A ideia utilizada foi aproximar com laços de parceria com a comunidade desenvolvendo um trabalho educativo e criativo, nas tradições culturais, na parte esportiva, com formação inicial para o trabalho e geração de renda garantida aos alunos e população do entorno onde a escola esta localizada. Essa base de diálogo e solidariedade gerou respeito às diferenças e no voluntariado (BRASIL, 2013, p.33).

A partir das escolhas feitas pelas demandas internas na escola e na comunidade, levaram a criação de uma equipe local preparada no planejamento das atividades distribuídas em formato de oficinas, palestras, e cursos de capacitações variados. Essa ideia valoriza a cultura popular, com os movimentos juvenis de protagonistas da comunidade, ajudando o fortalecimento do espírito de identidade e pertencimento. “A instituição escolar expande sua relação com a comunidade e, mediante a troca de saberes, oferecendo um redimensionamento de suas habilidades práticas pedagógica, num respeito de inclusão em todos os seus e componentes de ação educativa (BRASIL, 2013, p.33)”.

Neste entendimento foi possível identificar a importância desse programa em relação aos questionamentos presentes nas unidades escolares nas áreas de vulnerabilidades sociais, e a capacidade de oferecer um ensino positivo aos estudantes dessa comunidade numa visão positiva que garante o respeito às propostas de integração e inclusão, e fortalecendo a diversidade cultural na sociedade contemporânea. Podendo ser tanto na esfera local em se tratando de estado, município e comunidades ou no campo federal do país, tendo como objetivo o debate a Educação Integral no Brasil, argumentando os princípios legais, teóricos da legislação vigente no país. Esse discurso trouxe as inúmeras terminologias em contrastes com as imprecisões do termo “educação integral”, os desafios e os avanços que a Programa trouxe em sua organização e implantação Programa Mais Educação de Tempo Integral nas escolas pelo país.

O debate sobre essa temática da Educação Integral é fértil e extensa, com imensos seminários de debates e informações sobre a profundidade a cerca das reflexões desse cenário.

Nas discursões sobre a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases Para a Educação Nacional, sobre a ampliação da jornada no âmbito escolar, em 1925 já havia o interesse pela educação de tempo integral defendida por John Dewey proposta essa que influenciou Anísio Teixeira a lutar pela implementação dessa jornada na educação brasileira tendo com base a o artigo 1º da lei nº 118446 de 114 de agosto de 1925, onde se discutia uma forma de tornar a educação brasileira de tempo integral, com base nos ideias de formação psicológica, intelectual e moral dos indivíduos, conforme Anísio previa para a Bahia esse modelo educacional, (SANTOS, 2014).

Observando as principais ideias que estrutura o Programa Mais Educação, constatamos a contribuição do escolanovismo que propõem conforme suas teorias e práticas contidas no seu manual de orientação. Nessa visão o Programa para a escola de “Educação Integral e Escola Integradora” são oportunidades de promover e garantir “ampliação do tempo de permanência dos estudantes sob os cuidados da escola”, possibilitando ações como que garanta o “suporte físico, financeiro e de recursos humanos” além de estímulos em termos de suporte. Essa iniciativa trouxe para as Instituições de Ensino uma maior proximidade em relação as atividades “esportivas e culturais tornando a educação integral integralizada nesse sentido (SÃO PAULO, 2013, p. 86).

Quando se fala no aumento da jornada escolar os princípios de Educação Integral precisam respeitar antes de tudo as diferenças locais, resgatar os conceitos de Educação Integral o que é garantido pelos documentos oficiais do Programa Mais Educação ou Novo Mais Educação.

Escola de tempo integral. Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar [...] Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros [...]. (LECLERC E MOLL, 2010, p.96)

Nesse entendimento de “Educação Integral e Escola Integradora” as unidades escolares necessitam de uma formação abrangente para seus discentes, ampliando o tempo de permanência dos mesmos na escola, com uma perspectiva de aproxima-lo às suas experiências formativas extraescolares muitas advindas da cultura local. Alguns pontos precisam ficar bem claros dos quais podemos destacar de inicio a contradição existente entre a proposta inicial sobre a permanência por mais tempo dos alunos na instituição de ensino, a fim de melhorar suas potencialidades nos conhecimentos científicos e culturais.

Nesse entendimento ficar claro que as crianças permaneceriam por mais tempo na escola, melhorando suas habilidades, retirando essas crianças da vulnerabilidade social garantindo a elas um ambiente de potencial aprendizado, assim definido pelo programa/escola. Outro conceito central da Educação integral para a compreensão do papel com a educação é o de intersectorialidade: A escola para Leclerc e Moll é o locus de interatividade entres os mais diversos pontos de propagação da cultura conforme explica os autores no pensamento abaixo:

[...] Esse conceito pressupõe que, para além do espaço específico da sala de aula e dos espaços da escola, os espaços educativos são compreendidos naqueles espaços significativos da vida do bairro e da cidade, de modo a recriar a experiência cultural e civilizatória da humanidade nas formas de cinema, teatro, música, museu, parques, vizinhanças e outros, vivenciados como ação curricular (LECLERC E MOLL, 2012, p.100)

Diante desse entendimento precisamos aprofundar esse debate, analisando as concepções que esse programa trouxe para as unidades escolares, sobre tudo no que se refere a inclusão dos alunos num currículo escolar de forma integradora, trazendo para o centro da escola não só o aluno mais a comunidade escolar junta para garantir o direito a educação numa visão plural, inclusiva e sobre tudo laica. Desta forma as unidades educacionais precisariam potencializar seus estudos a partir do saber que os alunos trazem consigo das relações mantidas dentro dos ambientes ao qual eles estão inseridos.

CAPÍTULO II

A PROJEÇÃO DA CULTURA NA EDUCAÇÃO DO CEARÁ E DO CARIRI

O Ceará é um dos estados brasileiro em especial na região Nordeste que tem sua história e suas tradições marcadas pela miscigenação da mistura de várias etnias que ocuparam esse espaço. Neste sentido, temos as várias manifestações advindas do povo, como por exemplo, as manifestações artísticas e culturais do folclore brasileiro. Estas vêm ganhando espaço mesmo em meio às transformações do cotidiano.

Nesse sentido o capítulo seguinte trás a influência da cultura no ambiente educacional e sua importância na região do Cariri, e sua contribuição na comunidade escolar onde o estudo foi desenvolvido. Suas peculiaridades características inerentes a cada tipo de dança folclórica apresentada não só na instituição mais também na comunidade, o que é fator determinante de muitas visitas a comunidade de pessoas de outros países. Dessa maneira apresentaremos em seguida toda essa interatividade cultural.

2.1 A Política Cultural do Ceará e a Interatividade com a Escola

Podemos perceber esse momento representado no dia a dia da instituição, com as características dessa cultura apresentada, nas atividades do Programa Mais Cultura, que aconteceu no contra turno na referida escola. A imagem abaixo vem comprovar o que Castro explicou acima sobre as festividades.

Grupo de alunos apresentando o maneiro pau



Fonte: foto 01 do acervo escolar, 2019.

As manifestações culturais estão de certa forma presentes em todas as regiões do país, em especial no meio educacional das escolas subsidiada com programas que fomentam o resgate as práticas culturais, pois dentro delas estão as várias maneiras de ver e interpretar o saber popular. Com suas expressões marcantes, de poder passar a amplitude que abrange o ser humano em seu aspecto social e moral, onde essas manifestações têm uma grande influência

da mistura de raças vindas de outros países. Suas contribuições de ritmos, danças, comidas entre outros, uma das que se destaca é o folclore, com suas características próprias e simples de ser praticada mais que ao mesmo tempo é rica em suas variações e estilos diferenciados.

Segundo Barbon (2011, p. 26) "[...] o folclore torna-se cada vez mais rico, quando povos de diferentes origens mesclam-se, conhecendo novos saberes que fortalece a união dos povos por meio da cultura popular." Através destas misturas vindas de outros países, o folclore brasileiro, ganha um grande acervo de conhecimentos para a prática da sua própria identidade cultural.

Dentro das manifestações existem os dançantes, chamadas também de populares são encontradas no folclore, onde são caracterizadas com suas danças simbólicas e representativas, valorizando a região e seus aspectos culturais. Nesse entendimento o relato feito por Souza explica essas características infatizando como a sociedade percebe as manifestações coletivas dentro dessas localidades conforme explicação a seguir:

Cultura é um bem simbólico que move e é movimentada pela sociedade a qual faz parte e, nesse aspecto, as manifestações culturais dançantes carregam saberes, conhecimento adquirido corporalmente por aqueles que as manifestam." Tornando essencial para o desenvolvimento e o fortalecimento da sociedade em compartilhar saberes vindos de expressões corporais que identifica a trajetória da vida, buscando a pluralidade e a coletividade de seus grupos dançantes (SOUZA, 2014, p.06).

Cada estado ou região do Brasil tem sua forma de transmitir suas manifestações dançantes, seja ela praticada em rodas, fileiras, juntas ou separadas. Suas variações fazem parte da diversidade cultural, priorizando a particularidade de cada localidade em que se pratica a dança, sendo ela folclórica ou não. Segundo Souza (2014, p.09) "[...] a dança dentre outras atribuições, significa algo, seja profano e/ou sagrado, popular e/ou erudito, seja feita no palco e/ou na praça, mais acima de tudo ela é um reflexo da percepção do homem no mundo, de suas experiências." Dessa forma a dança está em várias partes do convívio humano, onde mostra a rica participação dentro da sociedade, que vivencia para aprofundar seus conhecimentos e compartilhar saberes.

São encontradas nas manifestações dançantes das danças folclóricas como também outros tipos de danças e ritmos que fazem parte da história de todos que praticam e admiram. Entre elas estão o Reisado, Maneiro-Pau, Côco, Samba, Frevo, Maracatu, Quadrilha, Bumba-meu-boi, Fandango, Carimbó, onde se encontra em vários cantos do país, e fazem parte da cultura de uma determinada localidade em que se faz presente nestas danças. Com um

significado marcante para a população essas manifestações dançantes transformam a realidade de uma região mostrando a sua real identidade cultural.

As manifestações culturais presentes no estado do Ceará possuem características e raízes europeias, segundo a tradição o Reisado a mais expressiva manifestação desses folguedos folclóricos tem sua origem na Europa. A origem dessa palavra surge quando os três reis magos, Gaspar, Baltazar e Belchior quando viram brilhar no céu a estrela de Belém que simbolizou o nascimento de Jesus Cristo. Era de costume os reis presentear no momento de sua visita recém nascido, e como o menino Jesus eles levaram: ouro, incenso e mirra, o ouro simbolizava a sabedoria universal, incenso simbolizava a fé, a mirra simbolizava a mortalidade. Discordando da afirmação acima sobre a origem da dança do reizado Nunes (2014), destaca:

Sobre a origem desta dança neste estado, há registros de uma festa de Reis de Congo, no século XVIII, feito por Dom José Tupinambá, em sua “História de Sobral”. A festa era celebrada no dia 27 de dezembro pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, recebendo a dominação de reisado (NUNES, 2014.p.167).

Conta à tradição que os três reis magos representavam a humanidade, com suas veste eles representavam com as diferentes cores a humanidade das quais fazem parte: o negro, o branco, e o moreno. Nesse entendimento o Ceará, o Cariri e na Cidade do Crato celebra ate os dias de hoje esse cortejo tradicional ao nascimento de Jesus com suas formas e culto às tradições de seu povo. O mês natalino representa o nascimento do salvador e que finaliza as apresentações no dia de reis, ou seja, no dia 06 de janeiro. Nas tradições brasileiras o Reisado trás essa inferência a sua origem: Diante dessa observação podemos destacar que as observações acima pode ser comparadas com o discurso apresentados por Nunes:

Os africanos que aqui chegaram vinha de vários regiões diferentes da África, tendo, portanto, hábitos culturais bastantes diferenciados. A congada é originária dos escravizados que vieram da costa angolana e que no Brasil receberam o nome genérico de Bantos desconsiderando-se a heterogeneidade desde povos. Estes habitavam a região sul do baixo Congo (...) Costumeiramente se realizava na África coroações de reis e rainhas, antes mesmos da presença europeia. Barroso(op. Cit., p.72), apesar de reconhecer as influências ibéricas através da ação das irmandades católicas nestas coroações, destaca que é inegável a presença negra que se destaca “(...) no ritmo tempestuoso, na movimentação acrobática da dança e em elementos outros, como o pálio, sobre o qual segue os reis e a boneca calunga, que depois sobreviveram no maracatu”NUNES, 2014, p. 158, 159).

As vestimentas característica do reisado está apresentado logo a seguir como forma de mostrar a verdadeira valorização da tradição cultural e resguardando a sua origem inicial conforme Barroso explicitou a cima:

Foto das crianças do grupo de reisado



Fonte: Foto2 Acervo da escola Crianças brincantes na escola, junta com mestre Aldenir, 2018.

A origem dos reisados conforme os estudos e as pesquisas recentes sobre a origem de onde surgiu essa dança tradicional trás duas observações conforme veremos a seguir de um lado Cornelio mostra que essa dança vem de Portugal e contrapondo a essa ideia a autora Nunes discorda dessa afirmação e trás outra concepção sobre a origem dessa dança conforme segue abaixo o entendimento de ambos primeiramente Cornelio e logo em seguida Nunes discorda das afirmações e apresenta suas contradições em relação a verdadeira origem do surgimento dessa dança popularmente conhecida como reisado:

[...] a palavra Reisado deriva evidentemente de 'Reis' e foi uma masculinização brasileira da palavra portuguesa. Em Portugal existe o termo 'Reisada' como quem diz 'rapaziada' e 'patuscada' (coisas próprias de rapazes ou de patuscos. Farra ou ajuntamento festivo de gente que se reúne para dançar e cantar (CORNELIO, 2009, p.29).

Essa herança cultural chegou ao Brasil pelos portugueses, o que faz parte da tradicional formação da cultura desse povo. Essa influência cultural pertence a identidade de cada localidade, que tem sua forma de expressar suas crenças e seus costumes. Em algumas localidades do país esses movimentos recebem nomes específicos conforme cada região tais como: folias de Reis, Bumba-meu-boi, Boi de Reis, Boi-Bumbá, ou apenas Boi, já o Reisado

em especial, mantém suas características originais valorizando suas vestimentas, os personagens únicos que imortalizam a cultura popular (SOUZA, 2014).

Nesta visão Nunes destaca a origem do Reisado e discorda dos autores acima e explica conforme sua pesquisa de onde surge o reisado e porque essa dança é de origem africana: As irmandades religiosas neras já existiam em Lisboa e Lagos desde o final do século VI ao XIV Portugal foi dominada por povos africanos islamizados, denominados Mouros. Em conformidade com o pensamento de Cunha Jr.(NUNES,2014,p.163).

Atualmente suas apresentações são dançadas em qualquer época do ano, sendo bastante expressivas nas cidades em determinadas épocas como nos grandes eventos das cidades, festas de padroeiros, como também em solenidades organizadas pelo poder público que acontece em vários períodos do ano, as apresentações são realizadas em palcos, praças, ruas ou em casas. O mês de agosto também é dedicado ao mês do folclore brasileiro e por essa razão essas apresentações também estão presentes no estado do Ceará.

Valorizado em todas as partes do país, as danças de tradições da cultura entre elas o Reisado é dançado nas regiões de Norte a Sul, sendo o Nordeste a região que mais cultua em suas raízes os movimentos folcloristas em formas de apresentações folclóricas principalmente o Reisado, é notório que essa expressão se destaca na socialização entre as comunidades.

No Cariri especificamente no Crato onde a pesquisa foi realizada, as características e influências regionais encontradas aqui deram a originalidade e o respeito em preservar a cultura popular da localidade onde a escola esta inserida.

Dentro desta manifestação popular, seus personagens são hoje referenciados pela secretaria de cultura do estado do Ceará como MESTRES dos saberes e compõem esse reconhecimento frente ao saber notório que é repassado de geração em geração. Suas vestimentas em se tratando do reisado são atrações à parte, os dançarinos se incorporam em seus movimentos ritmados e ágeis que acontece em alguns momentos durante as apresentações, onde acontecem os duelos entre os brincantes com as espadas, que fazem parte do figurino dos que praticam a dança.

Foto da vestimenta do reisado



Fonte: Foto 03 do acervo da escola. Vestimentas apresentada pelo Mestre Aldeni, 2018.

Os figurinos se caracterizam e são compostos por suas capas, saias e capacetes de cor vermelha todos bem enfeitados de fitas coloridas com pequenos pedaços de espelhos espalhados nas capas, promovem a alegria contagiante em suas apresentações, além dos atores cômicos que integram o grupo fazendo interações com o público, carregam a simplicidade e o respeito tendo seu reconhecimento e valorização de sua formação e conservando a essência da cultura popular.

Em todos os grupos de tradições existente na cidade os participantes têm suas funções dentro da dança que expressa uma situação vivida pela sociedade em determinado momento vivido, Já no reisado existe uma divisão que integra os participantes tais como: Rei, Mestre, Contramestre, dois Embaixadores, dois Guias, dois Contra-guias, dois Coices, dois Contra-coices, quatro figurinhas Marujos ou Romeirinhos e os outros dois Bandeirinhas, dois Mateus, essa característica um espetáculo épico onde em algumas cenas aparecem a Rainha e Catirina, participam também os tocadores (BARROSO, 2008).

O total de participantes que integram cada grupo varia entre de 15 a 30, sua apresentação pode chegar a até 30 minutos essa duração também vai variar a que tipo de grupo está nos reportando, no São Gonçalo são as Jornadas que irá determinar o tempo de apresentação, essas por sua vez acontece na casa da pessoa que fez a promessa para o Santo. Nesse entendimento os autores abaixo nos apresenta o tempo conforme as apresentações, Barroso (2008, p.11) "Para ser bem executado necessitam no mínimo, umas quatro horas. O Reisado completo, com todos os entremezes e partes, levariam 'três dias e três noites' para ser apresentado".

Segundo Nunes (2011, p. 06) "[...] entremeios (corruptela de entremezes) que são pequenas encenações que intercalam a execução das peças." Onde a cada intervalo de uma

peça ou música entram os personagens fictícios como sereia, alma, Jaraguá, entre outros que é visto como um momento de descontração em suas apresentações.

Falar da origem do reisado requer muitas discursões e investigações, principalmente em si tratando das características que essa dança trás e Nunes nos chama a atenção para esse entendimento e sobre sua origem media suas pesquisas conforme explica:

As dúvidas sobre a origem do reisado e as controvérsias estiveram presentes na literatura. Autores o considera de origem indígena, outros portuguesa ou europeia. No entanto, a história demonstra ser uma manifestação cultural de organização de base africana. Esta manifestação faz parte do teatro urbano africano e das danças de cortejos, sendo esta uma característica marcante e comum as danças e festas de catolicismo de preto NUNES, 2014, p.155.

Nesse entendimento buscamos compreender que os integrantes dos reisados são atores/personagens têm sua origem histórica dentro de um ciclo de continuidade do período da colonização do Brasil, cada um dos integrantes é transvestido de um personagem que fizeram parte da história colonial e dela tem sua figura retratada no Reisado como diz: Barroso (2007) que o “Reisado carrega traços das cortes européias como também dos grandes donos de engenho durante o Brasil colônia, e seus vaqueiros no transporte do gado”.

Onde de certa forma tem haver com os nomes dos personagens, o Rei os donos de engenhos, a Rainha senhora de engenho, o mestre tem o papel de líder que está relacionado com o que comanda todos os trabalhadores, os contra-mestres estão relacionados aos que fazem o pagamento aos que trabalham na colheita da cana de açúcar, os Guias contra-guias, os Coices e contra-coices estão ligados a lida do gado e aos que fazem a travessia do gado de uma fazenda para outro. Assim como o reisado o Maneiro Pau com seus cassetetes também representam essa luta nesse período colonial e suas personagens fizeram e fazem parte da construção e da identidade cultural do Brasil.

Frente ao desenvolvimento das políticas públicas o Ceará, a SID incentivou e sediou a promoção do Encontro de Mestres do Mundo, promovido com o apoio da Secretaria de Cultura do estado, na tentativa de pensar o espaço de troca de saberes numa reflexão, e valorização dos mestres das tradições culturais brasileiras (MINC: SID, 2010). Desta forma fizeram parte desses eventos algumas realização sobre a cultura popular através de edições, entre os anos de 2005 e 2012, garantindo assim diversas discursões onde estavam presentes os mestres de varias partes do Brasil, além de contar com a participação de mestres da cultura de alguns continentes realizando 7 edições no seu total.

Esses debates com a presença de estudiosos e amantes da cultura popular se uniram para propor políticas culturais. Podemos destacar entre esses pesquisadores o folclorista cearense Oswald Barroso (2009) desta a importância desse momento de troca de experiência nos Encontros Mestres do Mundo que:

Não apenas contribuíram para a valorização, renovação e difusão da cultura popular tradicional, a partir da figura do Mestre, conforme seus objetivos, como, pela pertinência em suas conduções, tornaram-se referência local e nacional para o tratamento do folclore e da cultura em geral (BARROSO, 2009, p.10).

Com o passar de 4 anos já no ano de 2011, foi percebido que o MinC começa a fazer uma mobilização de reorganização, que atenda as especificidades existente, em relação as alterações feitas a uma junção onde unifica SID e SCC formando uma só instituição que atenda os mesmos ideais e esta agora passa se chamar (SCD) A Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural. Essas tem por objetivo garantir a sociedade uma equidade em contribuição para a cultura em toda sua diversidade, e tornando viva a cultura brasileira, onde a igualdade passe a chegar a todas as partes das localidades menos favorecidas, com isso a cultura fortalece o protagonismo dentro da sociedade e facilitando o acesso a todos os bens que por muito tempo foi negado as sociedades.

No ano de 2005, foi empreendido o primeiro grande evento para tratar das políticas públicas sobre a cultura popular em forma de seminário com o apoio da Fundação Cultural Palmares, recebe também uma forte contribuição do Centro Nacional de Folclore e Cultura Populart CNFCP e do Iphan e da SPC/MinC Secretaria de Políticas Culturais. No ano de 2006 acontece o segundo grande seminário desta vez o seminário foi Sul-Americano para tratar das questões culturais com o envolvimento dos delegados de todos os estados, onde os fóruns locais já eram repassados para os delegados que representava a participação do seu estado nos movimentos de mobilização social.

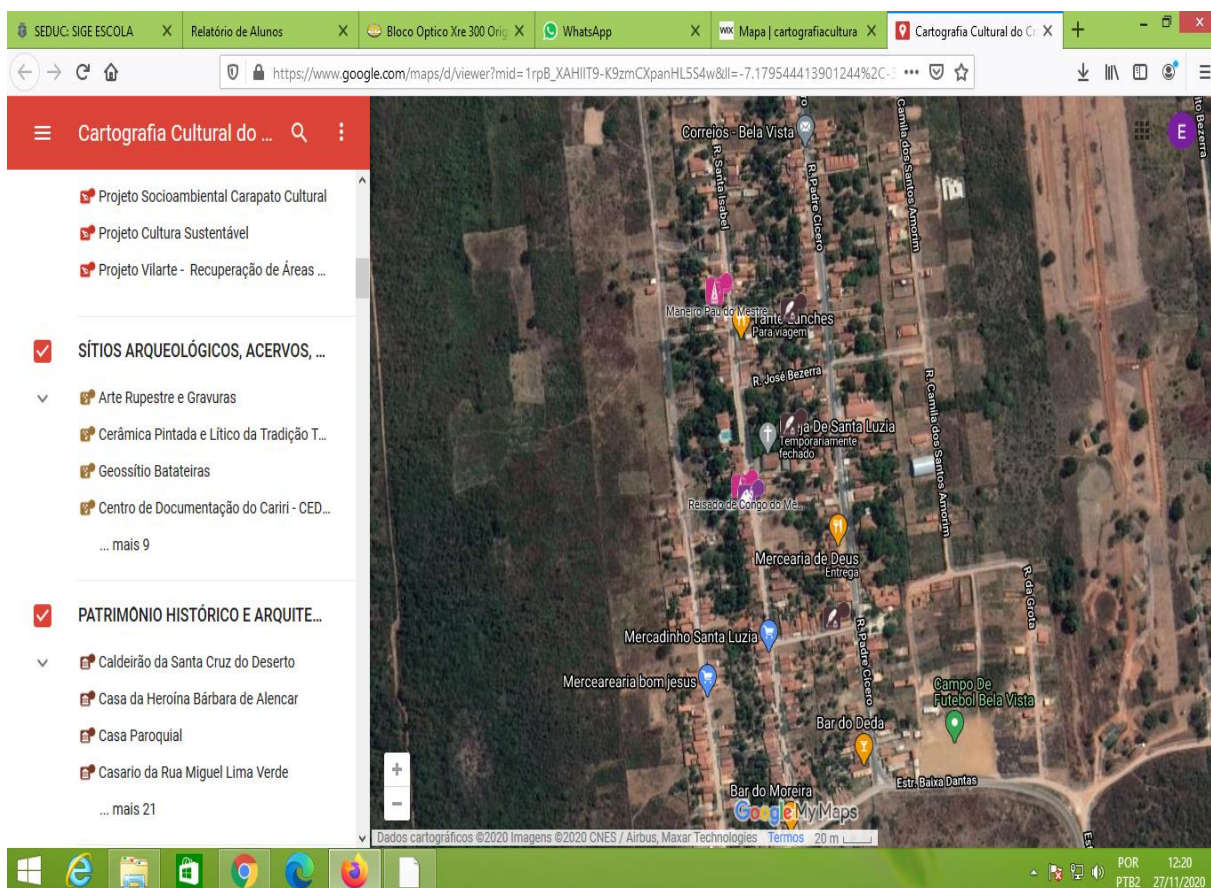
O Seminário foi feito com o proposito de garantir a presença dos diversos seguimentos populares afim de garantir, o direito á participação popular na elaboração das políticas públicas. Com esse desejo de inclusão social surge o discurso feito pelo governador petista Sérgio Mamberti com o seguinte discurso:

a exclusão dos segmentos populares ao longo da história, das políticas públicas do nosso país, bem como a segregação social e racial, tem sido fatores determinantes na desvalorização e sua produção cultural. Daí a

urgência da discussão e construção de uma política nacional envolvendo os interessados – sociedade civil e gestores estatais – a partir de um amplo debate por todo o país [...]. Este é um ponto fundamental: os processos participativos atuam como indutores do fortalecimento da sociedade civil, dos grupos e redes culturais das culturas populares (MAMBERTI, 2005, p.21/23).

Esse evento resultou frutos valiosos pra a cultura popular de tradição, saiu o primeiro documento elaborado com as propostas estruturantes para a cultura popular com garantias aprovada pelo (PSCP) Plano Setorial para as Culturas populares no ano de 2010. A população torna-se parte integrante das diretrizes culturais em meio a um mapeamento dos movimentos de sustentação de fortalecimento da transmissão e propagação dos saberes. Na cidade do Crato onde a pesquisa aconteceu o mapeamento dos pontos de cultura pode ser visto logo abaixo onde o Distrito Bela vista está inserido:

Foto Mapa dos Pontos de Cultura Viva no Distrito Bela Vista Crato-CE.



Fonte: Foto 04: <https://cartografiacultura.wixsite.com/cartografiacultural/cartografia-em-numeros>

O equilíbrio fez manter de forma sustentável o desenvolvimento das manifestações populares, garantindo a qualidade dos meios pelos os quais a visibilidade dessas políticas chegaram aos estabelecimentos onde haja a propagação da cultura. Esse documento esta

disponibilizado. (MINC: SID, 2010). OMinC disponibilizou uma plataforma do PNC (disponível no endereço <<http://pnc.culturadigital.br/metas/>>), no qual é possível acompanhar as avaliações bianuais.

Dentro dessa perspectiva o ano de 2000 é marcado pela criação do (PNPI) Programa Nacional do Patrimônio Imaterial registrado pelo decreto nº 3.551 em agosto de 2000, esse importante decreto garante as instituições o Registro de todos os bens de natureza imaterial e cultural, esse fato de extrema importância tem como base nos artigos da Constituição Federal nº 215 e 216, que valoriza as expressões e salvaguarda da cultura popular na preservação dos bens populares que constituem a maior riqueza do país. Faz-se necessário expressar a contribuição dada pelo PNPI que nasceu dos debates que aconteceram na década de 90, resultantes dos ideais defendidos pela UNESCO em 2003, porém esses debates já vinham se efetivando com os seguimentos que defendia a conservação desse patrimônio imaterial da cultura popular de tradição.

As reuniões das ações que identificaram o reconhecimento da cultura imaterial de reconhecimento da salvaguarda patrimonial pelo OPNPI, promoveu esses bens de maneira que (FNC)) financie com recursos do IPHAN dentro dos recursos do Fundo Nacional de Cultura administrado pelo Minc. O vínculo com o programa da CNFCP aconteceu a partir da união firmada com instituições parceiras, no campo da educação com as universidades, nas instituições não governamentais, nos centros de desenvolvimento de pesquisas ligadas a cultura com o seu financiamento.

A solicitação de um título passa por alguns processos como o seu inventário patrimonial, onde as instituições políticas Culturais, passaram a catalogar os registros para emissão do título de patrimônio cultural e imaterial da sociedade. Os artistas intelectuais mobilizam o Estado para garantir o reconhecimento desse direito aos grupos das comunidades que solicitaram a conversão dos bens manifestados ao órgão responsável por todo o processo de conversão.

O Ceará possui uma legislação cultura específica assim como alguns dos estados brasileiros isso garante uma maior disputa no reconhecimento desse molde cultural, a riqueza de detalhamento das manifestações apresentadas e almejada pela comunidade tradicional e culturalmente expressiva no resguardo do seu patrimônio, ou seja, o seu maior bem que vem sendo fortemente disputado, e quando o reconhecimento é concedido a vitória é consagrada em termos folclorista, contudo a continuidade muitas vezes não continua preservada conforme explica o autor a seguir: Para Alves a riqueza cultural se consagra como um jogo repleto de símbolos e significados principalmente nas instituições existentes em cada região conforme

explica o autor abaixo:

há uma série de fatores em um jogo de disputas, que inclui recursos simbólicos e políticos e o acionamento de uma série de valores, como as categorias “tradição” e “autenticidade”, para atestar a “riqueza incomensurável do bem”. Portanto, o registro como patrimônio é alvo de interesses e disputas por grupos, instituições, cidades e regiões, assim como potencializa outros processos e interesses, como “as práticas de consumo simbólico-culturais e as atividades de entretenimento-turismo” (ALVES, 2011, p.162).

Diante da afirmação expressa acima, uma seleção patrimonial produzida por valores relacionais tanto no campo da política cultural como dos valores identificado no sistema de relações sociais. Nesse entendimento as manifestações se convertem dentro do estado de patrimônio como um significado que se ressignifica e se reidentifica dentro das manifestações patrimoniais presentes na vida social da comunidade ou do estado culturalizado.

Com a vinda do Ministro da Cultura no ano de 2004, na região do cariri, junto da Secretária de cultura do estado do Ceará Claudia Leitão. Mais especificamente na cidade de Nova Olinda, para inaugura e tornar A Fundação Casa Grande uma referência cultural fazendo eclodir o primeiro Grande Centro de Memória do Homem Kariri. Esse reconhecimento dar ao Ceará o título da 3ª terceira capital do país com mais pontos culturais reconhecidos. Essa ação desperta cada vez mais interesse das iniciativas culturais em criar pontos de cultura e divulgação de entidades não governamentais com essas características. O secretário de Cultura do Ceará em 2008 vem inovar o campo cultural com a publicação do 1º edital Em 2008 sobre os pontos de cultura, com a parceria firmada entre a Secult/CE e o Governo Federal, Auto Filho, foi ousado nessa ideia.

2.2 Interloquções entre Secretaria de Culturas, Educação e Instituições não-Governamentais

De acordo com Luiz Claudio Costa em 2014, seguindo a mesma ideia, no âmbito do governo federal, surge a necessidade de criar o Programa Mais Cultura. A Secult/CE vai inovar na articulação cultural, com assessoria técnica nas entidades onde se desenvolvia os projetos da cultura popular, resgatando a memória dos saberes tradicionais, coordenado por técnicos da coordenação de Ações Culturais iniciando mais precisamente no ano de 2008. Com uma cultura mais firme em se tratando do reconhecimento das tradições populares.

O Programa, de acordo com o Documento intitulado Programa Dinheiro Direto na

Escola - Qualidade (PDDE), criado no ano de 2014, conforme resolução nº 04 de 31 de março de 2014, afim de assegurar a realização de atividades culturais no âmbito do Programa Mais Cultura nas escolas, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador. Os objetivos: Promover, fortalecer e consolidar, territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades, educativas do território em que as escolas estão inseridas. De acordo com o Documento, o Programa deveria ser realizado em todo o estado do Ceará, em articulação com a Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação. O mesmo apresentava como metodologia: As Unidades Executoras Próprias deveriam preencher no PDDE INTERATIVO programa informatizado criando pelo MEC em 2007, os formulários no sistema informatizado, onde as prefeituras municipais, secretarias distritais e estaduais de educação com (Entidades Executoras – EEX) as quais estavam vinculados, os planos de atividades cultural das escolas.

Com o início do programa nas mais diversas escolas do Ceará os recursos foram creditados nas contas das instituições, como observamos abaixo:

Tabela 01 referentes as escolas do estado do Ceará

1 - Subtotal de Unidades Executoras Próprias (UEX) = 279						Nº Escolas: 279 Nº Alunos: 122.190		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2014	VI Pg 2015 Ref. a 2014
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE ATLETA ESCOLA	313.159,66	0,00	313.159,66	0,00	0,00	313.159,66	204.158,83	103.267,75
PDDE SUSTENTÁVEL P1	241.600,00	60.400,00	302.000,00	0,00	0,00	302.000,00	295.000,00	7.000,00
PDDE SUSTENTÁVEL P2	233.600,00	58.400,00	292.000,00	0,00	0,00	292.000,00	0,00	0,00
MAIS CULTURA P1	416.750,00	56.750,00	473.500,00	0,00	0,00	473.500,00	473.500,00	0,00
MAIS CULTURA P2	416.750,00	56.750,00	473.500,00	0,00	0,00	473.500,00	0,00	0,00
ENS. MÉDIO INOV. P1	1.375.497,74	589.499,05	1.964.996,79	0,00	0,00	1.964.996,79	1.859.996,79	0,00
ENS. MÉDIO INOV. P2	1.375.497,74	589.499,05	1.964.996,79	0,00	0,00	1.964.996,79	0,00	0,00
Total:	4.372.855,14	1.411.298,10	5.784.153,24	0,00	0,00	5.784.153,24	2.832.655,62	110.267,75

2 - Subtotal da EEX = 0						Nº Escolas: 0 Nº Alunos: 0		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2014	VI Pg 2015 Ref. a 2014
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3 - Total (UEX + EEX) = 279						Nº Escolas: 279		
------------------------------------	--	--	--	--	--	-----------------	--	--

						Nº Alunos: 122.190		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor	Valor Pago	VI Pg 2015
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	em 2014	Ref. a 2014
PDDE ATLETA ESCOLA	313.159,66	0,00	313.159,66	0,00	0,00	313.159,66	204.158,83	103.267,75
PDDE SUSTENTÁVEL P1	241.600,00	60.400,00	302.000,00	0,00	0,00	302.000,00	295.000,00	7.000,00
PDDE SUSTENTÁVEL P2	233.600,00	58.400,00	292.000,00	0,00	0,00	292.000,00	0,00	0,00
MAIS CULTURA P1	416.750,00	56.750,00	473.500,00	0,00	0,00	473.500,00	473.500,00	0,00
MAIS CULTURA P2	416.750,00	56.750,00	473.500,00	0,00	0,00	473.500,00	0,00	0,00
ENS. MÉDIO INOV. P1	1.375.497,74	589.499,05	1.964.996,79	0,00	0,00	1.964.996,79	1.859.996,79	0,00
ENS. MÉDIO INOV. P2	1.375.497,74	589.499,05	1.964.996,79	0,00	0,00	1.964.996,79	0,00	0,00
Total:	4.372.855,14	1.411.298,10	5.784.153,24	0,00	0,00	5.784.153,24	2.832.655,62	110.267,75

Fonte: FNDE, 2014.

No Crato o Programa foi implantado pela Secretaria de Municipal de Educação, no ano de 2014 e aconteceu nas seguintes escolas: E.E.I.E.F Colégio Municipal Pedro Felício Cavalcante, E.E.I.E.F Cel. Filemon Fernandes Teles, E.E.I.E.F 18 de Maio, E.E.I.E.F Dom Vicente de Paulo Araujo Mota, E.E.I.E.F João Leandro Correia, E.E.I.E.F Maria Yara de Brito Goncalves – CAIC, E.E.I.E.F Maria Sônia Callou, E.E.I.E.F Prof. José Bezerra de Brito, E.E.I.E.F Prof. José do Vale Arrais Feitosa, E.E.I.E.F Rotary, E.E.I.E.F São Francisco.

O recurso previsto para o Programa, segundo a resolução 04 de 31 de março de 2014 foi na ordem de custeio e capital, onde o número de alunos era o que determinava o valor real e deveria ser usado da seguinte forma:

Tabela 02 de Repasse de Recursos para a cidade do Crato

1 - Subtotal de Unidades Executoras Próprias (UEX) = 27						Nº Escolas: 27 Nº Alunos: 7.860		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor	Valor Pago	VI Pg 2015
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	em 2014	Ref. a 2014
PDDE ATLETA ESCOLA	35.507,18	0,00	35.507,18	0,00	0,00	35.507,18	35.507,18	0,00
PDDE SUSTENTÁVEL P1	46.400,00	11.600,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	58.000,00	0,00
PDDE SUSTENTÁVEL P2	38.400,00	9.600,00	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00
MAIS CULTURA P1	90.750,00	10.750,00	101.500,00	0,00	0,00	101.500,00	101.500,00	0,00
MAIS CULTURA P2	90.750,00	10.750,00	101.500,00	0,00	0,00	101.500,00	0,00	0,00
Total:	301.807,18	42.700,00	344.507,18	0,00	0,00	344.507,18	195.007,18	0,00

2 - Subtotal da EEX = 0						Nº Escolas: 0 Nº Alunos: 0		
Descrição do	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor	Valor Pago	VI Pg 2015

Pagamento	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	em 2014	Ref. a 2014
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3 - Total (UEX + EEX) = 27						N° Escolas: 27 N° Alunos: 7.860		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2014	VI Pg 2015 Ref. a 2014
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE ATLETA ESCOLA	35.507,18	0,00	35.507,18	0,00	0,00	35.507,18	35.507,18	0,00
PDDE SUSTENTÁVEL P1	46.400,00	11.600,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	58.000,00	0,00
PDDE SUSTENTÁVEL P2	38.400,00	9.600,00	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00
MAIS CULTURA P1	90.750,00	10.750,00	101.500,00	0,00	0,00	101.500,00	101.500,00	0,00
MAIS CULTURA P2	90.750,00	10.750,00	101.500,00	0,00	0,00	101.500,00	0,00	0,00
Total:	301.807,18	42.700,00	344.507,18	0,00	0,00	344.507,18	195.007,18	0,00

Fonte : FNDE, 2014

Tabela 03 com valores por numeros de Alunos

N° de alunos	Valor de custeio	Valor de capital	Valor total
500 alunos	R\$ 18.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
501 a 1.000	R\$ 18.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 21.000,00
Acima de 1000	R\$ 19.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 22.000,00

Fonte: FNDE, 2014

Porém, a realidade vivida pelas instituições que divulgam a cultura no estado CE, passaram por muitas dificuldades em relação ao mesmo cenário vivenciado no Brasil, foi percebido falhas em relação ao repasse dos recursos, uma burocracia tremenda entre os entes conveniados, falta de organização na logística de tempo e reorganização nos prazos, e questões muito importantes não tiveram solução e permanecem entre aberto. Nas observações encontradas na coordenação da Secult/CE existiu um desencontro nos repasses das parcelas do recurso destinados as instituições que deveriam receber os recursos para executar suas ações enquanto pontos de cultura, do Edital n° 92 de 2008 O Estado do Ceará convida instituições da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, que desenvolvam ações de caráter cultural há pelo menos dois anos no Estado, para apresentarem propostas à edição estadual do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura, nos termos das Leis Federal n° 8666/93, no que couber, Lei n° 8.313/91, IN/STN 01/97, Lei Estadual n° 13.811/2006, regulamentada pelo Decreto n° 28.442/2006 e nas condições e exigências estabelecidas neste

Edital.

As dificuldades no desenvolvimento das atividades, estiveram relacionadas aos atrasos, na falta de comunicação da Secult/CE com as instituições de pontos de cultura, as instabilidades levaram ao abandono nos estabelecimentos causando instabilidades principalmente nas Secretarias de Cultura. Isso gerou uma rotatividade nos gestores, muitas prorrogações nos prazos para fazerem os repasses dos recursos, em alguns casos até mesmo a suspensão, isso referente ao I edital dos Pontos de Cultura advindos do Governo Federal.

As negociações com a Coordenação de Ação Cultural e com o MinC se deram de maneira adversas principalmente na gestão Ana de Hollanda (2011-2012) essa falta de diálogo gerou muitas instabilidades. A necessidade de retomada das negociações só veio acontecer a partir de outubro de 2012 quando Marta Suplicy, assumi a gestão ministerial e passa a dialogar com os pontos de cultura no estado do Ceará e tentar reverter o distanciamento e a falta de comunicação entre o Ministério da Cultura e a Secult/CE.

Nas cidades do Ceará os Pontos de Cultura atendidos pela Secult/CE tem como objetivo principal, de acordo com o Documento apoiar por meio de repasse de recursos financeiros do Programa Mais Cultura, Pontos de Cultura, projetos de instituições da Sociedade Civil sem fins lucrativos, de caráter cultural ou com histórico de atividades culturais e que atuem na produção artístico-cultural há pelo menos dois anos, contribuindo para a inclusão social, a construção da cidadania, seja através da geração de emprego e renda, seja por meio de ações de fortalecimento das identidades culturais, tornar viva as manifestações e expressões de cultura popular tradicional. O que justifica o entendimento do Programa Mais Cultura ser desenvolvidos nas instituições de ensino do estado assim como no restante do país.

Essa forma de valorizar as experiências locais dos mestres dos saberes da cultura tradicional, ficou claro o verdadeiro sentido que deveria ser dado a cultura, como vem sendo discutido nesse trabalho. Analisada de forma contextualizada o campo de atuação do presente estudo, situamos os sujeitos pesquisados numa tentativa de compreender a realidade da localidade do Programa Mais Cultura identificando: Como são esses sujeitos? Estão presentes em algum grupo cultural? Quais as suas tradições culturais? O que mudou na vida dos sujeitos envolvidos nesse Programa?

Tendo como principal característica a manifestação cultural, o Programa Mais Cultura surgiu dentro do Programa Mais Educação no campo de Cultura e diversidade, essa forma de valorizar os conhecimentos da localidade e preservação ou resgate de algum grupo de tradição que desapareceu com a modernidade. Os estudantes que participam desse programa de formação no contra turno na sua maioria pertence ao grupo familiar de baixa renda e estão

cadastrados no Programa Bolsa Família. Esses totalizam um quantitativo de 100 alunos envolvidos onde foram apresentadas as formas de linguagens, expressões nas artes plásticas, músicas, teatros, brincantes de Reisado, Maneiro Pau, Banda Cabaçal e Dança de São Gonçalo.

O Programa conta com a realização de oficinas de percussão e ritmos afro-brasileiros, oficinas de danças, regularmente mensais. Singular e Plural - A História e a Diversidade Rítmica dos grupos acima mencionados. O Cariri Cearense vai do antigo ao contemporâneo em se tratando cultura e tradição. A sede da Escola está localizada no Distrito Bela Vista Em Crato-CE, o Distrito é histórico na cidade e tem como característica uma diversidade cultural reconhecida mundialmente com a presença dos mestres da tradição popular. A escola esta na sede e atende crianças e adolescentes de varias localidades rurais. Esses alunos fazem partes dos grupos de tradições populares das localidades.

As primeiras formas de algumas das danças tradicionais da região data do final do século XIX, porém a falta de registro e gravações sonoras, dificultou referenciar com maior precisão e suas origens ou características estéticas, o que prevalece são as narrativas faladas pelos mestres e pessoas mais velhas da comunidade. Diante dessa constatação podemos perceber essa realidade na fala a seguir com a citação de Fortaleza:

Vai incorporar em sua estrutura um conjunto de elementos ressignificantes de inúmeras expressões da cultura africana como de sua população negra e ativa no universo de suas festas e folguedos (congós, sambas, reisados, coroações de reis negros e porque não dizer brincantes remanescentes dos maracatus de Fortaleza do século XIX e até o coco de maracatu) (FORTALEZA, 2012, p.26).

Diante da afirmação acima a escola é palco de parceria entre os mestres da cultura local o que garante uma maior visibilidade entre os pesquisadores que aqui buscam encontrar essas tradições. Popularmente a Vila Padre Cicero é esse universo histórico e rico de informações frente à cultura desenvolvida em todos os espaços da escola e da comunidade.

CAPITULO III

A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA MARIA SÔNIA CALOU DE SÁ

O terceiro capítulo fomos mais detalhadamente o ponto central e que nos levou a fazer este estudo, onde nos foi permitido compreender o sentido da cultura popular dentro da instituição como uma alternativa de resgatar e valorizar a cultura local, esse sentimento pode ser percebido não só na visão dos mestres da cultura mais sim no entendimento e compreensão de todos os envolvidos sobre os significados que a mesma representa para todos que fazem parte dessa comunidade. Daí o objeto principal dessa pesquisa esteve fundamentado na fala dos sujeitos participantes e com eles avaliam a importância do Programa Mais Cultura na escola. Dessa forma foi notório a participação desses sujeitos culturais manifestando seu pensamento e ousando conceituras nas suas falas o sentido de resguarda essa cultura popular de tradição tão importante para toda a comunidade. Diante dos elementos narrados compreendemos a importância do discurso proferido pelos sujeitos que foram beneficiados e ao mesmo tempo afetados por essa política cultural. Para concretizar esse entendimento, apresentamos a seguir as considerações analisadas em todas as falas, nos documentos oficiais de forma sistemática e analítica confrontando com as respostas dadas.

Desta forma a pesquisa analisou a Política do Programa do MEC numa visão crítica sobre a estrutura que atende ao sistema de ensino sobre o principal Programa Financeiro que norteiam as instituições de ensino conforme estão descritas no PDDE Programa Mais Cultura, o que torna a educação um processo amplo de relações sociais construídas ao longo da história produzida pelo homem, onde o custo benefício *stricto sensu* do planejamento e desenvolvimento da educação pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC e sua problematização no que se refere à metodologia de estratégias de aprendizagem evidenciada através de política de planejamento em longo prazo (MEC, 2013). Segundo o Manual de Orientações do Programa Mais Cultura nas Escolas e o (PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, 2013) os objetivos desta parceria MEC/MinC:

O reconhecimento e promoção da escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira, contribuindo com a formação de público para as artes e ampliar o repertório cultural da comunidade escolar; desenvolvendo atividades que promovam a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico de escolas públicas; promover, fortalecer e consolidar territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades educativas do território em que a escola está inserida, proporcionando vivências escolares e manifestações artísticas e cultural fora do contexto escolar; (MEC, p.08, 2013)

Estas políticas têm feito parte do referencial do trabalho pedagógico nas escolas do Estado do Ceará, agindo sobre a formação de professores e gestores escolares, exigindo redefinição dos currículos e das propostas pedagógicas, ressignificando as práticas pedagógicas. Entretanto, apesar da importância assumida pelo Programa Mais Cultura nas escolas, verifica-se rupturas em seu desenvolvimento, ausência de um melhor acompanhamento e de estudos sobre a sua contribuição e impactos diante do contexto escolar e comunitário havendo ainda problemas no alinhamento, permanência do Programa, destacando-se apenas como um Programa momentâneo.

Desta maneira essa política cultural veio contribuir com as discussões em torno do Programa Mais Cultura no espaço da escola e seus resultados, especificamente no Distrito Bela Vista no município de Crato–Ceará, o Programa Mais Cultura foi percebido como espaço de ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem, mas também como potencializador das relações entre os envolvidos. Nesse sentido encontramos as discussões sobre o impacto do Programa Mais Cultura na instituição de ensino, onde foi possível reconhecer o impacto causado pelo o mesmo, numa visão reflexiva frente às perspectivas do Programa Mais Cultura na realidade cultural existente na localidade.

Ao ser identificados os desafios foram implementadas ações de desenvolvimento do Programa Mais Cultura e suas contribuições fizeram do espaço do Programa Mais Cultura no município de Crato-CE, tornando os resultados do estudo um espaço de reconhecimento da necessidade de maior articulação e melhor interação para que tenhamos êxito com os programas que são inseridos no contexto escolar, mas que possamos usufruir destes com maior intensidade. Levando em consideração essa necessidade de reconhecer a importância de tais programas Ribeiro observa e destaca logo assegurar:

O ato educativo, que pressupõe sujeitos em busca da autonomia, é eminentemente social. As diferenças entre seus diversos atores [...] os aproximam. Relacionando-se primeiramente uns com os outros através das didáticas e das metodologias do fazer pedagógico, sua relação essencial é, em sua essência política, e se concretiza no complexo campo de gravidade do universo da cultura. (RIBEIRO, 2018, p. 3).

O Programa Mais Cultura na escola direcionou um olhar para a cultura popular, trazendo-a para dentro do espaço escolar, possibilitando aos envolvidos, perceber que cultura, educação e sociedade, caminham de maneira integrada, colocando-se como articuladoras das possibilidades e fortalecedoras do desenvolvimento e aprendizagem do educando nos seus

variados aspectos, pois à medida que ele se insere numa relação cultural, educacional e social, ele se forma de maneira integral, permitindo construir um olhar que redimensione o fazer-se cidadão. Assim, os educandos se integraram, conseguiram e desmistificaram alguns estigmas, e construíram conceitos que permitiram melhorar sua construção social.

Nesse sentido percebemos a necessidade de compartilhar juntos da escolar e comunidade local essas relações nessa visão percebese com a explicação dos autores Leclerc e Moll sobre as ações sociais que os sujeitos da comunidade local entende sobre essas questões:

Há outra chave para a convivência enxergando-se a necessidade do respeito às diferenças ideológicas, de raça, de gênero, de classe social, de cultura e modos de viver; a inscrição das questões ambientais nos espaços de ação pessoal, comunitária e cada vez mais coletiva, o aprendizado de novas formas para as relações intergeracionais e de alargamento de direitos sociais. (LECLERC E MOLL, 2012, p.101).

Nesse entendimento a escola tem função de mediar esse conhecimento empírico da sociedade frente aos conteúdos científicos, precisamos analisar as concepções e os cenários onde estão inseridos os sujeitos que o compõem e quais as concepções acerca das funções escolares e da cidade parecem misturar-se, gerando de certo modo alguns conflitos nesses ambientes (CAVALIERE, 2007) afirma que a escola tenta se esforçar e organizá-las em quatro principais fundamentos frente aos desafios do universo cultural acerca da escola integral: neste sentido a instituição passa a ser, assistencialista, autoritária, democrática e multissetorial.

Neste sentido, as formas como as “receitas” para a construção de uma escola integral por meio do Programa Mais Cultura parecem ora partir de uma concepção que entende a escola como provedora de necessidades básicas para os alunos “mais vulneráveis”, ora como uma instituição voltada para a contenção e prevenção ao crime e a marginalidade. Ora como uma escola emancipatória e democrática, ora como uma instituição que deve compartilhar de suas funções educacionais com outros espaços da cidade e distintos agentes e atores extraescolares (CAVALIERI, 2007).

Precisamos compreender a importância que a educação integral possibilitou a implantação do Programa Mais Cultura, isso porque foi a partir do campo do conhecimento sobre patrimônio, esse entendimento é fundamental para que possamos discutir de forma investigativa a essência desse programa de tamanha magnitude para o campo educacional. Essa discussão faz-se necessário no seio da localidade onde a escola está inserida. Diante das

contradições vivenciadas dentro e fora da escola, houve a necessidade de trazer a comunidade para dentro da escola, como forma de incluir o conhecimento local onde os estudantes residem, ao mesmo tempo desperta o interesse de tornar vivo o conhecimento das tradições presentes na comunidade escolar.

A escola tem a função de aproximar os conhecimentos da cultura local com os conhecimentos científicos ministrado no currículo escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação trás a garantia do desenvolvimento dos conhecimentos da população. Fica claro que precisamos de um ajuste e alinhamento entre a proposta pedagógica da instituição de ensino no atendimento a essa demanda fortemente discutida por todos os seguimentos da escola. O mundo escolar a qual reportamos este estudo trás uma aproximação entre o vivido e o experienciado, produzindo desta forma um primordial desejo de aprender a conhecer, entender esse conhecimento de mundo trazido pelos educandos.

Em se tratando do conhecimento escolar faz se necessário uma junção entre esses universos antagônicos e distintos para dentro da instituição de ensino, nessa visão o melhor caminho está em perceber a importância da inclusão cultural dentro desses espaços. Essas atividades vindas da cultura humana vivenciada pelos seres em formação nos dar a certeza de que esse nova identidade cultural faz parte da formação integral dos discentes. Essa noção de integralizar no currículo escolar por meio das experiências vivida pelos cidadãos da escola.

Os macrocampos das atividades de arte, patrimônio, cinema, capoeira, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, entre tantas outras, devem ser compreendidas pelos educandos e educadores como possibilidades de ampliar o vasto campo humano. A pedagogia das possibilidades na formação integral do ser humano, precisa equilibrar de forma articulada as habilidades que chegam dentro da escola entre saberes de valorização da cultural desse aluno e da educação como instituição que media o conhecimento científico.

O sistema educacional vem passando por grandes ajustes no quesito de investimentos na conta de determinados Programas Federal de desenvolvimento cultural. O “modismo” implementados no sistema educacional brasileiro como os programas financiados pelo MEC, além de um tempo curto, como foi caso do Programa Mais Cultura. Esse modo volátil do financiamento de modo imediato, ficam como se fosse uma lógica mercadológica com tempo de validade curta como ocorre na velocidade da compra e venda de uma mercadoria.

A Educação de Tempo Integral fortalece as condições de permanência dentro desses espaços escolares, as condições de vidas dessa clientela, estão diretamente interligados as condições sociais da localidade, uma análise mais aprofundada, dessa realidade em se tratando de cultura buscar garantir o direito aquelas crianças e jovens cujos pais foram

excluídos e esquecidos pelo sistema capitalista excludente principalmente nas comunidades mais pobre.

3.1 Os sujeitos da escola e os sujeitos da comunidade: aspectos de convergência

Na intenção de responder a pergunta problema, foi realizado entrevista com os alunos/participantes do Programa Mais Cultura e que frequentam a escolinha de Reisado do Mestre Aldenir, um dos pontos de cultura viva e a primeira escolinha de Reisado no Ceará foi composto de 06 questões que tinham como objetivo conhecer e compreender o que motiva as crianças e jovens do Distrito Bela Vista, a participarem do Programa Mais Cultura, assim como, saber o que essas crianças e jovens pretendem com esses ensinamentos. Além do questionário, foram realizadas observações tanto nas apresentações, assim como nos ensaios desses grupos, com intuito de melhor conhecer a proposta da escolinha assim como, a maneira com que os integrantes destes participam e encaram as oportunidades que têm através do Reisado.

Para iniciar a pesquisa solicitou-se permissão ao Mestre Aldenir, Mestre Cirilo, Mestra Aduagisa assim como dos pais dos sujeitos a serem entrevistados, lhes informando o objetivo da mesma. Após, entregou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, documento que tem por finalidade possibilitar aos sujeitos da pesquisa, o esclarecimento sobre a investigação a ser realizada, riscos e benefícios, e a manifestação de vontade (ou não) em participar, seja efetivamente livre e consciente.

Neste sentido, foram entrevistados 50 alunos que participaram das atividades do Programa com sujeitos ativos na unidade escolar e que fazem parte dos grupos de tradição da comunidade, onde existe parceria com os mestres da cultura, tesouro vivo da nossa cultura, nesse sendo apresentamos a relação a seguir com dois Mestres do sexo masculino e uma Mestra do sexo feminino conforme abaixo especificado:

Tabela 04: População da amostra trabalhada na pesquisa

SUJEITO	DESCRIÇÃO
Aluos do Ensino Fundamental I	Estudantes do 1º ao 5º ano com idade entre 7 e 10 anos.
Alunos do Ensino Fundamental II	Estudantes do 6º ao 9º ano com idade entre 11 e 15 anos
Mestres da Cultura Popular Local	Foram entrevistado o Mestre do Reizado, o Mestre do Maneiro Pau e a Mestra do São Gonçalo.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2021

Os documentos que norteiam o Programa Mais Cultura trazem equilíbrio de forma humanizada dos agentes desse processo de formação, onde o fundamento está pautado na valorização da autonomia dos estudantes na construção de sua identidade protagonista, de forma a despertar nesses discentes o sentimento de pertencimento de sua cultura popular valorizando a formação integral do aluno, respeitando os conhecimentos prévios trazido de sua localidade, a escola como detentora desse conhecimento deve equilibrar esse conhecimento sem causar desprezo a nenhuma das partes envolvidas na construção do conhecimento.

As desigualdades horas apontada pela sociedade do consumo, nos fez perceber que precisamos entender em que momento está sendo analisando as relativas desigualdades sociais em se tratando de que cultura estamos reportando. Essa essência formativa. O Programa vem afirmar a criança como aprendente da cultura relacionada e desmistifica a ideia acerca de que criança não consegue aprender e desta maneira ela rompe com estigma da exclusão social na sociedade globalizada.

Nesse sentido quando uma criança não está aprendendo a consolidar os conhecimentos científicos, precisa-se fazer uma reflexão mais aprofundada sobre a forma com o currículo escolar esta sendo posto na escola. Essa complexidade frente às teorias de currículo precisa ficar clara e Bourdieu (1998) a classifica as instituições escolares como excludentes nesse sentido as condições de permanência e acesso ao conhecimento ministrado e o aprendido. Os estilos, as metodologias “ultrapassadas” no sentido pressupor a classificação mensurada do capital cultura posto para cada aluno que trás consigo as heranças de sua cultura familiar.

O autor chama a atenção da escola para esse problema grave que muitas vezes massacra e exclui de uma forma brutal esse aluno da camada social desprovida desse capital humano. As crianças e jovens das escolas passam a serem rotulados como inferiores, por serem de famílias com menos conhecimentos. A escola nesse sentido ao invés de aproximar o conhecimento ela simplesmente distancia as classes de forma separatista dentro de um mesmo espaço. Bourdieu fala da escola que exclui porque imagina que as heranças culturais das famílias com poder aquisitivo baixo não possuem: “estilos de pensamento e nem de linguagem” (BOURDIEU, 1998).

É fato que precisamos mudar essa realidade e o capital cultural é que dificulta esse acesso a todos os envolvidos no processo de ensino e que a escola não use o insucesso do aluno relacionando as incapacidades biológicas ou que elas sejam herdadas de pais para filho, essa justificativa impede não se sustenta mais nos discursos atuais.

3.2 Reisado, Importância e Oportunidade

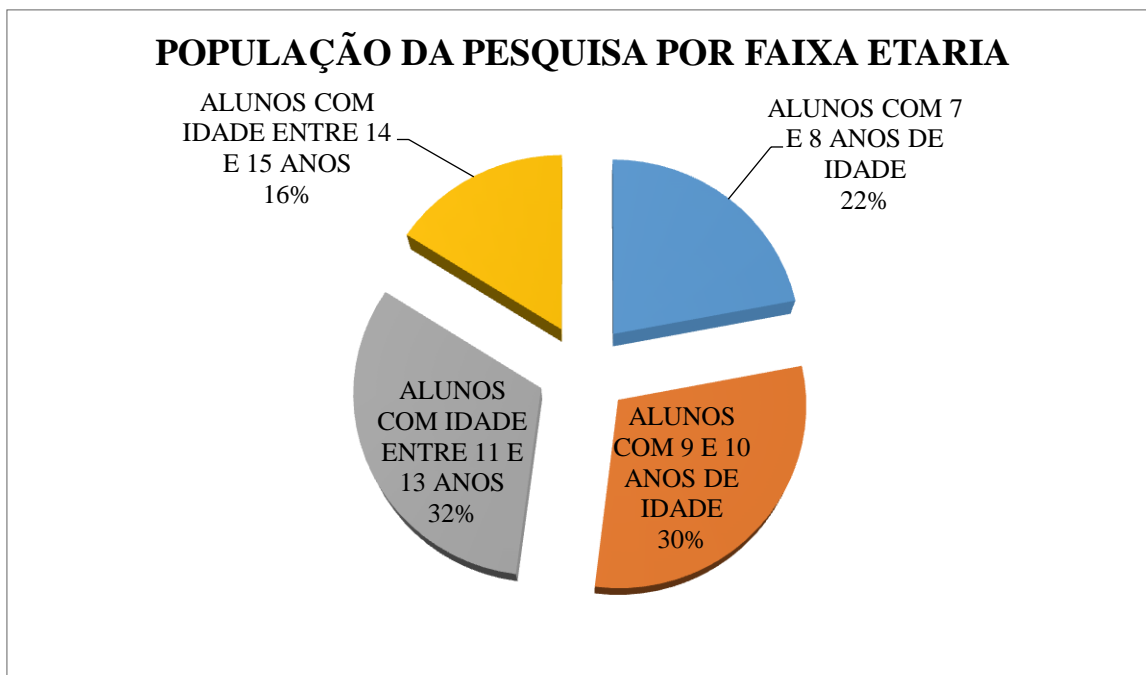
O Programa Mais Cultura foi desenvolvido com a finalidade de transmitir a importância que a cultura popular tem na escola e na comunidade além de ter uma maneira única que contagia a todos, com suas roupas, trajes, movimentos, como também suas músicas que embalam suas apresentações e representações da realidade vivida por cada um dos envolvidos nessa tarefa de divulgar as expressões culturais.

Frente a popularização que as tradicionais manifestações folclóricas têm na região Cariense podemos observar que diante de todas as multiplicidades que se tem de preservar a cultura de um povo mostrando suas raízes, estimulando crianças, jovens e adultos para disseminarem, de maneira transformadora a realidade de sua comunidade. Nesse sentido o resgate e a preservação da cultura local e regional, se dar também como um papel importante que orienta e guia os que dela participam, possibilitando a todos a oportunidade de uma nova forma de pensar, agir e compreender as tentações que o mundo oferece, principalmente quando se trata de crianças e jovens que estão em situações de vulnerabilidade social.

Diante dessa realidade podem-se compreender com o pensamento de Vieira (2014), “as danças folclóricas enriquecem o contexto cultural de uma sociedade, através destas manifestações dançantes, podem-se identificar os costumes e maneira de viver de uma sociedade”. Foi nesse entendimento que a comunidade do Distrito Bela Vista através do Programa Mais Cultura na escola e em parceria com os mestres da cultura de tradição local surgiu a escolinha de Reisado do Mestre Aldenir, crianças e jovens desta comunidade estão tendo a oportunidade de conhecer e vivenciar este rico folguedo, Essa parceria escolar e cultura tem com objetivo de vivenciá-lo essa realidade, também nasce com o compromisso de tornar essas crianças e jovens conhecedores de suas raízes e futuros cidadãos conscientes.

Dentro desse espaço são oferecidos e oportunizados a conhecerem realidades bem distintas das suas (culturas, pessoas, lugares) passando a conhecer novas experiências como foram relatadas pelos os alunos/participantes entrevistados sobre a importância do Programa em sua vida, afirma que o Programa "É importante para você conhecer mais partes da nossa cultura popular"?

Gráfico 1 – População da pesquisa



Fonte do autor, 2021

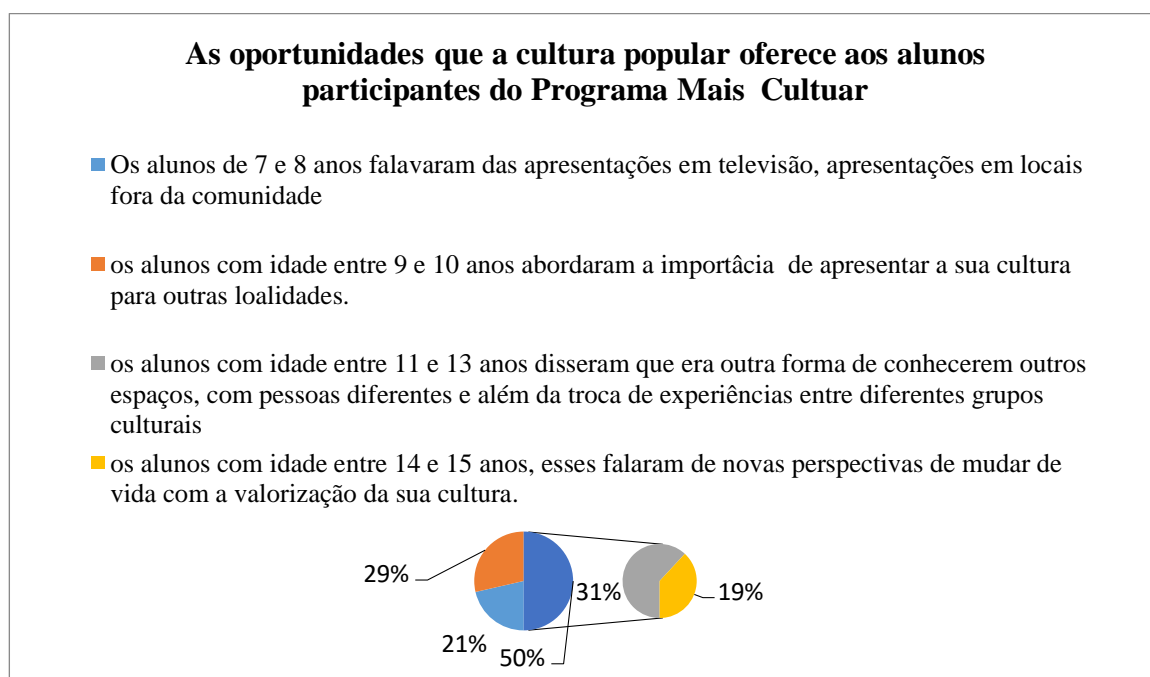
Das perguntas direcionadas aos participantes da pesquisa algumas falas foram transcritas para explicar o pensamento do aluno que nomeio como sujeito para deixar no anonimato o participante (**Sujeito 3**). Percebe que este aluno/participante compreende a importância de conhecer suas origens e dos seus antepassados, aprendendo a respeitar a cultura de cada povo, assim como o convívio em grupo, o respeito às diferenças, tudo isso proporcionado pelas danças culturais da localidade.

Diante desse entendimento as danças de tradição folclórica tem um papel de aproximar as pessoas. Na visão do autor Anjos (2007, p.16) "[...] a dança folclórica trabalha as coletividades humanas, expressam seu íntimo, por meio de movimentos rítmicos do corpo, funcionando também como laços de integração social". Na comunidade local e na região do Cariri cearense é notável a força da cultura popular na união das pessoas, principalmente nos protagonistas destas manifestações, observa-se uma cooperação entre os grupos folclóricos com os estudantes da escola.

As apresentações dançantes nos ritmos folclóricos trazem possibilidades de transformações múltiplas para os alunos envolvidos, funciona como um ponto de partida mediando uma relação de conhecimentos da cultura local e o científico trabalho pelo projeto na instituição de forma científica, o que torna o conhecimento das habilidades para a formação desses sujeitos, ou seja, compreender que sua participação nas atividades dançantes de natureza cultural, pode ser compreendida como uma oportunidade de busca por um lugar na

sociedade artística. Essa compreensão pode ser percebida na resposta do **Sujeito 09**, quando afirma: "onde o mesmo fala da convivência com outras pessoas, outros grupos em lugares diferentes." De acordo com esse sujeito os grupos oportunizam essa aproximação de forma espontânea entre as pessoas dos diferentes grupos de danças nos momentos das apresentações que acontece na cidade e na comunidade, seja numa culminância na escola ou na escolinha de reisado.

Grafico 2: As oportunidades encontradas na cultura



Fonte do autor, 2021

A disciplina de artes tem esse papel de aproximar as pessoas mediante a dança, ou seja, as diferentes linguagens que são apresentadas sejam: (erudita ou popular) possui um poder transformador no modo de ver e pensar o mundo onde eles estão inseridos. Nesse entendimento a comunidade escolar ela uni e desperta o senso crítico e politizador dos aprendentes. “Em se tratando das danças de cultura folclórica ela pode torna-se um meio, uma ferramenta didática pedagógica nas direções dos sentidos que podem levar os alunos/protagonistas desse projeto brincante a um percurso de leituras e releituras do ser humano e suas possibilidades, assim como das suas próprias limitações” (VIEIRA, 2014).

Analisando a importância que o Reisado, o Maneiro Pau e o São Gonçalo tem na comunidade da escola pesquisada, os alunos participantes busca encontrar na cultura popular uma maneira de enxergar essa participação como uma oportunidade de conhecer não só a

cultura local, mais de outros lugares, até mesmo de outros países. A imagem abaixo expressa esse intercambio das possibilidades.

Foto dos alunos na escolinha de Reizado na casa do mestre Aldenir



Fonte: Foto 05 do acervo da escola pesquisada, 2017

A interatividade entre escola e cultura possibilita compreender a dimensão de se participar e se perceber como sujeito transformador dentro da classe social menos favorecida em se tratado de recursos financeiros. “Dessa visão surgem os entendimentos sobre as manifestações folclóricas que apresentam-se nos diferentes gestos, sons, imagens, versos, canções, vocabulários, danças, brinquedos, comidas, entre tantas outras expressões”. (GOIS, 2009).

Quando se perguntou aos alunos/participantes do programa e da escolinha de Reizado sobre as possibilidades e oportunidades que estes teriam de si tornarem reconhecidos mundialmente através das apresentações artísticas e culturais, como resposta obteve-se: "aparece na televisão, dancei, na escola meus colegas ficaram conversando comigo sobre a importância que a cultura popular tem na escola e na vida de quem participa desses momentos de extrema importância para nós”. (**Sujeito 18**).

O **Sujeito 05** Falou que ele pode se tornar uma pessoa conhecida, “nós aparecemos no jornal, as pessoas filmam agente e depois agente é reconhecido, ficamos famoso na nossa vila e na escola, isso é bom, pois podemos conseguir ser reconhecido em vários lugares. Podemos

até fazer apresentações para pessoas de outros países com já fizemos na casa do mestre Aldenir”.

Outro **Sujeito 02** falou, “eu gosto de aparecer quando estou dançando, mais eu fico com verganha, quando tem gente conhecido por perto, acho melhor quando estou em outros locais, ficou mais avontade. Acho melhor sabe”.

Aqui fica claro que a mídia pede fazer seu papel social dando visibilidade ao sujeito brincante, além de ser uma ferramenta essencial para ser reconhecido pelo trabalho e pela arte de dançar, tornando-se popular nos ambientes frequentados.

Vale afirma que essa visibilidade também valoriza a prática docente e desperta no discente a autoconfiança e faz com que o praticante se sinta livre para a expressão corporal, para o entendimento da arte e principalmente para o seu bem está.

Na visão de Nanni (2001) “afirma que a dança folclórica nada mais é do que o efeito das consequências desses impulsos gerados por esforços definidos e causados pelos aspectos funcionais de sentir, pensar e agir de uma comunidade”. As danças das culturas de raízes de tradição como um todo é ferramenta pedagógica que instrumentaliza o fazer pedagógico na socialização e formação integral de seus alunos participantes, sendo também como uma forma de vencer a timidez, contribuindo assim para a vida profissional no ambiente escolar.

Essa análise apróxima a instituição ensino com a escolinha de Reisado do Mestre Aldenir como um ponto de cultura viva na comunidade e tem a preocupação de formar integralmente seus alunos não só na dança mais também na instituição escolar, tendo frequência regular, além de obter bons resultados no seu aprendizado.

O ensinamento em dança (seja qual tipo e ou estilo for), deve viabilizar uma formação de sujeitos capazes de compreender e de agir no sistema social de forma crítica. Esse momento pode ser vistos quando o mestre ensina:

Imagem do Mestre Aldenir Ensinando os passos da dança do reisado



Fonte: Foto 06 do arquivo da escola pesquisada, 2017.

Para Barbon (2011, p.32) "A dança, em seu processo de ensino-aprendizagem trabalha com aspectos diretamente relacionados ao corpo, à dança à pluralidade cultural, levando sua prática a ler e interpretar os dados da realidade".

Sobre essa observação podemos perceber que dançando a criança pode desenvolver suas próprias habilidades de aprendizagem de forma que as tornem mais acessíveis para o conhecimento. Outro ponto de extrema importância está relacionado a interação dessa na sociedade, e isso é perceptível dentro da comunidade Bela Vista, pois os grupos vem gerando e oportunizado esse aprendizado para todos os envolvidos. Podemos perceber no depoimento do **Sujeito 36**: "tive varias oportunidades, mais uma foi de ir dançar em um hotel, conhece uma japonesa e ver a conversa dela." O contato com outras culturas estimula o aluno/participante do programa e da escolinha a ir a outros horizontes, foi um acontecimento ímpar na sua vida, pois conheceu pessoas da região e de outros países, apesar de não entender a linguagem falada naquele momento, mais ele sentiu e viu que através da cultura popular ele poderia ir um pouco mais longe quem sabe, atravessar fronteiras, conhecer outras realidades fora de sua comunidade, e assim reconhecer a importância do seu papel dentro da sociedade a qual ele faz parte.

O **Sujeito 27** falou que vai porque gosta da brincadeira, "é muito bom agente andar nos ônibus, todos os meus amigos juntos, é bom de mais, o povo gosta de ver agente dançado e brincando, sabe como é, agente faz um monte de coisas legais e ainda merenda no final das apresentações. Já fui em vários lugares".

Para confirmar esse entendimento o autor Fernandes (1978, p. 25) o folclore [...] "é um modo de sentir, pensar e agir, que passa a constituir uma expressão de experiência peculiar de vida de qualquer coletividade humana integrada a uma sociedade". E para os discentes/participantes do Programa Mais Cultura e da Escolinha de Reisado no Distrito Bela Vista, entende que a cultura popular deve ser valorizada, e se observa que eles têm dedicação, responsabilidade e disciplina com seus integrantes participantes.

3.3 As oficinas de Dança desenvolvida na escola

As danças culturais de tradições é de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades de socialização dos alunos participantes, entre elas está o Reisado, que é uma peça importante dentro da cultura brasileira e na comunidade da Bela Vista também, pois faz parte de uma história e é determinante na criação e na formação de uma sociedade. Segundo a afirmação a seguir os autores explicam sobre toda a simbologia trazida pelos rituais construídos pelas relações culturais de um povo:

Todo o aparato simbólico que as acompanha e particularizam um lugar: rituais, canções, comidas, indumentárias etc. nessas manifestações, relações sociais são produzidas, ajudando a manter a identidade e, ao mesmo tempo, construindo novas identidades em função da interação entre culturas diversas. (CRUZ; MENESES; PINTO, 2008, p. 31)

As manifestações culturais são de certa forma um grande repertório de tradições culturais no qual torna viva a história de uma determinada localidade. No Distrito Bela Vista a cultura popular assume esse função de aproximar e divulgar de sua própria identidade, seja através dos que dançam, dos que ensinam ou dos que a assistem. Os alunos que participam dos grupos de artes, entre eles o Reisado fazem dessa dança uma ferramenta que possibilita ao indagar-se sobre o seu real significado, em si tratando das danças pode se questionar se ela pode ser considerada um jogo ou uma dança, ou seja, uma dança, muitos responderam que era uma dança como diz o Participante **Sujeito 05**: "uma dança [...]". Já para o **Sujeito 25** "falou que poderia ser uma dança e um jogo porque quando você tá na fila você dança e vem o jogo de espada" isso no reisado. Para muitos que participam das danças e em especial no Reisado o interpreta como brincadeira, dança ou jogo, pois dentro do Reisado existem características a qual se pode relacionar com o jogo e a brincadeira isso poder ser expresso nos duelos quando

dois grupos se encontram em um mesmo evento. Ao ser desafiado os trocadores de espada começam o duelo.

Conforme a explicação a seguir sobre a dança do reisado em especial pode se perceber que ela está ligada inteiramente com o jogo, na visão do de Hiuzinga (2000, p. 119) "Quer se trate das danças, sagradas ou mágicas dos selvagens, [...] ou simplesmente da dança como um dos aspectos de uma festa, ela é sempre, em todos os povos e em todas as épocas, a mais pura e perfeita forma de jogo".

E para complementar a afirmação sobre esse assunto Antunes (2003, p. 17), "o jogo pode proporcionar interação, [...] transformação de concepções, pontos de vista, conhecimentos, comportamentos, atitudes, [...] que geram também a possibilidade de autoconhecimento e melhor conhecimento de cada integrante do grupo [...]".

Desta forma fica evidente com base nos autores acima que o Reisado, vem fortalecer cada vez mais, a união entre os alunos/participantes do Programa Mais Cultura e os grupos de tradição local entre eles o Reisado. Para os componentes que participam tanto do programa com da escolinha de Reisado entende que o Reisado é uma dança e uma brincadeira como afirma o **Sujeito 08**: "Eu entendo o reisado como uma dança que envolve uma brincadeira porque lá agente brinca dançando e é muito legal, mais o maneiro pau se parece com uma luta, sabe a jeito de brincar com cassetetes".

O **Sujeito 33**: "na escola eu vou me apresentar com um dos grupos que mais gosto, o da capoeira, o mestre é muito legal, ensina a batida nos tambos, os meninos e as meninas todos gostam muito, eu também adoro, outra coisa, agente escolhe de qual grupo deve participar".

O **Sujeito 41**: "eu gosto de aprender a tocar os instrumentos da banda de música da escola, tem muitas coisas boas, minha amiga canta as músicas que os mestres da cultura ensinam, a voz dela é muito bonita o sonho dela é ser cantora".

Entre os **Sujeitos entrevistados 06** deles não souberam explicar os reais motivos que levaram eles a escolherem alguns as oficinas ali presentes na escola.

O **Sujeito 09**: "Eu gosto do Promaga porque meu avó, está presente ensinando pra nós a nossa cultura, na escola isso é muito bom, todo mundo respeita ele, agente dança, fazemos um monte coisas boas, aprendi a fazer rimas de improviso, eu e mais 3 amigas da minha turma, isso é muito bom, a participação de todos, no intervalo agente brinca, fazendo batucadas".

Diante dos ensinamentos e do entendimento que os participantes possuem sobre a participação nos grupos de tradição nos faz compreender que a dança está presente tanto no

jogo como na brincadeira, pois, através da brincadeira o indivíduo consegue se transportar para o mundo imaginário, sendo um dos fatores importantes no desenvolvimento de suas capacidades motoras. Segundo Gusso e Schuart (2005, p.01,02) "[...] o brincar é uma das atividades mais importantes na vida dos indivíduos. Por meio dessa ação, ele tanto desenvolve suas potencialidades, como também trabalha com suas limitações, com as habilidades sociais, afetivas, cognitivas e físicas." Desta forma o brincar não é apenas uma forma de passar o tempo, mais sim de se desenvolver.

Diante dos questionamentos feitos aos participantes foi constatado nas falas que a maior participação acontece entre as crianças de 8 aos 13 anos. Depois dessa idade, alguns dos participantes dos grupos não querem mais participar e acaba deixar os grupos da cultura de tradição. O **Sujeito 27** “explica que não fica mais a vontade, as vezes sente vergonha das multidões, e pedem aos mestres para saírem dos grupos”. Esse abandono é mais perceptível quando se trata das meninas. O participante **Sujeito 41** afirma que prefere se apresentar fora de sua localidade, quando lhe foi perguntado porque? “Ela falou que as pessoas de fora não as conhecem”, o que nos leva a perceber que quando estão na adolescência há esvaziamento das mocinhas dentro dos grupos de tradição; a imagem abaixo confirma a falas dos sujeitos acima.

Foto do Grupo tradicional da dança de São Gonçalo

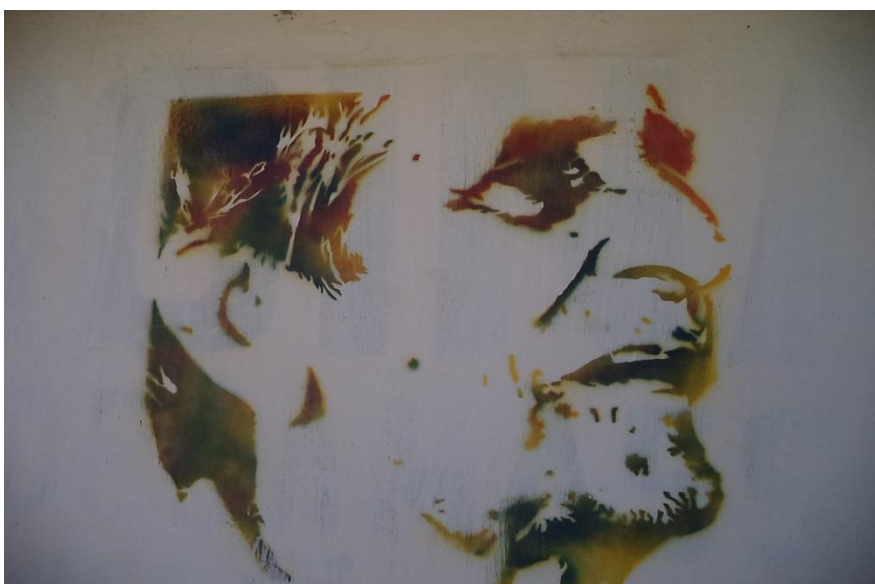


Fonte: foto 07 do acervo da escola pesquisada integrantes do Grupo de São Gonçalo, ano 2019.

O grupo é composto por pessoas idosas, sendo que o tocador violeiro e a cantora são dois Irmãos deficientes visuais, o que valoriza a essência cultural em todos os seus espaços. Vale informar que este é um dos grupos que está desaparecendo dentro da cultura da cidade do Crato. A religiosidade é uma das características desse grupo, onde as promessas eram feitas ao Santo e na casa de quem tinha feito a promessa seria executado as jornadas em ritos festivos em louvo e graças alcançadas.

A instituição de ensino busca com o referido Programa resgatar essa tradição que vem desaparecendo na modernidade. A partir das inquietações surgiu a necessidade de investigar mais a fundo, o que leva os grupos a desaparecerem com tempo. Os mestres da comunidade foram entrevistados na escola pelos alunos e os professores, o pesquisador observava a todo o processo pela qual o grupo tinha sido formado. O primeiro dele foi o mestre Aldenir com seu reisado do congo vejamos abaixo o que fala o mestre:

Foto da caricatura do Mestre Aldenir.



Fonte: foto 08 do acervo escola Mestre Aldenir, ano 2017.

3.4 O Reisado e a cultura popular

Dentro do universo de tradições que o ser humano convive, existe o Reisado que é uma dança de tradição das mais antigas e populares que existe na comunidade do Distrito Bela Vista. Esta dança é bastante respeitada, não pela riqueza de detalhes mais por seus movimentos em diferentes tonalidades, faz com que em suas apresentações, desperte a curiosidade dos brincantes e de quem vem prestigiar os belos momentos de apresentações. Ao

ser perguntado ao mestre o que é a Cultura e qual a importância dela na vida dele? A resposta foi concedida assim:

Foto da Frase falada pelo Mestre Aldenir na definição de Cultura.



Fonte: Foto 09: do Acervo da Escola, ano 2017.

Ao ser expressado como um ato de amor que sai de dentro da alma da gente, fazem compreender a grandeza de sua luta em tornar vivo esse conhecimento de mundo, e desperta nos pesquisadores o desejo de aprender mais sobre a cultura popular. Afirmo “A cultura é uma forma de dança e que cada música e passos tem uma História diferente.” Para ele tanto a música como a dança formam um conjunto de tradições que resultam em diferentes histórias, tendo como ponto de referência a dança do Reisado, pois para ele, a cultura não nasce de uma hora para outra, existe uma série de lutas ao longo de toda uma história, que são identificados nestas tradições populares. Um dos grandes repentistas do Reisado do mestre Aldenir chama-se Chico Coró, possui grande capacidade de improviso nas suas rimas. Hoje com a idade avançada não pratica mais o que fazia com tanta maestria nas apresentações de seus belos versos.

Como o mestre Avalia a Cultura dentro da escola? A escola é o local que devemos respeitar os professores, é lá onde os meninos aprendem a leitura, e também agostar da nossa cultura, somos parceiro da escola, trabalhamos juntos com os alunos brincantes da cultura. Lá é onde tem meu meus bisnetos sobrinhos. Uma das coisas que falamos aqui na escolinha de reisado, que vocês precisam ter boas notas na escola, seja presente e não falte com as lições.

O mestre confirma uma das observações feita pelos participantes da pesquisa sobre o desaparecimento dos grupos da cultura popular. O que leva os jovens a saírem dos grupos? “Quando as meninas estão mocinhas não querem mais, as vezes ficam com vergonhas, quando começam a namorar ai saem dos grupos. E novamente eu começo a ensinar os meninos pequenos a arte da dança”. Com base nesse entendimento a cultura passa a ser entendida com a identificação do ser humano que busca por meio dela conhecimentos necessários para uma participação ativa dentro da sociedade. Segundo Anjos (2007):

Cultura imprime suas marcas no corpo e que este expressa uma história acumulada de uma sociedade." Com as várias formas encontradas que constroem as características de um ser ou um lugar, a cultura seja ela qual for, tem essa proporção de transformar e de retratar a sua própria história, que se alimenta da simplicidade de preservar na memória do seu povo a particularidade que cada grupo tem em mostrar a sua arte. E parte das tradições a coletividade, que ajuda na interação dos grupos em suas apresentações folclóricas contribuindo para o crescimento pessoal e social dentro da sociedade (ANJOS, 2007, p.16).

Nas apresentações e nos treinamentos das danças na escolinha de Reisado do Mestre Aldenir, é visível a participação dos alunos/brincantes ficam atentos, são respeitosos com o mestre, que nos leva a compreender na fala do mestre quem está lá está de boa vontade. Estão porque querem aprender sobre a cultura popular, Ficam atentos Podemos comprovar essa intenção no comentário do **Sujeito 20**, quando diz que: "É importante para você conhecer mais a parte da nossa cultura popular das pessoas mais velhas". Conhecer e participar ativamente da cultura popular contribui na formação e na aproximação da sua própria identidade e do seu povo.

Diante da aceitação e o comprometimento que todos têm com a dança do Reisado e com a cultura, torna fácil o seu desenvolvimento físico e psicológico. No pensamento abaixo:

O que o corpo produz vai para o ambiente e o altera, esta alteração, por sua vez, retorna ao corpo forçando alguma mudança, podendo ser no nível sensível, comportamental ou intelectual." Através dos movimentos que são adquiridos com os passos da dança seja ela cultural ou não, o corpo permite este intercâmbio de saberes, que promove o seu autoconhecimento (AMÂNCIO, 2004, p.04).

A valorização cultural presente na comunidade escolar local busca valorizar o que há de mais importante no Distrito Bela Vista, ou seja, o respeito as tradições culturais que tem um papel transformador na sociedade local.

Essa importante, forma de conservar e respeitar as tradições populares. Os componentes curriculares são de extrema importância para o conhecimento dessa prática trabalhada pelo Programa Mais Cultura e na escolinha de Reisado onde são incentivados a conhecer a cultura através da prática e da convivência com outros grupos dentro e fora da comunidade. Dessa observação e desse objetivo de vida é ouvimos do **Sujeito 41** "é conhecer mais a cultura porque eu não conhecia então é importante." É ouvindo as histórias sobre a dança do Reisado e de outras culturas populares, que os alunos/brincantes da escolinha transmitem em suas apresentações a sabedoria das tradições que hoje faz parte das crianças e jovens do Distrito Bela Vista. As danças de tradições culturais são vistas como uma peça fundamental capaz de transformar a realidade de maneira simples sem fugir das suas origens.

Cantando e contando a minha terra foi uma forma honrosa que encontramos para homenageamos os grandes mestres da nossa cultura popular da nossa localidade. Como sempre a escola da cultural vem em busca dessas homenagens para tornar o nosso fazer pedagógico mais rico e garantir que o currículo seja recheado dessas novidades, não como uma moda, mais como um verdadeiro celeiro de sabedoria onde bebemos nessa fonte tais ensinamentos. Como sempre as falas são mediadas com os participantes do Programa Mais Cultura



Fonte: Acervo da escola foto 10

MESTRE CIRILO: SINÔNIMO DE CULTURA

Este projeto na verdade está vinculado ao Projeto Cantando e Contando a Minha Terra, iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e tem como objetivo estimular em nossos alunos o conhecimento e a valorização dos artistas da nossa cidade, Crato-Ce, que contribuíram e ainda contribuem para o engrandecimento da cultura, como também propõem o incentivo à leitura, interpretação

e desenvolvimento de habilidades artísticas, formando assim indivíduos sensibilizados para com suas raízes, críticos e, disseminadores para o presente e futuras gerações. Os alunos do 6º ao 9º Ano da ESCOLA MARIA SÔNIA CALLOU DE SÁ, conheceram a fundo, a vida de

José Demétrio de Araújo, popularmente conhecido como Mestre Cirilo, homem de bravura, coragem, amante da cultura popular e que desenvolve um trabalho belíssimo na Vila Padre Cícero ensinando a dança do Maneiro Pau, garantindo assim a continuidade da brincadeira para futuras gerações. A instituição de ensino sempre abraça esses projetos de incentivo a cultura da comunidade local, valorizando e o que há de melhor em termos de cultura viva presente na escola.

Entrevista, Documentários e pinturas do Mestre Cirilo.



ENTREVISTA



ENSAIANDO MANEIRO PAU



PRODUÇÃO DE DESENHOS E PINTURAS

Foto: Produção Artística dos estudantes sobre o maneiro pau.



Fonte: Foto 11 do acervo da escola da pesquisada ano 2018.

Os questionamentos foram feitos ao mestre com a participação dos alunos onde os mesmos fizeram a mediação sobre as curiosidades que estão no imaginário das crianças e jovens da comunidade escolar, alguns questionamentos foram feitos tais como? Qual a importância da cultura para a comunidade escolar local? Cultura é que nos representa é a nossa origem, foi os ensinamentos que recebe de meu pai, que recebeu do pai dele e assim, vem sendo repassado de geração para geração. A escola é o lugar onde meus netos estudam, onde minha filha já prestou serviço, é aqui onde o brincante trabalha na portaria. Aqui a cultura vive em cada pessoa presente, quando nos reunimos para as terreiradas na minha casa, quando apresentamos para turistas que vem de fora pra nossa comunidade.

Como vem acontecendo os investimentos governamentais para a cultura local? Olhe no governo Ronaldo Gomes de Matos a cultura foi esquecida assim como no atual governo, até porque os repasses federais diminuíram muito, recebemos pouca visibilidade, em se tratando de apresentação, a cultura precisa ser vista como sendo nosso maior bem, sentimos falta dos grandes cortejos pela cidade o que a cada dia vem sendo menos valorizado, e nossas apresentações acontecem quando o SESC faz os eventos, as apresentações na Exposição do

Crato estão desaparecendo também.

Em relação ao desaparecimento de alguns grupos a que o senhor atribui esse fim? “Alguns casos estão porque os meninos quando ficam rapaz não querem mais participar do grupo das brincadeiras, hoje eles estão brincando de outras coisas, que no nosso tempo não tinha, então o que agente fazia era as brincadeiras de terreiros”. Por isso a escola deve fazer sempre esse momento de valorização da nossa cultura para podermos está vivos dentro desse mundo.

O Programa Mais Cultura deve valorizar a nossa cultura sempre, porque precisamos deixar nosso legado para as gerações que daqui pra frente iram vir. Fico preocupado só em pensar que já estamos ficando velho, o nosso grupo a grande maioria está na idade e são poucos os jovens que estão participando. A falta de condições para a compra de vestimentas, de organização das apresentações também causa essa angustia em nós. Todos os mestres são conhecedores dessas dificuldades, antes que comprava era a prefeitura quando o Mestre Elói Teles fica a frente da fundação dos mestres da cultural e com sua morte as coisas ficaram mais difíceis pra nós da cultura.

Mas temos um título de mestre e fazemos parte de um grupo do Ministério da Cultura do estado do Ceará, para da continuidade aos ensinamentos da cultura na nossa localidade e fico a disposição da escola para fazer a minha parte ensinando esses meninos os principais ensinamentos do maneiro pau. Tentei treinar um grupo de maneiro pau mirim e convidei o Beto para ser o mestre desse grupo que infelizmente não foi pra frente e hoje não existe mais.

Foto da Mestre Aaugisa em sua residência



Fonte: foto12 Mestra Aaugisa em foto oficial da fundação do folclore Mestre Elói Teles, 2000.

A única mestra da Comunidade que não recebeu o título da secretaria de Cultura do

estado do Ceará. Quando perguntado sobre a cultura e sua importância para a comunidade escolar. A resposta foi clara: Precisamos que nossos representantes valorize mais nossa cultura, que tenha mais investimento e garantia para a continuação e permanência deles dentro de nossa comunidade. O grupo do São Gonçalo está quase acabando e alguns fatores foram por conta de algumas coisas que não estão certas. Uma mestra da cultura da nossa cidade me avisou, que alguém tinha usado o grupo do São Gonçalo a seu favor. Ou seja, pegou o Grupo a qual eu era a mestra e mando para a Secretaria de Cultura do Estado como sendo seu.

Esse fato me deixou triste e pude conversar com essa pessoa na casa dele e desse que ele tinha me passado uma rasteira assumindo algo que não era dele em benefício próprio, outros mestres ficaram sabendo e tentaram me ajudar a não perder o grupo, nesse meio tempo a falta de investimento foi ficando cada vez mais difícil e no meu grupo tem duas pessoas com deficiência visual, o que requeria uma maior atenção. Ao saber também do ocorrido a cantora que é deficiente visual ficou muito desgostosa e disse que não iria mais, já existia um mestre com outro grupo. Dai o grupo entrou em declínio.

Os participantes mais jovens continuavam participando? A resposta foi a mesma dada pelos mestres acima: Quando as meninas arrumavam namorado saem do grupo, outras se casam e com isso as limitações apareciam, o grupo é mais voltado para o religioso com seus canto e regras. O mestre Elói Teles foi quem mais incentivou esse grupo por seu rico detalhe cultural.

foto integrantes do Grupo de São Gonçalo



Fonte: foto13 Acervo da escola Crianças Em Homenagem ao Grupo de São Gonçalo, 2019.

Foto das Crianças apresentado a dança de São Gonçalo

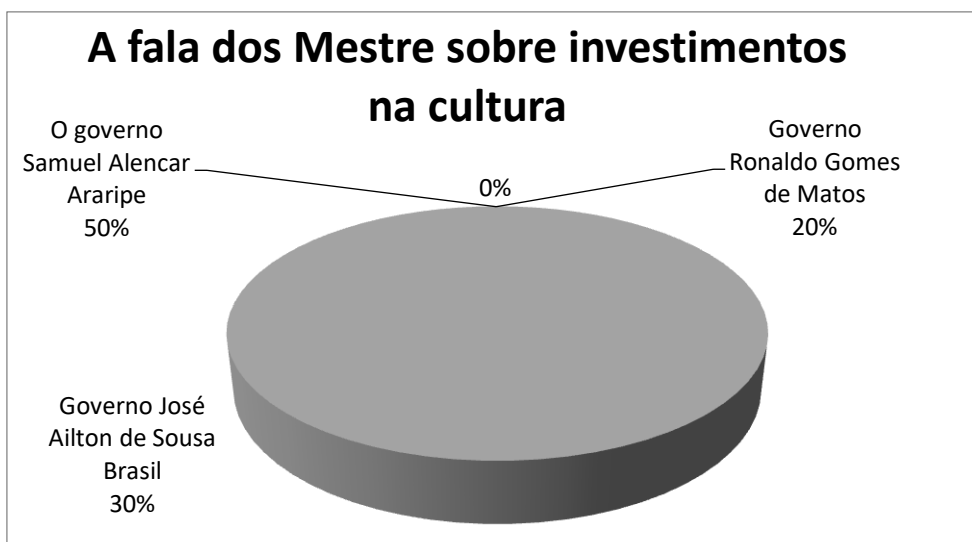


Fonte: Foto 13 do acervo da escolar pesquisada ano 2019.

Qual a importância da cultura para formação dos alunos do Programa Mais Cultura? A cultura precisa receber esse incentivo e a escola é local onde as crianças estão. Precisamos fortalecer essa parceria e ensinar os nossos alunos a valorizar e não deixar nossa cultura desaparecer. Esse Programa é de extrema importância para a formação da pessoa, não só no sentido de aprender a lê, mais no sentido de tudo, vê o que é importante para o aluno aprender, em relação a identidade de seu povo, a cultura esta presente em tudo e precisamos fazer isso ser trazido da nossa vida para a escola e não deixa se perde com o passar dos anos. Eu fico triste com isso mais sempre estou a disposição para ensinar a quem quiser o valor que a cultura tem em nossa vida.

Fala da mestra Adaugisa: Eu sou a rezadeira das renovações aqui na comunidade que de alguma maneira eu consigo entrar na casa dos moradores e deixar lá a importância que a religiosidade tem na formação do nosso ser. Essa tradição que faço já dura mais de 45 anos, fico muito grata a Deus e São Gonçalo por me dar o dom de trazer o renovar para a vida das pessoas. O mais gratificante é o respeito que temos de nossas crianças que brincam, cantam e encantam em cada renovação tirada. Agradeço a escola pela homenagem e o respeita a nossa cultura, enquanto força eu tiver pra lutar estarei aqui ajudando a escolar e os nosso alunos a preservar o que há de mais importante para a nossa comunidade.

Gráfico 3: Os investimentos na cultura nos últimos 3 governos municipais



Fonte do autor, 2021

Com a falas de todos os envolvidos nessa pesquisa podemos observar a relevância que o Programa Mais Cultura tem em relação a vida dos alunos e mestres da cultura popular, a permanencia dele trás fortes respaldo nos depoimentos orais obtidos com as entrevistas, além de dar fundamentação foi comparando os discursos a respeito da relevancia desses sujeitos, no ambiente institucional de políticas públicas no campo cultural. No entendimento desses pesquisadores os depoimentos se fundamentam com ponto de articulação no domínio entre as diferentes formas de perceber a realidade cultural ao seu redor (BARBOM, 2011) trás essa aproximação entre teoria e prática dentro desses movimentos artísticos.

Nesse sentido, o ambiente da política cultural é fruto das relações, instituindo a elaboração dos conceitos culturais no campo das políticas públicas de cultura. Desse discurso Antunes, Barbon, Vieira, Anjos e Bourdieu, relacionam as falas hora apresentadas pelos sujeitos, hora apresentadas pelos autores, fazendo uma comparação entre teoria e prática em momentos precisos hora discutido, hora disputado. Daí os discursos narrativos contrários e antagônicos, equilibram de forma hegemônica os depoimentos e evidenciam os avanços e retrocessos nesse espaço de trocar entre os sujeitos, os mestres participantes e o Programa Mais Cultura. Os investimentos no campo cultura se confirmam de forma mais efetivo no governo Lula, as políticas públicas de valorização a cultura popular nunca fora tão vistas, os mestres da cultura perceberam que entre 2008 e 2012 os investimentos foram bem mais expressivos e o repasse para os grupos feitos pelas prefeituras se evidencia na fala dos entrevistados.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa investigou de forma analítica o percurso das políticas públicas culturais no campo da cultura popular implementada pelo Programa Mais Cultura nas escolas do país, em especial na cidade do Crato-CE, onde permitiu fazer algumas considerações a respeito do resgate da cultura que estão desaparecendo com a modernidade. Diante dos desafios propostos consideramos a essência da cultura na vida dos participantes dentro desse universo tão imblemático se tratando de campo de luta e resistência. Ao confrontar as evidências conceituais narradas pelos sujeitos participantes: alunos, mestres da cultura popular local e autores que defendem essa temática, tentamos compreender os objetivos e fins desse estudo.

Foi percebido muitas rupturas no seio político quando se trata de afirmação da cultura dos menos favorecidos, resta fazer esse alinhamento e descobrir se de fato a sociedade brasileira, composta pelos seguimentos mais pobres, vou ousar chamar de renegados do processo, se estão de fato incluídos em tais políticas públicas. Simbolicamente esse choque entre a hegemonia detentora dos meios de consagração da cultura elitista em detrimento da parcela maior disprovida dos direitos fundamentais básicos dessa cultura excludente. Aqui olhamos a instituição de ensino escolar como mediadora desse processo de construção da identidade desses cidadãos de direitos culturais atendidos pelos programas federais de cultura.

Neste sentido o estudo buscou compreender a eficiência desse programa mediante objetivo geral que foi o de conhecer: Que Contribuições o Programa Mais Cultura apresentou na Escola Sônia Callou no município de Crato - CE. Esse olhar para as práticas pedagógicas no campo cultural nos ajudou a compreender melhor o papel da escola e nos ajudou a compreender sua relação com a vivência trazida por tais participantes, esse programa destinado ao resgate da cultura inclui o seu papel dentro do espaço escolar que é de educar para vida e transformar os educandos em protagonistas da sua história.

Dedicamos o segundo capítulo, aos caminhos que a educação e a cultural trilharam desde o início em que se institucionalizou no campo de confronto nos diversos seguimentos das ciências políticas culturais. Neste sentido, os ideais percorridos foram emblemáticos em se tratando de políticas públicas, o campo de atuação simbólica foi a mola propulsora entre os saberes letrados dos favorecidos em detrimento dos saberes empíricos dos chamados sem culturas, essas foram as visões que possibilitaram resistência popular no sentido de compreender que, cada nação precisa ter sua cultura própria e que a mesma o represente diante das demais nações do mundo.

No Brasil não foi diferente, o Imperador sentiu essa necessidade, daí o país passa a projetar essa idealização no campo do discurso, não sendo visto como bem de todos, mas como interesse da elite real que aqui encontravam-se refugiada depois de fugir da Europa. Diante dessa realidade, os saberes hora compreendidos como cultura popular, assumem suas raízes no campo das disputas, podendo assim ser percebida dentro do universo de tradições populares manifestadas no campo das ciências institucionais, popularizando de forma significativa os interesses dos idealizadores desse sentimento, hora desprezado, hora exaltado, as tensões populares aconteceram em várias partes do país, nesse sentido, faz-se necessário entender a concepção conceitual de cultura popular a partir das falas de quem tem na essência a matriz tradicional popular de manifestações.

Os sujeitos hegemônicos desses debates precisaram se fazerem presentes nesses discursos. As lutas trouxeram um analítico discurso sobre como implementar uma política cultural, o que na maioria das vezes foi desprezado a concepção populacional, que não perdeu a sua base conceitual, sendo que muitas vezes houve retrocessos nas articulações discursivas. A grande quantidade de acordos firmados, os campos conflituosos, os saberes herdados de geração para geração puderam se relacionar no sentido ideológico de luta que categorizou a cultura pelo nível social instituído ao longo desses anos. Neste entendimento, foram usurpados, transformados, repensados e manipulados pelos poderosos de diversas formas.

Entendemos que essa geração argumenta e requer portanto, colocar a cultura popular num patamar de destaque em se tratando de lutas. Nos resultados observados foram constatados de forma evidente que os participantes e estudantes, conseguem compreender de forma construtiva a importância da cultura, nossas análises narradas, confirmaram que os participantes entendem os conceitos fundamentais sobre a cultura, narram os fatos, constroem conceitos sobre suas experiências de vida, aproximando com os conhecimentos dos estudiosos que estão nas academias, ou seja, o conhecimento científico estudados nas escolas e nas próprias universidades sobre a política cultural.

Nesse entendimento o meio social é interpretado conforme as relações sociais vivenciadas pelos sujeitos, que se relacionam na modificação temporal, contextualizando novos conceitos narrativos, operativos ou até mesmo acadêmicos, sobre a realidade dos discursos das práticas culturais dentro dos espaços escolares, afim de resguardar a história cultural na sua comunidade através do Programa Mais Cultura, onde a reprodução das falas institucionalizou a alta afirmação dos grupos culturais populares de maneira centrada pelo grupo, no alinhamento das normas que se deram através das Portarias Ministeriais de fomento ao acesso a essa política pública no campo educacional.

Houve também uma ressignificação e valorização dos grupos de cultura tradicional, valorizando cada mestre da cultura local com as narrativas orais apresentadas pelos mesmos sobre a importância do preservar: o que é tradição e o que é folclore em termos conceituais. A forma como a negação da cultura popular se deu no passado possibilitou repensar os discursos acadêmicos. Falamos anteriormente, que essa força demonstrou resistência perpassando para um nível de conhecimento e ao mesmo tempo de enfrentamento, para não se tornar alvo de moeda de troca sendo conveniente para fins lucrativos.

Os discursos aqui apresentados pelos pesquisadores em termos científicos se confrontam com os tidos empíricos, mas que esse embate de conhecimentos fez garantir o direito dessa cultura permanecer nos documentos oficiais, o que por muito tempo lhes foram negados de forma excludente no campo das políticas públicas, como foi percebido ao longo do processo cultural apresentado nessa pesquisa. Compreendendo esse movimento de aceitação aqui negado as pessoas integrantes dos grupos culturais de tradição, tornou possível um embate de luta por reconhecimento de seus direitos de fala nesses espaços para as apresentações das suas características próprias, apresentação de suas produções narradas, simbólicas que representam a sua verdadeira essência, não só perante a sua comunidade, mais essa luta seja garantida a nível de Estado de direito e que seja garantido por leis efetivas e permanentes não apenas como um Programa de Projeto com começo e fim.

Diante dos discursos apresentados foram confrontados com os discursos das políticas estatais na legitimação desse direito que nem sempre foram iguais para todos que pensavam diferentes, ou seja, “pensamento inferior” ao seu entendimento de práticas culturais. Destacamos como os participantes alunos e mestres das culturas populares que clamam aos representantes majoritários das prefeituras mais investimentos para continuação dos seus grupos. Por outro lado o Estado já garante aos mestres da cultura viva um salário para propagarem os ensinamentos de seus conhecimentos para as comunidades locais. Os terreiros dos mestres e a escola tornam-se legítimos espaços de reivindicações por melhores condições, a solicitação apresentada é parte essencial e da visibilidade do direito a essa cultura tão importante para os que dela fazem parte. Encontramos também um rico acervo de produções que servirá de base para enriquecimento dos conhecimentos científicos, que diversificará as produções acadêmicas na contemporaneidade como instrumentos de pesquisas de quem vivência essa realidade na prática transformadora de suas tradições.

Fizemos um alinhamento mais preciso sobre o percurso traçado pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC) fazendo um paradoxo entre os caminhos percorrido sobre a cultura de tradição popular desde o Brasil império até a

contemporaneidade, e sua prática real na atualidade, o que aparentemente fica muito distante de determinada realidade, ou seja, essa realidade é muito menor na prática em detrimento do que está nos documentos oficiais e se confirmam que esse distanciamento nos depoimentos falados pelos sujeitos em relação as políticas no Brasil contemporâneo. Os objetivos e fins do Programa Mais Cultura vem comprovar esse discurso.

Quando observamos os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, fica ainda mais evidente o sentimento que cada um tem da cultura popular a qual eles fazem parte. As narrativas no campo da memória é muito forte, há um respaldo no intuito de resguardar o imaginário, de como os conhecimentos foram acumulados durante toda a geração, as formas de manifestação expressam sua identidade cultural. Esse duplo sentido foi percebido no decorrer dessa pesquisa, e nesses espaços, comprovamos a existência desse confronto nas políticas e nas afirmativas dos grupos da cultura popular, na reinvenção das práticas da essência tradicional e a política moderna. Diante dessas rupturas, novos discursos de transformações surgiram.

Entretanto, há uma elaboração discursiva que busca alinhar ao panorama mais contemporâneo presente no discurso do MinC, que considera as reinvenções e reelaborações culturais a partir das transformações e rupturas abordadas nas discussões em formas de reivindicações em torno das políticas culturais. Percebemos que as falas dos estudantes e as suas produções simbolizam evidências significativas que precisam serem confrontadas com as políticas institucionais que de alguma maneira causa e afeta a verdadeira essência produzida pelos grupos de tradição na produção de seus discursos, essa simbolizada por suas reproduções e apresentadas no contexto do discurso e que muitas vezes distância das políticas proposta pelo Estado e pela União, como pode ser sentido nas falas dos participantes entrevistados do Programa Mais Cultura.

Nesse sentido é percebido a reelaboração dos discursos políticos frente as políticas de afirmação dentro das instituições, isso nos fez compreender a ressignificação influente não só dos participantes, mais também dos dominadores dessa cultura elitista que tentam se reinventar para influenciar os hegemônicos da contemporaneidade no campo das políticas públicas em especial a dominante elitista. O conservadorismo restritivo em se tratando dessas concepções ainda é muito forte nas falas dos autores pesquisadores na academia numa visão que reavalia o conceito de folclore e cultura popular de tradição, contudo, ficam evidentes os preconceitos conservados no campo das políticas dessa temática. Os sujeitos sentem a importância do programa o que explicam a necessidade dessas ações serem contínuas.

Os depoimentos em defesa da cultura simbolizou o respeito e a importância que o mesmo apresentou nesse contexto social, principalmente no sentido de valorizar os grupos

locais, a escola passou a ser percebida com outra visão. Além de dialogar com os mestres da cultura, passaram a construir novos horizontes de possibilidades para os integrantes desses grupos. Fica evidente que sem uma política de investimentos contínuo de recursos para os programas que valorizem esses saberes, brevemente estaremos perdendo as narrativas vivas desses grupos, pois a medida que vão envelhecendo os integrantes dos grupos também passam pela mesma situação e acabam levando consigo para a eternidade a essência de sua cultura, muitas vezes as lembranças nem são registradas.

Conversando com um amante da cultura popular, cantor tenouro “ele relatou que não tem o hábito de fazer esses registros e que as vezes que lhe são requisitados, aí vem o sentimento da perda cultural, ou seja, não registrei no momento oportuno, e o que nos resta é começar tudo de novo João do Crato, 2021”. O título de mestre da cultura popular é restrito ao mestre é uma pensão vitalícia, esse foi um feito muito importante para a valorização de quem está afrente do grupo, o restante dos integrantes do grupo não recebem nenhum tipo de salário. O que pode ser um dos motivos que levam os jovens na fase da adolescência depois dos 15 anos de idade a desistirem dos grupos.

Como foi abordado pelos mestres em suas falas, faz-se necessário e urgente que a institucionalização das chamadas políticas culturais em todas as instituições de forma efetiva, onde os Programas destinados a esse fim vá de encontro a uma renovação de esperança para aqueles que são desprovidos desses direitos, precisam ser idealizadas políticas permanentes de discussões no sentido de promover uma desburocratização dessas leis, o diálogo com esses programas precisam estar em permanentes mesas de discussão, não só nos grupos de tradições, mais sim, em todas as entidades governamentais seja ela educacional, cultural, Ongs e por fim nos pontos de culturas vivas dos mestres. O Estado como nação de direito precisa assumir esse compromisso com a nossa cultura de tradição popular visando estimular e desenvolver, sobretudo ações, que renovem a garantia dessa continuidade cultural. Um exemplo dessa política pode ser a permanencia do Programa Mais Culturas em todas as escolas do país.

Diante da dimensão apresentada pelos grandes desafios enfrentados no campo das políticas públicas culturais, as lutas não param, precisam ser firmados em estruturas hegemônicas de garantia dos direitos dos sujeitos, que as estruturas simbólicas de conflitos gerem conceitos positivos para os devidos programas de valorização da cultura de programas e projetos. Atualmente se pode falar mais abertamente sobre essa temática, mesmo diante das crises estruturais, a cultura ganha espaço para dialogar na ressignificação da sua essência vital. Os termos menosprezados que por muito tempo estiveram presentes no campo de luta,

hoje já não é tão pecaminoso falar discursivamente essas estruturas simbólicas, mais as formas como os cidadãos necessitam dessas negociações ainda são marginalizadas e opressoras pelo sistema capitalista excludente.

Para finalizar o presente estudo, sobre as concepções do Programa Mais Cultura no espaço escolar, abordamos as vivências dos sujeitos, sua relação com a cultura popular local e a construção dos significados ao longo de suas vidas, nesta visão, as falas foram construídas de maneira significativas para a concretização da realidade cultural vivenciada em locos, assim as batalhas que a cultura vem enfrentado ao longo desses anos, transformaram esses discursos em ideais políticos de valorização e regate das culturas de tradições locais, além de tudo foi notório perceber como as políticas públicas de cultura se instituíram na realidade local. Nesse entendimento, o presente estudo é finalizado ficando em aberto para possivelmente ser aprofundado com novas descobertas narradas a respeito da tradicional cultura popular de programas federais instituído pelo MEC nas escolas públicas do país.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Antonio Canelas Rubim; **Culturas e Políticas Culturais**/Antonio Albino Canelas Rubim- Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.
- ANJOS, Claudiana Francisco candido. **a dança folclórica no contexto escolar como forma de divulgar a cultura popular.** , trabalho de conclusão de curso. Universidade de Brasília, Goiânia, 2007.
- ABREU, Joana Cavalcante. **Câmara Cascudo e o folclore: uma via para o descobrimento do Brasil.** Publicado pelo, Mimeo, Puc-Rio – Departamento de História, 1998, www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/.../cascudo/cascudoefolclore.pdf Acesso em: 10 jun. 2020.
- ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **Fragments do discurso institucional: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil.** In: **Teorias & Políticas da Cultura.** Salvador: EDUFBA, 2007 (coleção CULT). P.13-23
- ANJOS, Claudiana Francisco candido. **a dança folclórica no contexto escolar como forma de divulgar a cultura popular.** Universidade de Brasília, Goiânia, 2007.
- ALVES, Elder P. Maia. **A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina Maceió:** EDUFAL, 2011.
- ANTUNES, Celso. **Jogos para bem falar. Homo Sapiens, Homo Loquens.** Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BARBON, Andiara dos Santos. **Danças Folclóricas na Educação Física Escolar.** Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2013.
- Gestão ou Gestação Pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural brasileira.** In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil.** Bahia: UFBA, 2007. (Coleção Cult). P.61-86
- Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.** In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil.** Bahia: UFBA, 2007. (Coleção Cult). P.37-60
- BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural: um debate contemporâneo.** In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e Produção da Cultura.** Salvador: EDUFBA, 2005. P.33-52
- BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil.** Bahia: UFBA, 2007. (Coleção Cult). P. 87-107
- BARROSO, Oswald. Reis do Congo. **Fortaleza: Ministério da Cultura, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Museu da Imagem e do Som, 1996.**

BOURDIEU, P. **O mito da “mundialização” e o Estado social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL, **Ministério da Educação. Manual Operacional de Educação Integral**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. **Iniciativa Cultural. Pontos de Cultura no Ceará**. Disponível em< 2011/01/pontos-de-cultura-no-ceara/> Acesso em: 17 agosto.2020.

Encontros Mestres do Mundo: uma referência no tratamento da cultura. In: Catálogo de imagens dos I, II, III e IV Encontro Mestres do Mundo, período 2005 a 2008. Fortaleza: SECULT, 2009

CASTRO, Janio Roque Barros, **o papel das manifestações culturais locais/regionais no contexto da turistificação das festas juninas** espetacularizadas emcachoeirasBA. VENECULT,2009.Disponível em<<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19383.pdf>> Acesso em 24 jul. 2020

CARDOSO, Ruth C. L. **Cultura brasileira: uma noção ambígua. Cadernos nº17 – 1ª série. Centro de Ciências Humanas**. São Paulo: USP, 1982. Disponível em<http://www.centroruthcardoso.org.br/_shared/files/all_acervo/anx/20120208115941CRC0160.pdf> Acesso em 05 nov.2020. P.15-22

CAVALIERI, A.M. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v.28. n.100. p. 1015-1035, out. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORREA, Joana R. Ortigão. **Um Conceito estratégico: as culturas populares no âmbito das políticas públicas de cultura no Brasil**. In: FRADE, Cáscia et al. (Org.) Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, Decult, 2012. P.41-57

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. **São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1999**.

ECLER G.F.E. MOLL, J. **Programa Mais Educação: Avanços e desafios para estratégias indutoras da Educação Integral**. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, N.45, p.91-110 jul/set, 2012. Editora UFPR.

FORTALEZA, Pingo de. Singular e Plural: **A história e a diversidade rítmica do Maracatu Cearense Contemporâneo**. Fortaleza: Edições SOLAR, 2012.

FRIGOTTO, Galdêncio. R. S. (1997) **A formação e a profissionalização do educador: Novos desafios econômicos, éticos políticos**. São Paulo: Loyola,1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**”. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GIL, Gilberto. Experimentação, memória e invenção. **Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo, em Brasília, a 2 de janeiro de 2003**. In: Caderno Cultura Viva. 3ª Ed. Brasília: MinC, 2004. P. 40-43

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1999.

GÓIS, A. A, F. **A dança como expressão cultural na Educação Física escolar**. Piracicaba. S.P.: Universidade Metodista de Piracicaba. 2009.

GUSSO, Sandra de Fátima krüger; SCHUARTZ, Maria Antonia. **A criança e o lúdico a importância do brincar**. 2005, disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisevento/documentos/.../TCCI057.pd>. Acessado em 21 outubro 2020.

HIUZINGA, Johan. **Homo Ludens. Perspectiva S.A**, 4º Ed. – reimpressão 2000. São Paulo.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. Coleção Docência em formação: saberes pedagógicos. 10ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

MONLEVADE, J. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. Ceilândia, DF: Idea, 1997.

MINAYO, M.Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis:Vozes, 2003.

NUNES, Ariel F. **Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>> Acesso em 29 out.2020.

NUNES, Cicera. **Reisado Cearense. Uma Proposta para o Ensino das Africanidades**. Fortaleza – CE, Conhecimento, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006

PATTO, M.H. **Psicologia e Ideologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Cortez , 2005

RIBEIRO, Luis Távora Furtado. **A formação docente no Brasil**. In: RIBEIRO, Luis Távora Furtado; RIBEIRO, marcos aurelio de Patricio. **Temas Educacionais – uma coletânea de artigos**. Fortaleza; UFC, 2010

RUBIM, Albino. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Bahia: UFBA, 2007. (Coleção Cult). P. 11-36

RUBIM, Albino (Org.) **Políticas Culturais no Governo Lula**. Bahia: UFBA, 2010. (Coleção Cult).

RUBIM, Albino. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**.
Resolução: **PDDE/FNDE nº 30 03/08/2012**
Resolução: **PDDE/FNDE nº 04 31/03/2014**
Resolução: **PDDE/FNDE nº 05 31/03/2014**

SANTIAGO, Selma. **Gestão da Cultura para o desenvolvimento das cidades – Guaramiranga, um estudo de caso**. Brasília: Logos 3, 2013.

SANTOS, M. G. C. dos. **O Programa ‘Mais Educação’ e a educação integral na escola pública: uma análise a partir da perspectiva da formação onilateral**. 2014. 129p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SÃO PAULO. **Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação**. São Paulo: SME / DOT, 2014. 116p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidades; uma introdução as teorias do currículo – 3. Ed**. Belo Horizonte: Autêntico, 2010.

TAVARES, Fabiany de Cássia, PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. **Observatório de Cultura Escolar: Estudos e pesquisas sobre escola, currículo e cultura escolar**. Organizadores Campo Grande. MS: Ed. UFMS, 2013.

VIEIRA, E. **a cidade e o governo dos homens. Sobre lastro educacional da urbanidade contemporânea**, Dissertação (Mestrado – Programa de Pós – Graduação em Educação. Área de Concentração Psicologia e Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 96p., 2012.

[www.http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf) acessado em 20/09/2020.